DIÁRIO OFICIAL
DO DISTRITO FEDERAL

BRASÍLIA, sexta-feira, 31 de março de 1978 — ANO II - Nº 61

ATOS DO GOVERNADOR

DECRETOS

DECRETO Nº 4128 DE 17 DE MARÇO DE 1978

Aprova as Tabelas de Etapas, dos Complementos da Ração Comum e dos Quantitativos das Rações Operacionais da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, para o primeiro semestre de 1978, e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, usando das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso II, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960,

DECRETA:

Art. 1º — Ficam aprovadas as anexas Tabelas de Etapas, dos Complementos da Ração Comum e dos Quantitativos das Rações Operacionais da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, organizadas de conformidade com o que preceituam os artigos 69, da Lei nº 5.619, de 03 de novembro de 1970 (Lei de Vencimentos da PMDF) e 81, da Lei nº 5.906, de 23 de julho de 1973 (Lei de Remuneração dos Bombeiros Militares do Distrito Federal).

Art. 2º — O pagamento dos valores constantes das Tabelas referidas no artigo anterior, obedecerá às instruções baixadas pelo Decreto nº 2.384, de 28 de setembro de 1973, alteradas pelo Decreto nº 2.790, de 12 de dezembro de 1974.

Art. 3º — O presente Decreto, revogadas as disposições em contrário, entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos a 1º de janeiro de 1978.

Distrito Federal, em 17 de março de 1978

90º da República e 18º de Brasília

ELMO SEREJO FARIAS

AIMÉ ALCIBÍADES SILVEIRA LAMAISON

TABELA DE ETAPAS DA POLÍCIA MILITAR E DO CORPO DE BOMBEIROS DO DISTRITO FEDERAL PARA CUSTEIO DA RAÇÃO COMUM PARA O 1º SEMESTRE DE 1978

CORPORAÇÃO	FIXA (Cr$)	VARIÁVEL (Cr$)				ETAPA COMUM (Cr$)		
	Quantitativo de Subsistência	Quantitativo de Rancho	Reforço de Rancho	Quantitativo de Rancho Majorado	Reforço de Rancho Majorado	TIPO I	TIPOS II e III	TIPO IV
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)			
	3 1/4	a/3	a/2		3a/4	a+b	a+c	a+e
PMDF e CBDF	16,02	5,34	8,01		12,02	21,36	24,03	28,04

TABELA DOS COMPLEMENTOS DA RAÇÃO COMUM E DO QUANTITATIVO DAS RAÇÕES OPERACIONAIS PARA O 1º SEMESTRE DE 1978

CORPORAÇÃO	ÓRGÃO OU SITUAÇÃO	VALOR (Cr$)
	A) COMPLEMENTO ESCOLAR	
PMDF	- Curso de Formação de Oficiais PM	4,00
PMDF	- Curso de Formação de Sargentos PM	2,80
PMDF	- Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais PM	2,80
PMDF	- Curso de Aperfeiçoamento de Sargentos PM	2,80
PMDF	- Curso Superior de Polícia	2,80
CBDF	- Centro de Formação, Aperfeiçoamento e Especialização	2,80
	B) COMPLEMENTO HOSPITALAR	
PMDF e CBDF	- Doentes sob regime hospitalar	3,00
	C) COMPLEMENTO ESPECIAL	
PMDF	- Organizações Policiais Militares	1,50
CBDF	- Grupamento de Busca e Salvamento	1,50
	D) COMPLEMENTO REGIONAL	
PMDF	- Organizações Policiais Militares	1,00
PMDF	- Diretoria de Intendência	1,50
	E) QUANTITATIVO DAS RAÇÕES OPERACIONAIS	
Polícia Militar do Distrito Federal		0,31

(Anexo ao Decreto nº 4128 de 17 de Março de 1.978)

Secretaria de Administração

DECRETO DE 27 DE MARÇO DE 1978

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960 e tendo em vista o que consta do Processo nº 120.313/78,

RESOLVE:

EXONERAR, a pedido, AUGUSTO BORGES LIMA, do cargo de Datiloscopista Policial, Classe «B», Código PC-206.3, matrícula nº 20.835, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, a contar de 10 de janeiro de 1978.

Brasília, 27 de março de 1978

ELMO SEREJO FARIAS

JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER

DECRETO DE 27 DE MARÇO DE 1978

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960 e tendo em vista o que consta do Processo 050.031/78,

RESOLVE:

EXONERAR, a pedido, FRANCISCO LUCIANO DE SOUSA, do cargo de Agente de Portaria, Classe «A», Código TP-602.1, matrícula nº 4.960, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, a contar de 17 de janeiro de 1978.

Brasília, 27 de março de 1978

ELMO SEREJO FARIAS

JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER

Secretaria de Segurança Pública

DECRETO DE 17 DE MARÇO DE 1978

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso II, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960, e tendo em vista o que consta do Processo nº 382.008/77,

RESOLVE:

Conceder ao Cabo PM - SEVERINO GOMES DA SILVA, matrícula nº 01666/9, da Polícia Militar do Distrito Federal, nos termos do artigo 139, § 1º, letra b e § 2º da Lei nº 6.023, de 03 de janeiro de 1974, Medalha de Bronze, tendo na fita Passador de Bronze, instituída pelo Decreto nº 5.904, de 24 de fevereiro de 1906, modificado pelo Decreto nº 7.901, de 17 de março de 1910, por contar mais de 15 (quinze) anos de bons serviços prestados à ordem, segurança e tranquilidade públicas.

Distrito Federal, em 17 de março de 1978

ELMO SEREJO FARIAS

AIMÉ ALCIBÍADES SILVEIRA LAMAISON

DECRETO DE 17 DE MARÇO DE 1978

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, usando das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso II, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960, combinado com o artigo 90, parágrafo único, da Lei nº 6.023, de 03 de janeiro de 1974, e considerando o que consta do Processo nº 365.025/77,

RESOLVE:

Transferir para reserva remunerada, ex officio, o Primeiro-Tenente PM - ERONIVALDO JOSÉ DE OLIVEIRA SILVA, matrícula nº 00 123/6, da Polícia Militar do Distrito Federal, nos termos dos artigos 93-II e 95-X, da Lei nº 6.023, de 03 de janeiro de 1974, com proventos proporcionais ao tempo de serviço e gratificações incorporáveis a que fizer jus, na forma dos artigos 94, 1 e 2, 99 e seu parágrafo único, da Lei nº 5.619, de 03 de novembro de 1970, a partir de 02 de maio de 1977.

Distrito Federal, em 17 de março de 1978

ELMO SEREJO FARIAS

AIMÉ ALCIBÍADES SILVEIRA LAMAISON

DECRETO DE 17 DE MARÇO DE 1978

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 82, da Lei nº 6.023, de 03 de janeiro de 1974, e tendo em vista o que consta do Processo nº 365.006/78,

RESOLVE:

Agregar, ao respectivo Quadro, o Primeiro-Tenente PM - ASTROGILDO DOS LYRIOS ROCHA, do Quadro de Oficiais Policiais - Militares da Polícia Militar do Distrito Federal, a contar de 11 de janeiro de 1978, de acordo com o artigo 80, § 1º, letra c, inciso II, da Lei nº 6.023, de 03 de janeiro de 1974,

MATERIAS PARA PUBLICAÇÃO

A entrega de matérias para publicação no "Diário Oficial" será feita na Divisão de Divulgação da SEA, 6º andar do Anexo I do Palácio do Buriti, de 08:00 às 15:00 horas sem interrupção.

ASSINATURAS

As assinaturas para fora da Capital da República somente serão anuais.

- As assinaturas vencidas serão suspensas sem prévio aviso.
- Para evitar interrupção na remessa do órgão oficial, a renovação de assinatura deve ser solicitada com 30 (trinta) dias de antecedência.
- As assinaturas dos órgãos públicos serão anuais e deverão ser renovadas até 31 de janeiro de cada ano.
- Os suplementos às edições só serão remetidos aos assinantes que solicitarem no ato da assinatura.
- Os pedidos de assinaturas de servidores devem ser encaminhados com comprovante de sua situação funcional.

REMESSA DE VALORES

- A remessa de valores deverá ser feita mediante Ordem de Pagamento por cheque visado a favor do Governo do Distrito Federal, acompanhada de esclarecimentos quanto a sua aplicação.

GDF
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DIÁRIO OFICIAL
do Distrito Federal

Orgão Oficial de Divulgação do Governo do Distrito Federal
Editado pela Divisão de Divulgação da SEA

EXPEDIENTE
DIRETOR
ANTONIO CASTELO BRANCO

Redação e Administração:
Anexo I do Palácio do Buriti - 6º Andar

Telefones: Direto: 225.7803 - PABX - 225.6830 Ramal 312

ASSINATURAS
REPARTIÇÕES E PARTICULARES
Anual . . . . . Cr$ 400,00
Semestral . . . . . Cr$ 200,00
FUNCIONÁRIOS
Anual . . . . . Cr$ 300,00
Semestral . . . . . Cr$ 150,00

OBSERVAÇÃO
Para remessa através da ECT, o valor da assinatura será acrescido de Cr$ 325,00 anuais.

MATÉRIA PAGA
Por centimetro de coluna.
Órgãos Governamentais . . . . . Cr$ 6,40
Particulares . . . . . Cr$ 10,00

NUMERO AVULSO
- O preço do número avulso figura na última página de cada exemplar.
- O preço do exemplar atrasado será acrescido de 50% do valor fixado.

DA MATÉRIA

-Os originais, para publicação, devidamente autenticados, deverão ser datilografados em um só lado do papel, tamanho ofício, em espaço dois sem rasuras nem emendas.

Texto datilografado, em tinta preta, em original e 1 (uma) só via, admitindo-se em caráter excepcional, cópia xerográfica, com impressão nítida em cor preta e garantida sua indelebilidade.

Quadros, tabelas, balanços, balancetes, demonstrativos, e outras matérias que, pela sua natureza, tenham que ser reproduzidas em fotofilme, deverão ser encaminhadas ao "Diário Oficial" em original de boa qualidade, na forma prevista acima.

Os contratos, convênios, e termos de transação deverão conter em seu texto, cláusula expressa determinando a responsabilidade do custeio de sua publicação no "Diário Oficial", cujo pagamento será sempre antecipado, no caso de pessoa física, órgão ou entidade estranha ao Complexo Administrativo do Distrito Federal.

-(Decreto nº 3.282 de 15.06.76 - "DO" de 16.06.76) e Portaria Nº 199/SEA (Publicada no "DO" Nº 06 de 24/06/76).

em virtude de ter sido julgado incapaz definitivamente para o serviço policial-militar.

Distrito Federal, em 17 de março de 1978

ELMO SEREJO FARIAS

AIMÉ ALCIBÍADES SILVEIRA LAMAISON

DECRETO DE 17 DE MARÇO DE 1978

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso II, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960, e tendo em vista o que consta do Processo nº 388.011/77,

RESOLVE:

Conceder ao Segundo-Sargento PM, ARISTÓTELES TEODÓSIO DA SILVA - Matrícula nº 1189/4, da Polícia Militar do Distrito Federal, nos termos do artigo 139, parágrafo primeiro, letra "b" e parágrafo segundo, da Lei nº 6.023, de 03 de janeiro de 1974, a Medalha de Prata com Passador de Prata, instituída pelo Decreto nº 5.904, de 24 de fevereiro de 1906, modificado pelo Decreto nº 7.901, de 17 de março de 1910, por contar mais de 20 (vinte) anos de bons serviços prestados à ordem, segurança e tranquilidade públicas.

Distrito Federal, em 17 de março de 1978

ELMO SEREJO FARIAS

AIMÉ ALCIBÍADES SILVEIRA LAMAISON

DECRETO DE 27 DE MARÇO DE 1978.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1.960,

RESOLVE:

DISPENSAR o Capitão PM PEDRO COSTA MAGALHAES, matrícula 33.934, da Polícia Militar do Distrito Federal, da Função em Comissão, Símbolo FC-5, de Comandante do Grupamento de Operações Especiais, da Coordenação de Informações Planejamento e Operações da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal, por ter sido nomeado para exercer cargo em comissão.

Distrito Federal, 27 de março de 1.978.

ELMO SEREJO FARIAS.

AIME ALCIBIADES SILVEIRA LAMAISON.

DECRETO DE 27 DE MARÇO DE 1978

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960

RESOLVE:

Designar JAIME ALVES SIQUEIRA, Escrivão de Polícia «B», Código PC-204.3, matrícula 33.864, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, para exercer a Função em Comissão, Símbolo FC-6, de Chefe do Cartório da 12ª. Delegacia Policial, da Coordenação de Polícia Judiciária da Polícia Civil da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal.

Distrito Federal, 27 de março de 1978
ELMO SEREJO FARIAS

AIMÉ ALCIBÍADES SILVEIRA LAMAISON

DECRETO DE 27 DE MARÇO DE 1978

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960,

RESOLVE:

Nomear o Capitão PM PEDRO COSTA MAGALHAES, matrícula 33.934, da Polícia Militar do Distrito Federal, para exercer o Cargo em Comissão DAS-102.1, de Assessor da Coordenação de Informações, Planejamento e Operações da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal.

Distrito Federal, 27 de março de 1978

ELMO SEREJO FARIAS

AIMÉ ALCIBÍADES SILVEIRA LAMAISON

DECRETO DE 27 DE MARÇO DE 1978..

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1.960,

RESOLVE:

Exonerar, a pedido, o Major PM ARIGILDO DA SILVA AMARAL, matrícula 34.113, da Polícia Militar do Distrito Federal, do Cargo em Comissão DAS-101.1, de Diretor da Divisão de Informações da Coordenação de Informações Planejamento e Operações da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal.

Distrito Federal, 27 de março de 1.978.

ELMO SEREJO FARIAS.

AIME ALCIBIADES SILVEIRA LAMAISON

DECRETO DE 27 DE MARÇO DE 1978

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960,

RESOLVE:

Dispensar, a pedido, LAERT RUAS FERREIRA, Escrivão de Polícia «B», Código PC-204.3, matrícula 33.873, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, da Função em Comissão, Símbolo FC-6, de Chefe do Cartório da 12ª. Delegacia Policial, da Coordenação de Polícia Judiciária da Polícia Civil da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal.

Distrito Federal, 27 de março de 1978

ELMO SEREJO FARIAS

AIMÉ ALCIBÍADES SILVEIRA LAMAISON

DECRETO DE 27 DE MARÇO DE 1978.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1.960,

RESOLVE:

Exonerar, o Bel CESAR ADED PAZ, Delegado de Polícia «B», Código PC-201.7, matrícula 30.129, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, do Cargo em Comissão DAS-102.1, de Assessor da Coordenação de Informações Planejamento e Operações da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal, por ter sido nomeado para outro cargo.

Distrito Federal, 27 de março de 1.978.

ELMO SEREJO FARIAS

AIMÉ ALCIBÍADES SILVEIRA LAMAISON.

DECRETO DE 27 DE MARÇO DE 1978.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1.960,

RESOLVE:

Nomear o Bel CESAR ADED PAZ, Delegado de Polícia «B», Código PC-201.7, matrícula 30.129, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, para exercer o Cargo em Comissão - DAS-101.1, de Diretor da Divisão de Informações da Coordenação de Informações Planejamento e Operações da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal.

Distrito Federal, 27 de março de 1.978.

ELMO SEREJO FARIAS

AIMÉ ALCIBIADES SILVEIRA LAMAISON.

DESPACHOS

PROCESSO Nº: 365.004/78
INTERESSADO: ADELSON LÔPO DA SILVA - 2º Tenente PM
ASSUNTO: Solicitação de promoção

Senhor Governador:

Coloco-me de acordo com o pronunciamento exarado às fls. 07/10, placitado pelo Ilmo. Sr. 4º Subprocurador Geral, fls. 12, que conclui pelo indeferimento do requerido na inicial, por falta de amparo legal.

A superior consideração de Vossa Excelência, em 01 de março de 1978.

EMMANUEL FRANCISCO MENDES LYRIO
Procurador Geral

Indefiro nos termos do pronunciamento supra.

Brasília, em 17 de março de 1978.

ELMO SEREJO FARIAS
Governador

PROCESSO Nº: 120.313/78
INTERESSADO: AUGUSTO BORGES LIMA - MAT. Nº 20.835-SEP
ASSUNTO: EXONERAÇÃO A PEDIDO

Senhor Governador:

Trata-se de pedido de exoneração formulado pelo interessado.

O processo está devidamente instruído e, nada havendo a opor, proponho o seu deferimento.

Brasília, 22 de março de 1978

JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER
Secretário dde Administração

De acordo. Lavre-se o ato.

Brasília, 27 de março de 1978

ELMO SEREJO FARIAS
Governador

PROCESSO Nº: 4.307/78
INTERESSADO: ANTONIO PEREIRA DE ALCÂNTARA - Mat. 13.047-SEG
ASSUNTO: REQUISIÇÃO (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA - GABINETE CIVIL)

Senhor Governador:

Pela autorização do afastamento nos termos do parágrafo 2º, do artigo 2º, do Decreto nº 2.628/74, sem prejuízo dos seus vencimentos e vantagens.

Brasília, 22 de março de 1978

JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER
Secretário de Administração

DE ACORDO. Autorizo.

Brasília, 27 de março de 1978

ELMO SEREJO FARIAS
Governador

PROCESSO Nº: 050.031/78
INTERESSADO: FRANCISCO LUCIANO DE SOUSA - MAT. Nº 4.960-PRG
ASSUNTO: EXONERAÇÃO A PEDIDO

Senhor Governador:

Trata-se de pedido de exoneração formulado pelo interessado.

O processo está devidamente instruído e, nada havendo a opor, proponho seu deferimento.

Brasília, 27 de março de 1978

JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER
Secretário de Administração

De acordo. Lavre-se o ato.

Brasília, 27 de março de 1978

ELMO SEREJO FARIAS
Governador

PROCESSO Nº: 002.343/78
INTERESSADO: MARIA DAS GRAÇAS FERREIRA - Insc. 95.303-CLT/FEDF
ASSUNTO: REQUISIÇÃO (GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO)

Senhor Governador:

Pela autorização do afastamento, em caráter excepcional, até 31 de dezembro de 1978, com prejuízo de seus salários.

Brasília, 27 de março de 1978

JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER
Secretário de Administração

De acordo. Autorizo.

Brasília, 27 de março de 1978

ELMO SEREJO FARIAS
Governador

PROCESSO Nº: 3035/78
INTERESSADA: Noêmia Vasconcelos Victor-mat 8.709-SEC-
ASSUNTO: Requisição (Tribunal de Contas do Distrito Federal)

Senhor Governador:

Solicita o Tribunal de Contas do Distrito Federal, seja a servidora NOÊMIA VASCONCELOS VICTOR Agente Administrativo, Classe "A", Código SA-401.2, matrícula nº 8.709, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, colocada à disposição daquela Corte, sem prejuízo de seus vencimentos.

A Secretaria de Educação e Cultura, órgão de lotação da servidora, opinou favoravelmente, embora esteja com um déficit de 10(dez) servidores na referida categoria funcional em sua lotação.

Assim, submeto a solicitação em causa à elevada consideração de Vossa Excelência.

Brasília, 22 de março de 1978

JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER
Secretário de Administração

De acordo. Autorizo.
EM 27/03/78

ELMO SEREJO FARIAS
Governador

PROCESSO Nº: 005.193/78
INTERESSADO: GERALDO FRANCISCO FERREIRA
ASSUNTO: REVISÃO EM PROVENTOS DE APOSENTADORIA

À Sua Excelência o Senhor Governador, opinando pelo arquivamento, em razão de consulta formulada, por Vossa Excelência, ao Tribunal de Contas do Distrito Federal.

Brasília, 22 de março de 1978

JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER
Secretário de Administração

De acordo. Arquive-se.

Brasília, 27 de março de 1978

ELMO SEREJO FARIAS
Governador

PROCESSO Nº: 006.002/78
INTERESSADA: OLÍVIA AUGUSTA CAVALCANTI
ASSUNTO: RETORNO AO ÓRGÃO DE ORIGEM

Senhor Governador:

Através do presente processo o Senhor Secretário de Serviços Públicos do Distrito Federal, solicita o retorno, ao órgão de origem, da servidora OLÍVIA AUGUSTA CAVALCANTI, funcionária da Prefeitura do Município de São Bernardo do Campo-SP, nº 5499-3-Oficial de Administração I - SEI, referência 8-A, Tabela III-QPE-PP-III, tendo em vista a solicitação do Presidente da Companhia de Eletricidade de Brasília-CEB, onde a mesma se encontra lotada.

Diante do exposto, submeto o assunto à elevada consideração de Vossa Excelência, propondo seja expedido ofício à Prefeitura Municipal de São Bernardo do Campo-SP, devolvendo a mencionada servidora.

Brasília, 27 de março de 1978

JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER
Secretário de Administração

De acordo. Providencie-se o referido ofício.

Brasília, 27 de março de 1978

ELMO SEREJO FARIAS
Governador

PROCESSO Nº: 035.759/77
INTERESSADO: YEDA JUNQUEIRA TARQUÍNIO — Mat. 6.971-SEC/FEDF
ASSUNTO: REQUISIÇÃO (GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS)

Senhor Governador:

Solicita o Senhor Governador do Estado de Minas Gerais seja a servidora YEDA JUNQUEIRA TARQUÍNIO Professor do Ensino Médio, Nível 19, matrícula nº 6.971, lotada na Fundação Educacional do Distrito Federal, colocada à disposição daquele Estado, a fim de que possa prestar serviços em Uberaba-MG até 31 de dezembro de1978, com ônus para o Governo do Distrito Federal.

A Secretaria de Educação e Cultura e a Fundação Educacional do Distrito Federal, opinaram favoravelmente.

Diante do exposto submeto o assunto em causa, à elevada consideração de Vossa Excelência.

Brasília, 27 de março de 1978

JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER
Secretário de Administração

De acordo. Autorizo o atendimento.
Em 27/03/78
ELMO SEREJO FARIAS
Governador

SECRETARIA DO GOVERNO

COORDENAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO REGIONAL

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO GAMA

ATOS DO ADMINISTRADOR

ORDEM DE SERVIÇO DE 27 DE MARÇO DE 1978

O ADMINISTRADOR REGIONAL DO GAMA, no uso da delegação de competência estabelecida pelo inciso III, do artigo 1º do Decreto nº 2.755, de 25 de outubro de 1974,

RESOLVE:

DESIGNAR, nos termos da alínea "A" do artigo 21,do Decreto nº 2.951, de 22 de julho de 1975, a Arquiteta MARIA DE FÁTIMA GONÇALVES, Assistente Técnico, símbolo FC-03, matrícula nº 18.958, para substituir o Diretor da Divisão Regional de Licenciamento e Fiscalização de Obras, Código DAS.101.1 desta Administração Regional da Secretaria do Governo do Distrito Federal, no período de 04/04/78 a 03/05/78, por motivo de férias do titular.

GAMA-DF., 27 de março de 1978

ANTONIO VALMIR CAMPELO BEZERRA

DESPACHO

Processo nº 001095/78
Interessado: Telecomunicações de Brasília - Telebrasília.
Assunto: Reconhecimento de Dívida.

DESPACHO:

Face ao que consta do presente processo, reconheço a dívida no valor de Cr$ 2.958,93 (Dois mil, novecentos e cinquenta e oito cruzeiros e noventa e três centavos) , a favor da Telecomunicações de Brasília-S.A, Telebrasília, nos termos do Inciso I, parágrafo único, artigo 1º do Decreto 62.115, de 15 de janeiro de 1.968, combinado com o inciso II, parágrafo 2º do Artigo 40 das Normas de Execução Orçamentária e Financeira, aprovada pelo Decreto 4.015 de 29 de dezembro de 1.977. Publique-se e encaminhe-se a Secretaria de Finanças do Governo do Distrito Federal.

Brasília, 20 de março de 1.978.

ANTONIO VALMIR CAMPELO BEZERRA
Administrador Regional do Gama.

Processo nº: 257.029/78
Interessado: Divisão de Obras Públicas
Assunto.: Convite nº 06/78-CL-RA-III

DESPACHO

Nos termos do que estabelece o Decreto nº 1.703, de 31 de maio de 1971, e tendo em vista o constante do processo nº 257.029/78, HOMOLOGO, o resultado do Convite nº 06/78-CL-RA-III, a favor da firma BRASÍLIA AJARDINAMENTO LTDA.

Encaminhe-se à Divisão de Administração Geral para as providências necessárias.

Taguatinga-DF 16 de março de 1978

FRANCISCO CANINDÉ FERREIRA
Administrador Regional de Taguatinga
Substituto

Processo nº 257.030/78
Interessado: Divisão de Obras Públicas
Assunto: Convite nº 07/78-CL-RA-III

DESPACHO:

Nos termos do que estabelece o Decreto nº 1.703 de 31 de maio de 1971, e tendo em vista o constante do processo nº 257.030/78, HOMOLOGO o resultado do Convite nº 07/78-CL-RA-III, a favor da Firma COSIC CONSTRUÇÕES, SANEAMENTO, URBANIZAÇÃO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE TAGUATINGA

Atos do Administrador

Encaminhe-se à Divisão de Administração Geral para as providências necessárias.

Taguatinga-DF, 16 de março de 1978

FRANCISCO CANINDE FERREIRA
Administrador Regional de Taguatinga
Substituto

Processo nº 257.031/78
Interessado: Divisão de Obras Públicas
Assunto: Convite nº: 05/78-CL-RA-III

DESPACHO:

Nos termos do que estabelece o Decreto nº 1.703 de 31 de maio de 1.971, e tendo em vista o constante do processo nº: 257.031/78, HOMOLOGO o resultado do Convite nº 05/78-CL-RA-III, à favor da firma PROENCO PROJETO. ENGENHARIA, CONSTRUÇAO E COMERCIO LTDA.

Encaminhe-se à Divisão de Administração Geral para as providências necessárias.

Taguatinga-DF., 16 de março de 1.978.

FRANCISCO CANINDE FERREIRA
Administrador Regional de Taguatinga.
Substituto.

DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

Atos do Diretor

ORDEM DE SERVIÇO DE 20 DE MARÇO DE 1978

O DIRETOR DA DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERALda Administração Regional de Taguatinga, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 39 do regimento aprovado pelo Decreto nº 2.943 de 27 de junho de 1975, e tendo em vista o constante do processo nº 257201/78 - RA - III,

RESOLVE:

SUSPENDER por 05 (cinco) dias, a partir de 20/03/78, o servidor SEBASTIÃO ALVES BASTOS, Motorista Oficial, Código TP-601.5, matrícula nº 11760, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, com base no artigo 205 combinado com o inciso III do artigo 201 da Lei 1.711 de 28 de outubro de 1952, por infrigência ao disposto no inciso VII do artigo 194 do mesmo diploma legal.

Taguatinga-DF, 20 de março de 1978

JOSÉ PAES GONÇALVES

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ATOS DO SECRETÁRIO

PORTARIA DE 28 DE MARÇO DE 1978

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 91, inciso XXX, do Regimento aprovado pelo Decreto nº 2.978, de 14 de agosto de 1975.

RESOLVE:

DESIGNAR, nos termos da alínea "a", do artigo 21, do Decreto nº 2.951, de 22 de julho de 1975, ANDARILHO FERREIRA DOS SANTOS, Agente de Portaria, Classe "B", Código TP-602.2, matrícula nº 6.104, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, para substituir o servidor ANIZIO TORRES, matrícula nº 16.404, Encarregado de Portaria, Símbolo FC-12, da Seção de Vigilância, da Divisão de Vigilância e Limpeza, da Coordenação do Sistema de Administração de Próprios desta Secretaria, no período de 03 de abril a 02 de maio de 1978, por motivo de férias de seu titular.

Brasília, 28 de março de 1978

JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER
Secretário de Administração

PORTARIA DE 28 DE MARÇO DE 1978

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 1º, inciso I, do Decreto «E» nº 340 de 12 de dezembro de 1967,

RESOLVE:

Autorizar, os servidores JOSÉ MARIA RABELO PEREIRA, Chefe do Gabinete, Código DAS-101.2, matrícula nº 02.133, JOSÉ WENCESLAU AMARAL, Assessor, Código DAS-102.2, matrícula nº 13.043 e FRANCISCO DE FREITAS, Coordenador do Sistema de Material, Código DAS-101.2, matrícula nº 8.270, a viajarem à cidade do Rio de Janeiro-RJ, no período de 10 a 15 de abril do corrente ano, a serviço desta Secretaria.

Brasília, 28 de março de 1978

JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER
Secretário de Administração

DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
SEÇÃO DO PESSOAL

Atos do Chefe

ORDEM DE SERVIÇO

O CHEFE DA SEÇÃO DE PESSOAL, DA DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL, DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 27, alínea a, do Decreto "n" nº 428 de 28 de julho de 1965, e tendo em vista o que consta da ORDEM DE SERVIÇO DRMP /SEA/28.02.78.

RESOLVE:

LOTAR CICERO PEREIRA DA SILVA. Cargo Motorista Oficial - Classe "A", Nível Cód. TP- 601.3, Matrícula nº 15.257, do QUADRO DE PESSOAL DO DISTRITO FEDERAL na (o) Divisão de Administração Geral, desta Secretaria.
Distrito Federal 1º/03/78

JEREMIAS LEITE DA SILVA
Chefe da Seção de Pessoal - DAG-SEA

ORDEM DE SERVIÇO

O CHEFE DA SEÇÃO DE PESSOAL, da Divisão de Administração Geral, da Secretaria de Administração do Distrito Federal, no uso das atribuições que lhe confere o art. 27, alínea a, do Decreto "N" nº 428 de 28 de julho de 1965,

RESOLVE:

REMOVER ELVIRA PEREIRA LIMA, cargo: Agente de Portaria - Classe "A" nível Cód. 602.1, matrícula nº 06.724, do QUADRO de Pessoal do DISTRITO FEDERAL, do(a) Divisão de Administração Geral, para Coordenação do Sistema de Pessoal, desta Secretaria.

Distrito Federal, 06.03.78

JEREMIAS LEITE DA SILVA
Chefe da Seção de Pessoal-DAG-SEA

ORDEM DE SERVIÇO

O CHEFE DA SEÇÃO DE PESSOAL DA DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL, DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 27, alínea a, do Decreto "n" nº 428 de 28 de julho de 1965, e tendo em vista o que consta da (a) Ordem de Serviço/ DRMP/SEA, do 06/01/78.

RESOLVE:

LOTAR JOAO MACHADO SOBRINHO, Cargo Motorista Oficial, Nível TP-601.3, Matrícula nº 01.781, do Quadro de PESSOAL DO DISTRITO FEDERAL na (o) Coordenação do Sistema de Transportes Internos, desta Secretaria.

Distrito Federal 13.03.78

JEREMIAS LEITE DA SILVA
Chefe da Seção de Pessoal-DAG-SEA

ORDEM DE SERVIÇO

O CHEFE DA SEÇÃO DE PESSOAL, DA DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL, DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 27, alínea a, do Decreto "N" nº 428 de 28 de julho de 1965 e tendo em vista o que consta da ORDEM DE SERVIÇO — DRMP/SEA/08.02.78,

RESOLVE:

LOTAR MOACYR SOARES ROLIM, Cargo Artífice Especializado - Classe Artífice, Nível Código ART- 501.3, matrícula nº 16.139, do Quadro de PESSOAL DO DISTRITO FEDERAL na (o) Coordenação do Sistema de Administração de Próprios, desta Secretaria.
Distrito Federal, 14.02.78

JEREMIAS LEITE DA SILVA
Chefe da Seção de Pessoal-DAG-SEA

COMISSÃO DE LICITAÇÃO

1792a. Reunião (Ordinária)

Processo nº 2967/78
Interessado: Poliedro - Artes Industriais Ltda
Assunto: Inscrição no RCHF
Relator: Jurandir Pinto da Silva

O Plenário da Comissão de Licitação, no uso de suas atribuições legais, acolhendo por unanimidade o voto do Relator decide pelo deferimento do pedido formulado pela interessada, expedindo- se o Certificado com o prazo de validade de 01 (um) ano, a contar de sua emissão.

A Firma está apta a participar de Tomada de Preços para fornecimento de materiais classificáveis nos GMC-25 e GMP-20.

Publique- se e encaminhe- se ao Serviço de Registro Cadastral de Habilitação de Firmas para as providências pertinentes
Em 16 de fevereiro de 1 978

FRANCISCO DE FREITAS
Presidente da Comissão de Licitação

JOAO LAERTE BASTOS DAMASCENO
Membro

OSMAR BARROS BARATA
Membro

ALCIDES DE OLIVEIRA FLEURY
Membro

JURANDIR PINTO DA SILVA
Membro

1 792a. Reunião (Ordinária)

Processo nº 50108/78
Interessado: 4a. Subprocuradoria Geral - PRG
Assunto: Execução dos serviços
Relator: João Laerte Bastos Damasceno
Julgamento de Licitação: Tomada de Preços nº 01/78-CL-SEA

O Plenário da Comissão de Licitação , no uso de suas atribuições legais, acolhendo por unanimidade o voto do Relator, opina pela adjudicação dos serviços à firma GRAFICA E EDITORA INDEPENDENCIA LTDA.

Publique- se.

Em 16 de fevereiro de 1 978

FRANCISCO DE FREITAS
Presidente da Comissão de Licitação

JOAO LAERTE BASTOS DAMASCENO
Membro

OSMAR BARROS BARATA
Membro

ALCIDES DE OLIVEIRA FLEURY
Membro

JURANDIR PINTO DA SILVA
Membro

1 792a. Reunião (Ordinária)

Processo nº 35225/77
Interessado: Siemens Sociedade Anônima
Assunto: Renovação de inscrição no RCHF (reconsideração)
Relator: Francisco de Freitas

O Plenário da Comissão de Licitação , no uso de suas atribuições legais, acolhendo por unanimidade o voto do Relator, decide manter a Decisão tomada na 1.771ª Reunião (Ordinária), indeferindo o pedido de renovação de inscrição.

Publique- se e encaminhe- se ao Serviço de Registro Cadastral de Habilitação de Firmas para as providências pertinentes.
Em 16 de fevereiro de 1 978

FRANCISCO DE FREITAS
Presidente da Comissão de Licitação

JOAO LAERTE BASTOS DAMASCENO
Membro

OSMAR BARROS BARATA
Membro

ALCIDES DE OLIVEIRA FLEURY
Membro

JURANDIR PINTO DA SILVA
Membro

1 793a. Reunião (Ordinária)

Processo nº 3258/78
Interessado: Onibla S.A Indústria e Comércio de Papel
Assunto: Inscrição no RCHF
Relator: Francisco de Freitas

O Plenário da Comissão de Licitação , no uso de suas atribuições legais, acolhendo por unanimidade o voto do Relator, decide pelo indeferimento do pedido.

Publique- se e encaminhe- se ao Serviço de Registro Cadastral de Habilitação de Firmas para as providências pertinentes.

Em 21 de fevereiro de 1 978

FRANCISCO DE FREITAS
Presidente da Comissão de Licitação

JOAO LAERTE BASTOS DAMASCENO
Membro

OSMAR BARROS BARATA
Membro

ALCIDES DE OLIVEIRA FLEURY
Membro

JURANDIR PINTO DA SILVA
Membro

1 796 a Reunião (Ordinária)

Processo nº 3956/78
Interessado: Irmãos Saraiva Ltda
Assunto: Renovação de inscrição no RCHF
Relator: Alcides de Oliveira Fleury

O Plenário da Comissão de Licitação, no uso de suas atribuições legais, acolhendo por unanimidade o voto do Relator, decide pelo deferimento do pedido formulado pela interessada, expedindo- se o Certificado com prazo de validade de 01 (um) ano, a contar de sua expedição.

A Firma está apta a participar de Tomada de Preços para fornecimentos de materiais classificáveis nos GMC-02, 03, 10, 11, 12, 13, 14, 16, 17, 18 e 25; GMP- 02, 03, 07, 13, 16, e 19.

Publique- se e encaminhe- se ao Serviço de Registro Cadastral de Habilitação de Firmas para as providências pertinentes.
Em 28 de fevereiro de 1 978

FRANCISCO DE FREITAS
Presidente da Comissão de Licitação

JOAO LAERTE BASTOS DAMASCENO
Membro

OSMAR BARROS BARATA
Membro

ALCIDES DE OLIVEIRA FLEURY
Membro

JURANDIR PINTO DA SILVA
Membro

1797a. Reunião (Ordinária)

Processo nº 3724/78
Interessado: Tecnogeral S.A - Comércio Indústria
Assunto: Retificação de Nota de Empenho nº 1252/77-DPC
Relator: Francisco de Freitas

O Plenário da Comissão de Licitação, no uso de suas atribuições legais, acolhendo por unanimidade o voto do Relator, decide autorizar a retificação da Nota de Empenho em epígrafe, devendo ser suspensa a contagem do prazo de entrega, da data da autuação do pedido, até o recebimento, pela interessada, da Nota de Empenho devidamente retificada.

A Divisão de Programação e Controle deverá retificar o nome da credora na Nota de Empenho.

Publique- se e encaminhe- se à Divisão de Programação e Controle para as providências pertinentes.
Em 02 de março de 1978

FRANCISCO DE FREITAS
Presidente da Comissão de Licitação

JOAO LAERTE BASTOS DAMASCENO
Membro

OSMAR BARROS BARATA
Membro

ALCIDES DE OLIVEIRA FLEURY
Membro

JURANDIR PINTO DA SILVA
Membro

SECRETARIA DE FINANÇAS

ATOS DO SECRETÁRIO

PORTARIA DE 28 DE MARÇO DE 1978.

O SECRETARIO DE FINANÇAS DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 81, ítem XII, do Regimento aprovado pelo Decreto nº 2.863, de 21 de março de 1.975, tendo em vista o disposto na alínea «A», do artigo 21, do Decreto nº 2.951, de 22 de julho de 1.975 e o que consta do processo nº 051.601/78,

RESOLVE:

Designar MARIA DO CARMO MACEDO, Agente Administrativo, Código SA-401.3, Classe «B», matrícula nº 15.613, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, para substituir o Chefe da Seção de Cadastro e Informações Econômico-Fiscais, Símbolo FC-4, da Divisão da Receita de Taguatinga, do Departamento da Receita, desta Secretaria, no período de 03.04 a 02.05.78, por motivo de férias regulamentares.

Distrito Federal, 28 de março de 1.978.

FERNANDO TUPINAMBA VALENTE.

PORTARIA DE 28 DE MARÇO DE 1978.

O SECRETÁRIO DE FINANÇAS DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Autorizar BENEDICTO ONOFRE EVANGELISTA, Diretor do Departamento da Receita, Código DAS-101.2, matrícula nº 18.376, desta Secretaria, a viajar à cidade de CUIABÁ-Mato Grosso, nos dias 6, 7 e 8 de abril de 1978, em objeto de serviço.

Distrito Federal, 28 de março de 1978.

FERNANDO TUPINAMBÁ VALENTE

PORTARIA DE 28 DE MARÇO DE 1978

O SECRETÁRIO DE FINANÇAS DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Autorizar ZILDA JORDÃO EMERENCIANO PONTES, Assessor, Código DAS-102.2, matrícula nº 7925, desta Secretaria, a viajar à cidade de Porto Alegre - Rio Grande do Sul, no período de 09 a 14 de abril de 1978, em objeto de serviço.

Distrito Federal, 28 de março de 1978.

FERNANDO TUPINAMBÁ VALENTE

DESPACHOS

Processo nº: 58.130/77
Interessado: MOVEIS DE AÇO FIEL S/A.

Senhor Secretário,

A Seção de Material e Patrimônio-DAG-SEF, recebeu nos dias 02 e 03-03-78, os materiais a que se refere a Nota de Empenho nº: 338/77-SEF, peças 27/30.

O prazo de entrega do material contratado foi de 45 dias, a contar de 19.12/77.

A firma interessada, dentro do prazo de entrega, procurou o órgão próprio desta Divisão objetivando entregar o material doc.peça 31.

Como o material foi adquirido para a DIEF-DPR, aquele órgão foi consultado a respeito do recebimento, tendo se manifestado pela entrega no Edifício Vale do Rio Doce-sede própria da SEF-, a fim de evitar eventuais danos nos materiais quando da mudança da SEF que ocorrerá em breve, e também evitar prejuízos financeiros-doc. peças 32/33.

A NOVACAP, mediante o Ofício Interno nº 828/77- DF-SG, de 21.06.77, que consubstanciou o processo nº: 053435/77, comprometeu-se a entregar a esta Secretaria o Edifício Vale do Rio Doce, em sua totalidade, até 31 de dezembro de 1977.

Acontece, todavia, que embora a NOVACAP, haja se comprometido a entregar o imóvel no prazo mencionado, somente no dia 27.02.78, foi que a Diretoria Administrativa daquela Companhia colocou à disposição da SEF a área suficiente para recebimento e guarda do material.

Nestas condições, submeto o assunto à superior consideração de Vossa Excelência, opinando pela prorrogação do prazo de entrega do material, por conveniência administrativa, por mais 29 (vinte e nove) dias, a fim de que seja regularizada uma situação para a qual a firma interessada em nada contribuiu.

A consideração de Vossa Excelência.

Brasília-DF, 13 de março de 1978.

GDF - SECRETARIA DE FINANÇAS.

LUIZ FERNANDES DE BRITO

Diretor da Divisão Administrativa Geral.

A vista dos elementos constantes do presente processo e considerando a justificativa a que se refere a informação de fls. 48, da Divisão de Administração Geral-SEF, prorrogo, por mais 29 (vinte e nove) dias, por conveniência administrativa, o prazo de entrega do material adjudicado à firma MÓVEIS DE AÇO FIEL S.A., de que tratam estes autos.

À DAG-SEF, para as providências pertinentes.

Brasília, 16 de março de 1978.

FERNANDO TUPINAMBA VALENTE
Secretário de Finanças

JUNTA DE RECURSOS FISCAIS

ATA DE SESSÃO ORDINÁRIA DA JUNTA DE RECURSOS FISCAIS DO DISTRITO FEDERAL

Às 15 horas do dia 28 de fevereiro de 1978, reuniu-se a Junta de Recursos Fiscais do Distrito Federal, sob a Presidência do Exmº. Sr. Conselheiro João Bispo dos Santos Júnior e presentes os Conselheiros Amaury Ubirajara da Silva Ramos, Luiz Gonzaga Theodoro, Gilberto Alves Nery, Newton Egydio Rossi, Nelson Fernandes Eustáquio e Waldir Leoncio Cordeiro Lopes, bem como o Sr. Representante da Fazenda, Procurador Darione Nunes Cardoso. Foi lida e aprovada a Ata da Sessao anterior. No momento destinado a justificativa de faltas, usou da palavra o Conselheiro Newton Egydio Rossi, para justificar sua ausência à sessão do dia 23 de fevereiro próximo passado, por motivo de audiência junto ao Sr.Ministro da Fazenda Submetida a justificativa ao Plenário, foi a mesma unanimemente aprovada. No momento destinado a indicações e propostas, o Conselheiro Newton Egydio Rossi, formulou convite aos Srs. Representantes da Fazenda, Presidente Conselheiros, e demais funcionários deste Tribunal, para um foro de debates a se realizar no Auditório da Federação do Comércio de Brasília, no dia 16 de março as 20:30 hs., sendo conferencista o Sr. Ministro da Fezenda Mário Henrique Simonsen. O Sr. Presidente agradeceu o convite formulado, dizendo do interesse dos componentes da Casa em participarem de tal foro de debates. Da pauta de julgamento do dia constou: para **início de votação**: RV-288/77, em que é Recorrente Tropical Comercial de Alimentos Ltda., Recorrida Secretaria de Saúde, Conselheiro Relator: Newton Egydio Rossi . Concluído o julgamento foi proferida a seguinte decisão: A Junta de Recursos Fiscais, acorda, à unanimidade, conhecer do recurso para lhe dar provimento parcial, no sentido de desclassificar a penalidade imposta com fulcro no inciso VI, letra "a" do art. 243 do Regulamento baixado pelo Decreto nº 3.403/76, para a prevista no inciso VII, do mesmo artigo do citado diploma legal, correspondente a 1/2 (meio) valor de referência, nos termos das notas taquigráficas. Redator para o acórdão o Conselheiro Newton Egydio Rossi. Para **prosseguimento de votação**: RV-271/77, em que é Recorrente Pedro Tadeu Oliveira Costa, Recorrida Secretaria de Saúde e Conselheiro Relator Gilberto Alves Nery. Os autos estavam com vistas para o Conselheiro Luiz Gonzaga Theodoro. Concluído o julgamento foi proferida a seguinte decisão: A Junta de Recursos Fiscais, acorda, à unanimidade, conhecer do recurso para declarar a nulidade do processado a partir da decisão de Primeira Instância, nos termos das notas taquigráficas. Redator para o acórdão o Conselheiro Gilberto Alves Nery. Nada mais havendo a ser deliberado ou quem desejasse usar da palavra, o Sr. Presidente encerrou a Sessão, convocando outra, ordinária, para o dia 02 de março de 1978, às 15 hs. E, por nada mais constar, eu Eliane de Castro Souza Rêgo, Assistente da Junta, lavrei a presente ata que vai assinada pelo Sr. Presidente, Sr. Representante da Fazenda e demais Conselheiros presentes á Sessão do dia 02 de março de 1978, data em que foi aprovada.

JOÃO BISPO DOS SANTOS JÚNIOR-Presidente; DARIONE NUNES CARDOSO-Rep. Fazenda; NELSON FERNANDES EUSTÁQUIO-Conselheiro; WALDIR LEÔNCIO CORDEIRO LOPES-Conselheiro; AMAURY UBIRAJARA DA SILVA RAMOS-Conselheiro; LUIZ GONZAGA THEODORO-Conselheiro; GILBERTO ALVES NERY-Conselheiro.

ATA DE SESSÃO ORDINÁRIA DA JUNTA DE RECURSOS FISCAIS DO DF. As 15 horas do dia 09 de março de 1978, reuniu-se a Junta de Recursos Fiscais do Distrito Federal, sob a Presidência do Exmo. Sr. Conselheiro João Bispo dos Santos Júnior e presentes os Conselheiros Amaury Ubirajara da Silva Ramos, Luiz Conzaga Theodoro, Gilberto Alves Nery, Newton Egydio e Waldir Leôncio Cordeiro Lopes, bem como o Sr. Representante da Fazenda Procurador Darione Nunes Cardoso. Foi lida e aprovada a ata da Sessão anterior. Conferidos os acórdãos nºs 07/78, 08/78, 09/78 e 10/78 referentes aos recursos voluntários nºs 271/77, 287/77, 313/77 e 285/77. Distribuiram-se os seguintes recursos voluntários nºs: 02/78, 03/78, 21/78, 45/78 46/78, 47/78 e 48/78, sendo sorteados para relatores os Conselheiros Nelson Fernandes Eustáquio, Gilberto Alves Nery, Newton Egydio Rossi, Luiz Gonzaga Theodoro, Amaury Ubirajara da Silva Ramos, Nelson Fernandes Eustáquio e Gilberto Alves Nery, respectivamente. A partir deste instante passou a participar dos trabalhos o Conselheiro Nelson Fernandes Eustáquio. No momento destinado a Indicações Propostas usou da palavra o Conselheiro Newton Egydio Rossi para reiterar o convite formulado em Sessão do dia 28 de fevereiro próximo passado, para a conferência do Sr. Ministro da Fazenda no auditório da Federação do Comércio no próximo dia 16, às 20 horas. Da pauta de julgamento do dia constou: para prosseguimento de votação: RV-210/77, em que é recorrente Editora Gráfica Americana, recorrida Secretaria de Saúde e Relator o Conselheiro Waldir Leôncio Cordeiro Lopes. Os autos estavam com Vista ao Conselheiro Nelson Fernandes Eustáquio. Decide a Junta de Recursos Fiscais, à maioria de votos, sobrestar o julgamento do feito para que o Fiscal Autuante informe o local onde foi lavrado o auto de infração. Foi voto vencido o do Conselheiro Amaury Ubirajara da Silva Ramos, que rejeitou a preliminar de sobrestamento do recurso, reportando-se aos fundamentos de seu voto proferido quando do julgamento do recurso voluntário nº 268/77, RV-172/77, em que é recorrente Antônio Reis Costa, recorrida Secretaria de Saúde e Relator o Conselheiro Luiz Gonzaga Theodoro. O presente julgamento foi adiado conforme solicitação do douto Sr. Representante da Fazenda e notas taquigráficas, para a próxima 2ª feira dia 13 em Sessão Extraordinária. Para início de votação: RV-365/77, em que é recorrente Francisco André de Souza, recorrida Secretaria de Saúde e Relator o Conselheiro Gilberto Alves Nery. Solicitou Vista dos autos o Conselheiro Nelson Fernandes Eustáquio. Antes de encerrar a Sessão o Sr. Presidente convocou Sessões extraordinárias a serem realizadas dias 13 e 15 do mês em curso, de acordo com a Resolução nº 01/75, deste Tribunal. Nada mais havendo a ser deliberado ou quem desejasse usar da palavra o Sr. Presidente encerrou a Sessão convocando outra, Extraordinária para o dia 13 de março de 1978, às 15 horas. E, por nada mais constar eu, Eliane de Castro Souza Rego, Assistente da Junta, lavrei a presente ata que vai assinada pelo Sr. Presidente, Sr. Representante da Fazenda e demais Conselheiros presentes à Sessão do dia 13 de março de 1978, data em que foi aprovada.

JOÃO BISPO DOS SANTOS JÚNIOR (Presidente); DARIONE NUNES CARDOSO (Rep. Fazenda); NELSON FERNANDES EUSTÁQUIO (Conselheiro); WALDIR LEÔNCIO CORDEIRO LOPES (Conselheiro); NEWTON EGYDIO ROSSI (Conselheiro); AMAURY UBIRAJARA DA SILVA RAMOS (Conselheiro); GILBERTO ALVES NERY (Conselheiro); LUIZ GONZAGA THEODORO (Conselheiro)

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

FUNDAÇÃO EDUCACIONAL

DIRETORIA EXECUTIVA

ATOS DO DIRETOR

INSTRUÇÃO Nº 03 DE 22 DE março DE 1978.

O DIRETOR-EXECUTIVO DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 30, inciso XII, do Estatuto da Entidade, aprovado pelo Decreto nº 3.290, de 25 de junho de 1976, combinado com o artigo 17, § 1º, do Regimento dos Complexos Escolares, aprovado pelo Decreto nº 3.547, de 03 de janeiro de 1977, e tendo em vista o que consta do processo nº 434620/77-FEDF,

R E S O L V E:

1. Alterar os Anexos I e II da Instrução nº 09, de 23 de agosto de 1977, no que se refere à Região Administrativa III - Taguatinga.

2. Estabelecer, na forma do Anexo I desta Instrução, a área de jurisdição dos Complexos Escolares da Região Administrativa de que trata o item anterior.

3. Vincular aos Complexos Escolares, para efeito de supervisão e controle, na forma do Anexo II desta Instrução, as unidades que mantêm convênio com a Fundação Educacional do Distrito Federal.

4. Esta Instrução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília-DF, 22 de março de 1978.

EMERSON JOSÉ DE ALMEIDA SANTOS
Diretor-Executivo da Fundação Educacional
do Distrito Federal

ANEXO I DA INSTRUÇÃO 03 /78 - DE

REGIÃO ADMINISTRATIVA III - TAGUATINGA

UNIDADE DE ENSINO	LOCALIZAÇÃO
COMPLEXO ESCOLAR "A" - TAGUATINGA	
Centro Interescolar 03 de Taguatinga	QNJ 56 - Área Especial nº 16
Escola Classe 24 de Taguatinga	QNJ 23/25 - Área Especial nº 09
Escola Classe 26 de Taguatinga	QNJ 05/07 - Área Especial nº 05
Escola Classe 29 de Taguatinga	QNJ Área Especial nº 10
Centro de Ensino de 1º Grau 04 de Taguatinga	QNL 05/07 - Área Especial
Centro de Ensino de 1º Grau 06 de Taguatinga	QNL 01 - Área Especial nº 01
Centro de Ensino Especial 01 de Taguatinga	QNJ Área Especial nº 12
COMPLEXO ESCOLAR "B" - TAGUATINGA	
Centro Interescolar 01 de Taguatinga	Área Especial - nº 14 QSE
Centro de Ensino de 1º Grau 05 de Taguatinga	QSE - Área Especial nº 09 e 10
Centro de Ensino de 1º Grau 10 de Taguatinga	EQSE 05/07 - Área Especial
Escola Classe 13 de Taguatinga	QSF 5 - Área Especial nº 02
Escola Classe 28 de Taguatinga	EQSE 12/14 - Área Especial
Centro Educacional de Taguatinga Sul	QSD - 12
Centro Educacional Ave Branca	QSA - 05/06
Centro de Ensino de 1º Grau 09 de Taguatinga	QSD - Área Especial nº 02
Centro de Ensino de 1º Grau 03 de Taguatinga	QSA - 24/25
Escola Classe 10 de Taguatinga	QSD - 18/33
Escola Classe 14 de Taguatinga	QSB - 02/03 - Área Especial nº 03 e 04

UNIDADE DE ENSINO	LOCALIZAÇÃO
COMPLEXO ESCOLAR "C" - TAGUATINGA	
Centro Educacional 01 de Taguatinga	Área Especial - Setor Central 9/10
Centro Educacional de Taguatinga Norte	QNC - Área Especial nºs. 01, 02, 03
Centro de Ensino de 1º Grau 08 de Taguatinga	QNA - Área Especial
Escola Classe 06 de Taguatinga	CNB 12 - Área Especial
Escola Classe 19 de Taguatinga	QNA 39 - Área Especial
Escola Classe 20 de Taguatinga	QNC 12 - Área Especial
Escola Classe 22 de Taguatinga	QNB 16
Escola Classe 23 de Taguatinga	CNA 01/02 - Praça do DI
Escola Classe 27 de Taguatinga	CNF 01/QNF 19
Escola Classe 39 de Taguatinga	QNC 14/15 - Área Especial nºs 15,16,17
Escola Classe Samambaia	Via Santo Antônio Descoberto DF 14
Escola Classe Lajes da Jibóia	DF 01 - Km 04
Escola Classe Incra 08	BR.070 - Km 09 PICAG - Núcleo 08 INCRA
Escola Classe Incra 09	DF 08 Km 12 - Núcleo 09 INCRA
Escola Classe Boa Esperança	Via DF 01 - Km 03
Escola Classe Guariroba	DF 03 - Km 07 da BR. 06
Escola Classe Jibóia	Via DF - 01 Km 02
COMPLEXO ESCOLAR "D" - TAGUATINGA	
Centro Interescolar 02 de Taguatinga	QNG - Área Especial nº 20
Escola Classe 03 de Taguatinga	QNG - Área Especial
Escola Classe 04 de Taguatinga	CND 05 - Praça do Bicalho
Escola Classe 08 de Taguatinga	QNG 12/14 - Área Especial
Escola Classe 12 de Taguatinga	QNH 07 - Área Especial
Escola Classe 15 de Taguatinga	QND 43 -EPCT-Setor "D" Norte -Lote 23
Escola Classe 16 de Taguatinga	QNG 06/07 - Área Especial
Escola Classe 18 de Taguatinga	QND 12 -EPCT-Setor "D" Norte -Lote 41
Escola Classe 21 de Taguatinga	QNH 01,02,03,-Área Especial nºs 01,02
Escola Classe 25 de Taguatinga	CND 01/06 - Praça do Bicalho
Escola Classe 30 de Taguatinga	QND 59 EPCT -Setor "D" Norte -Lote 37

UNIDADE DE ENSINO	LOCALIZAÇÃO
COMPLEXO ESCOLAR "A" - CEILÂNDIA	
Escola Classe 03 de Ceilândia	EQNM - 18/20
Escola Classe 04 de Ceilândia	EQNM - 22/24
Escola Classe 05 de Ceilândia	EQNM - 08/10
Escola Classe 06 de Ceilândia	EQNM - 04/06
Centro Educacional 02 de Ceilândia	QNM - 14
COMPLEXO ESCOLAR "B" - CEILÂNDIA	
Centro Interescolar 01 de Ceilândia	QNM - 13
Centro Educacional 01 de Ceilândia	EQNM - 17/19
Centro de Ensino de 1º Grau 02 de Ceilândia	EQNM - 01/03
Centro de Ensino de 1º Grau 04 de Ceilândia	EQNM - 21/23
Centro de Ensino de 1º Grau 07 de Ceilândia	EQNM - 05/07
Escola Classe 01 de Ceilândia	EQNM - 23/25
Escola Classe 02 de Ceilândia	EQNM - 19/21
COMPLEXO ESCOLAR "C" - CEILÂNDIA	
Escola Classe 07 de Ceilândia	EQNM - 01/02
Escola Classe 08 de Ceilândia	EQNM - 05/07
Escola Classe 09 de Ceilândia	QNN - 25
Centro de Ensino de 1º Grau 03 de Ceilândia	QNN - 13
Centro de Ensino de 1º Grau 08 de Ceilândia	EQNN - 21/23

ANEXO II DA INSTRUÇÃO Nº 03 /78 - DE

REGIÃO ADMINISTRATIVA III - TAGUATINGA

COMPLEXO ESCOLAR "A" - TAGUATINGA

Unidade Móvel de Orientação Social - UNIMOS/SESC
União dos Escoteiros do Brasil - UEB

COMPLEXO ESCOLAR "B" - TAGUATINGA

Unidade Móvel de Orientação Social - UNIMOS/SESC
União dos Escoteiros do Brasil - UEB
União Norte Brasileira de Educação e Cultura - Taguatinga-DF
Ginásio Industrial Champanat

COMPLEXO ESCOLAR "C" - TAGUATINGA

SESC/Centro de Atividades de Taguatinga
Centro de Experimentação e Aperfeiçoamento - CEAIP-SESI
Unidade Móvel de Orientação Social - UNIMOS/SESC
União dos Escoteiros do Brasil - UEB
Igreja Presbiteriana do Centenário

COMPLEXO ESCOLAR "D" - TAGUATINGA

Unidade Móvel de Orientação Social - UNIMOS/SESC
União dos Escoteiros do Brasil - UEB

COMPLEXO ESCOLAR "A" - CEILÂNDIA

Campanha Nacional de Escolas da Comunidade/Centro Comunitário
São João Bosco - CNEC
União dos Escoteiros do Brasil - UEB
Ação Cristã Pró-Gente
Unidade Móvel de Orientação Social - UNIMOS/SESC

COMPLEXO ESCOLAR "B" - CEILÂNDIA

Unidade Móvel de Orientação Social - UNIMOS/SESC
União dos Escoteiros do Brasil - UEB
Centro de Experimentação e Aperfeiçoamento do SESI-CEAIP-SESI-DF

INSTRUÇÃO DE 20 DE MARÇO DE 1978

O DIRETOR EXECUTIVO DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe conferem os Estatutos da Entidade, e tendo em vista o que consta do processo nº 426404/78-FEDF,

RESOLVE:

Cessar, os efeitos da Instrução de 1º de julho de 1977, que designou CASSIANO NUNES BARBOSA, Técnico de Educação, inscrição nº 84.678, contratado da Fundação Educacional, para integrar a Diretoria da Caixa Beneficiente dos Servidores da Fundação Educacional, como Diretor Administrativo.

Brasília-DF 20 de março de 1978

EMERSON JOSÉ DE ALMEIDA SANTOS
Diretor Executivo da Fundação Educacional

CONSELHO DIRETOR

RESOLUÇÃO Nº: 28/78-CD.

O CONSELHO DIRETOR DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições estatutárias, em sua 289ª Reunião Ordinária, realizada em 02 de março de 1.978, e tendo em vista o que consta do processo nº: 431136/77-FEDF,

RESOLVE:

Referendar a Resolução nº: 23/78-CD, de 20 de fevereiro de 1.978, assinada pelo Senhor Presidente «ad referendum» do Conselho Diretor, aprovando o convênio que entre si estabelecem a SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO CENTRO-OESTE - SUDECO e a FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL, que tem por objeto a implantação do Programa de Formação de Recursos Humanos para o meio rural do Distrito federal, nas localidades de Planaltina e Sobradinho.

Brasília-DF., 02 de março de 1.978.

WLADIMIR MURTINHO
Presidente do Conselho Diretor
da Fundação Educacional

CONSELHEIROS:

ABEL RAFAEL PINTO
MANOEL TEIXEIRA DE CARVALHO NETO
GUIDO MONDIN.

RESOLUÇÃO Nº: 37/78-CD

O CONSELHO DIRETOR DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições estatutárias, em sua 291ª Reunião Ordinária, realizada em 16 de março de 1.978, e tendo em vista o que consta do processo nº: 267686/77-GDF,

RESOLVE:

Aprovar o contrato de empreitada a ser firmado entre a FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL e a firma CIVISA - ENGENHARIA CIVIL E SANITARIA LTDA, com a interveniência da ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE TAGUATINGA, tendo por objeto a construção de uma escola modulada, bem como a urbanização de sua área e da praça situada na QSE 12/14 - Taguatinga-DF.

Brasília-DF., 16 de março de 1.978.

WLADIMIR MURTINHO
Presidente do Conselho Diretor
da Fundação Educacional

CONSELHEIROS:

GUIDO MONDIN
ABEL RAFAEL PINTO
OTHON ANDRADE
MANOEL TEIXEIRA DE CARVALHO NETO.

DEPARTAMENTO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

ATOS DO DIRETOR

ORDEM DE SERVIÇO DE 1º DE MARÇO DE 1978

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso da delegação de competência conferida pela Instrução nº 01/77, do Diretor-Executivo da FEDF, e tendo em vista o que consta do processo nº 426251/78 FEDF.

RESOLVE:

Cessar os efeitos da Ordem de Serviço de 23/05/77, que designou MARIA DE LOURDES DE OLIVEIRA, Assistente de Administração, inscrição nº 97.132, para substituir nos seus impedimentos eventuais o Secretário do Centro de Ensino de 1º Grau, 03 de Sobradinho do Complexo Escolar "A" Sobradinho do Departamento Geral de Pedagogia da Fundação Educacional do Distrito Federal, símbolo EC-11, a partir da presente data.

Distrito Federal, 1º de março de 1978

NELSON BRAGA OCTAVIANO FERREIRA

Departamento Geral de Administração
Diretor

ORDEM DE SERVIÇO DE 07 DE MARÇO DE 1978

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso da delegação de competência conferida pela Instrução nº 01/77, do Diretor-Executivo da FEDF, e tendo em vista o que consta do Processo nº 426407/78-FEDF,

RESOLVE:

Cessar, os efeitos da Ordem de Serviço de 06/06/77, que designou FRANCISCO ESDRAS PEREIRA RODRIGUES, Assistente de Administração inscrição nº 98.904, para substituir nos seus impedimentos eventuais o Secretário do Centro de Ensino de 1º Grau 08 de Ceilândia do Complexo Escolar "A" Ceilândia do Departamento Geral de Pedagogia da Fundação Educacional do Distrito Federal, símbolo EC-11, a partir desta data.

Distrito Federal, 07 de março de 1978

NELSON BRAGA OCTAVIANO FERREIRA

Departamento Geral de Administração
Diretor

SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS

COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL

DIRETORIA

ATA DA MILÉSIMA TRIGENTÉSIMA VIGÉSIMA QUINTA REUNIÃO DA DIRETORIA DA COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL, REALIZADA EM CARÁTER EXTRAORDINÁRIO.

Aos vinte e quatro dias do mês de fevereiro de mil novecentos e setenta e oito, na sala de reuniões, na sede da COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL, realizou-se extraordinariamente, a 1.325ª. reunião da DIRETORIA DA NOVACAP, sob a Presidência do Engenheiro MAURO DE ALENCAR FECURY, Diretor Superintendente da Companhia, com a presença dos Senhores Diretores ROBERTO DE OLIVEIRA CRUZ, EMMANUEL PEDROSA FILHO, JOÃO MANCINI e PAULO JANOT BORGES. Estiveram também presentes à reunião o Senhor Consultor Jurídico, Doutor DARIO DÉLIO CARDOSO e a Secretária que esta subscreve. Na presente reunião foram relatados os seguintes processos: 01) - Nº 658.210/78 - DEPARTAMENTO DE MANUTENÇÃO - solicita aquisição de 06 latas de estanex, 10 quilos de solda branca preparada e outros. DECISÃO: «A Diretoria, com o voto do Relator e tendo em vista o constante do Processo nº 636.620/78, homologa o Convite nº 022/78 e autoriza a aquisição dos materiais discriminados na RM de fls. 13 junto à firma CADIB DE BRASÍLIA MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA., pelo valor global de Cr$ 9.435,50 (nove mil, quatrocentos e trinta e cinco cruzeiros e cinquenta centavos), devendo a entrega e as condições obedecerem ao proposto pela referida firma às fls.11 do processo supra "Relator: Diretor ROBERTO DE OLIVEIRA CRUZ. 02) Nº 635.748/78 - Departamento de Manutenção - solicita aquisição de 200 metros de Fio rígido nº 10 e outro. DECISÃO: "A Diretoria com o voto do Relator, homologa o Convite nº 026/78 e autoriza a aquisição dos materiais discriminados na RM. de fls. 02 junto à firma ELETROMINAS MATERIAL ELÉTRICO LTDA., pelo valor global de Cr$ 627.50 (seiscentos e vinte e sete cruzeiros e cinquenta centavos) devendo a entrega e as condições obedecerem ao proposto pela referida firma às fls. 12 do presente processo.» Relator: Diretor ROBERTO DE OLIVEIRA CRUZ. 03) - Nº 636.620/78 - Departamento de Manutenção - solicita aquisição de 06 latas de Estanex, 10 Kg. Solda branca preparada e outros. DECISÃO: «A Diretoria, com o voto do Relator, homologa o Convite nº 030/78 e autoriza a aquisição dos materiais discriminados na RM. de fls. 02 junto às firmas S/A WHITE MARTINS, CASA PLANETA DE BRASÍLIA S/A - MÁQUINAS E FERRAGENS e SERMAQ - SERRAS E MÁQUINAS LTDA., pelo valor global de Cr$ 3.599,10 (três mil, quinhentos e noventa e nove cruzeiros e dez centavos), devendo a entrega e as condições obedecerem ao proposto pelas referidas firmas às fls. 10, 12 e 13 do presente processo.» Relator: Diretor ROBERTO DE OLIVEIRA CRUZ. 04) - Nº 636.329/78 - Departamento de Manutenção - solicita aquisição de 01 (hum) 6631 - 12.5710 Silencioso e outros. DECISÃO: «A Diretoria, com o voto do Relator, homologa o Convite nº 034/78 e autoriza a aquisição dos materiais discriminados na RM de fls., 02 junto à firma NOGUEIRA S/A COMÉRCIO E INDÚSTRIA, pelo valor global de Cr$ 11.797,78 (onze mil, setecentos e noventa e sete cruzeiros e setenta e oito centavos), devendo a entrega e as condições obedecerem ao proposto pela referida firma às fls. 10 do presente processo.» Relator: Diretor ROBERTO DE OLIVEIRA CRUZ. 05) - Nº 636.238/78 - Divisão do Patrimônio/DEPA/DA - solicita aquisição de blocos para requisição de combustível e lubrificante. DECISÃO: «A Diretoria, com o voto do Relator, e tendo em vista o que consta do processo nº 636.238/78, homologa o Convite nº 037/78 e autoriza a aquisição do material discriminado na RM de fls. 02 junto à firma GRÁFICA MERCANTIL LTDA., pelo valor global de Cr$ 2.790,00 (dois mil, setecentos e noventa cruzeiros), devendo a entrega e as condições obedecerem ao proposto pela referida firma às fls. 15, do presente processo.» Relator: Diretor ROBERTO DE OLIVEIRA CRUZ. 06) - Nº 636.853/78 - Divisão do Patrimônio - solicita fornecimento de refeições. DECISÃO: «A Diretoria, com o voto do Relator, tendo em vista o que consta do processo nº 636.853/78, RESOLVE: Homologar o Convite nº 039/78, autorizando-se a emissão da Nota de Empenho, por estimativa, a favor da firma BOIÃO - BRASILIENSE DE REFEIÇÕES LTDA., no valor de Cr$ 60.000,00 (sessenta mil cruzeiros) para fornecimento de refeições destinadas aos diversos servidores da NOVACAP que trabalham em serviços extraordinários, para entrega conforme necessidade e quando solicitado pela Divisão do Patrimônio/DEPA/DA.» Relator: Diretor ROBERTO DE OLIVEIRA CRUZ. 07) - Nº 657.763/77 - CONSTRUTORA ROIZEN LTDA - Mudança de especificação sem ônus para a NOVACAP, da substituição da estrutura de concreto armado por estrutura metálica, para construção de um Galpão para a Secretaria de Finanças, em Brasília-DF. DECISÃO: «A Diretoria, com o voto do Relator autoriza a substituição da estrutura de concreto armado, (pilares e cintas) por estrutura metálica, conforme proposto pela firma CONSTRUTORA ROIZEN LTDA., às fls. 01 e 02, de 01 (um) módulo para o Galpão da Secretaria de Finanças, em Brasília - DF., objeto do contrato nº 650/77, assinado com a Construtora Roizen Ltda.» Relator: Diretor EMMANUEL PEDROSA FILHO. 08) - Nº 637.976/78 - DIRETORIA FINANCEIRA - Gabinete do Diretor apresenta a primeira reformulação do Orçamento Analítico da NOVACAP, referente ao exercício de 1978. DECISÃO: «A Diretoria, com o voto do Relator e tendo em vista o que consta dos autos, aprova a primeira reformulação do Orçamento Analítico da NOVACAP, nos exatos termos em que está sendo apresentada pela Diretoria Financeira e de acordo com o Decreto-Lei nº 4.320 de 17 de março de 1964 e, ainda, com o Decreto nº 4.015 de 29 de dezembro de 1977, que estabelece as normas de execução Orçamentária e Financeira do Distrito Federal.» Relator: Diretor JOÃO MANCINI. 09) - Nº 637.977/78 - DIRETORIA FINANCEIRA - Gabinete do Diretor, apresenta a primeira reformulação do Orçamento Sintético da NOVACAP, referente ao exercício de 1978. DECISÃO: "A Diretoria, com o voto do Relator e tendo em vista o que consta dos autos, aprova a primeira reformulação do Orçamento Sintético da NOVACAP, nos exatos termos em que está sendo apresentada pela DIRETORIA FINANCEIRA e de acordo com o Decreto-Lei nº 4.320 de 17 de março de 1964 e, ainda, com o Decreto nº 4.015 de 29 de dezembro de 1977, que estabelece as normas de execução Orçamentária e Financeira do Distrito Federal.» Relator: Diretor JOÃO MANCINI. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a reunião, da qual, para constar, eu, MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO BOGÉA DOS SANTOS, Secretária, lavrei a presente Ata, que lida e aprovada vai por mim subscrita e assinada pelos Senhores Diretores presentes e pelo Senhor Consultor Jurídico.

MAURO DE ALENCAR FECURY - Diretor Superintendente; ROBERTO DE OLIVEIRA CRUZ - Diretor Administrativo; EMMANUEL PEDROSA FILHO - Diretor de Edificações; JOÃO MANCINI - Diretor Financeiro; PAULO JANOT BORGES-Diretor de Urbanização; DARIO DELIO CARDOSO-Consultor Jurídico; MARIA DO PERPÉTIO SOCORRO BOGÉA DOS SANTOS-Secretária.

ATA DA MILÉSIMA TRIGENTÉSIMA VIGÉSIMA NONA REUNIÃO DA DIRETORIA DA COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL, REALIZADA EM CARÁTER EXTRAORDINÁRIO.

Aos nove dias do mês de março de mil novecentos e setenta e oito, na sala de reuniões na sede da COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL, realizou-se extraordinariamente, a 1.329ª Reuinão da DIRETORIA DA NOVACAP. sob a Presidência do Engenheiro MAURO DE ALENCAR FECURY, Diretor Superintendente da Companhia, com a presença dos Senhores Diretores ROBERTO DE OLIVEIRA CRUZ, EMMANUEL PEDROSA FILHO, PAULO JANOT BORGES e JOÃO MANCINI. Esteve também presente à reunião a Secretária que esta subscreve. Ausente, com a falta devidamente justificada, o Senhor Consultor Jurídico, Doutor DÁRIO DÉLIO CARDOSO. Aberta a sessão, o Senhor Superintendente determinou a leitura da Ata da reunião anterior que lida, foi aprovada pelos presentes, em seguida foi relatado o seguinte processo:

01) Nº 686.917/78—Segundo termo aditivo ao convênio celebrado entre o DISTRITO FEDERAL e a COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL-NOVACAP, na forma abaixo: DECISÃO: "A Diretoria, com o voto do Relator, encaminha a matéria à decisão do Egrégio Conselho de Administração, opinando pela efetivação do segundo termo de aditivo ao convênio entre a Companhia Imobiliárias de Brasília e a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil, regulando a administração pela NOVACAP, para a conclusão e ampliação do TEATRO NACIONAL DE BRASÍLIA. em Brasília-DF., visando suplementar o seu valor em mais de Cr$ 30.000.000,00(trinta milhões de cruzeiros), na forma da minuta de fls.02 a 04 "Relator: Diretor Superintendente MAURO DE ELENCAR FECURY. Em seguida, foi apresentado o processo nº 657.067/77—Convite nº 032/78-CPL, realizado em 03.03.78, para execução, sob o regime de empreitada por preço global, de 01 (uma) Sauna na Granja Águas Claras, em Brasília-Distrito Federal. DECISÃO: "A Diretoria, com o voto do Relator, homologa o Convite nº 032/78-CPL, com a contratação da firma HIDROPOOL EMPREENDIMENTOS INDUSTRIAIS LTDA., que propôs a execução de 01 (uma) Sauna na Granja Águas Claras , em Brasília-Distrito Federal, pelo valor global de Cr$ 143.000,00 (cento e quarente e três mil cruzeiros). Á Nota de Empenho será atribuido o valor de Cr$ 143.000,00 (cento e quarenta e três mil cruzeiros). e prazo para conclusão da obra será de 30 (trinta) dias úteis contados a partir da data do recebimento da Nota de Empenho pela firma interessada. "Relator: Diretor PAULO JANOT BORGES. Finalizando a reunião foi relatado este processo nº 638.587/78—CONSTRUTORA RABELLO S/A e TÉCNICA ARTE E MADEIRA LTDA—Revogação, por conveniência administrativa, da Tomada de Preços para fornecimento e colocação de esquadrias de madeira, para a obra do TEATRO NACIONAL DE BRASÍLIA. DECISÃO: "A Diretoria, com o voto do Relator, revoga,por conveniência administrativa, a Tomada de Preços para fornecimento e colocação de esquadrias de madeira para a Obra do Teatro Nacional de Brasília e autoriza nova licitação. "Relator: Diretor EMMANUEL PEDROSA FILHO. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a reunião, da qual, para constar, eu MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO BOGÉA DOS SANTOS, Secretária, lavrei a presente Ata, que vai assinada pelos Senhores Diretores presentes e por mim.

MAURO DE ELENCAR FECURY-Diretor Superintendente; ROBERTO DE OLIVEIRA CRUZ-Diretor Administrativo; EMMANUEL PEDROSA FILHO-Diretor de Edificações: PAULO JANOT BORGES-Diretor de Urbanização; JOÃO MANCINI-Diretor Financeiro; MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO BOGÉA DOS SANTOS Secretária..

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO DISTRITO FEDERAL CONSELHO RODOVIÁRIO

ATA da 554ª. Reunião Ordinária do Conselho Rodoviário do Distrito Federal, realizada aos dois dias do mês de março de mil novecentos e setenta e oito, no Edifício Sede do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal, situado no Setor de Áreas Isoladas Norte — Bloco "C" — Brasília-DF. PRESIDENCIA: Presidiu a reunião o Dr. José Roberto Oliveira Vinhaes, Chefe do Gabinete da Secretaria de Viação e Obras, Substituto legal do Exmº Senhor Secretário de Viação e Obras, Engº José Reinaldo Carneiro Tavares, Presidente Nato deste Conselho. CONSELHEIROS PRESENTES: Arino Oton de Lima, Armando Pontes, Carlos Alberto Ribeiro de Brito, Geraldo Rodrigues dos Santos, Jethro Bello Torres e Walkyria Santos Palhano, tendo como Secretário o servidor Elias de Oliveira Castro. ABERTURA DA SESSÃO E LEITURA DA ATA: As dezoito horas, o Sr. Presidente declarou aberta a sessão e determinou que se procedesse a leitura da Ata da reunião anterior, que posta em discussão e votação, foi aprovada. EXPEDIENTE: O Conselho tomou conhecimento das Atas das 983ª. e 984ª. reuniões da Junta de Controle do DER-DF, bem como dos relatórios que as acompanhavam, tendo o Sr. Presidente determinado seus respectivos arquivamentos. ORDEM DO DIA: 1) Processo Nº 415737/77 — Interessado: DIVISAO DE PROGRAMAÇAO DO DER-DF — Assunto: Pedido de prorrogação de prazo da SOCIEDADE DE TERRAPLENAGEM, CONSTRUÇAO CIVIL E AGROPECUARIA LTDA., para conclusão dos serviços de pavimentação da Estrada Parque Ceilândia (EPCL), trecho das estacas 335 a 700, aproximadamente, objeto do Contrato Nº 37/77. — Distribuído ao Conselheiro Armando Pontes, para relatar. 2) Processo Nº 417578/77 — Interessado: COMPANHIA DE ELETRICIDADE DE BRASILIA — CEB — Assunto: Remanejamento de uma torre da linha de alta tensão localizada na estaca 545 da Via Estrutural (EPCL), mediante dispensa da licitação. — Distribuído ao Conselheiro Geraldo Rodrigues dos Santos, para relatar. 3) Processo Nº 417817/77 — Interessado: SECRETARIA DE VIAÇAO E OBRAS — Assunto: Terceiro Termo Aditivo ao Convênio celebrado entre o Distrito Federal e o DER-DF em 30/12/75, regulado a Administração pelo segundo para o primeiro, dos Estudos para Im-

plantação do Sistema para Transporte Metropolitano de Passageiros no Distrito Federal. — Distribuído ao Conselheiro Arino Oton de Lima, para relatar, que apresentou o seu parecer e voto. DECISÃO: O Conselho, de acordo com o disposto no Art. 11, Inciso XIII, do Decreto N° 3.077, de 03/12/75, acatando o parecer e voto verbais do relator, decidiu, por unanimidade, retificar a decisão anterior, de fls. 08, proferida em sua 72ª. Reunião Extraordinária, realizada em 26/12/77, anulando a elevação de valor de Cr$ 11.271.163,31 (onze milhões, duzentos e setenta e um mil, cento e sessenta e três cruzeiros e trinta e um centavos) para Cr$ 26.271.163,31 (vinte e seis milhões, duzentos e setenta e um mil, cento e sessenta e três cruzeiros e trinta e um centavos), e ratificando a prorrogação do prazo de vigência para 31/12/78, devendo o Convênio ser editado em valor, quando da reformulação no programa de obras do FUNDEFE. 4) Processo N° 417863/77 — Interessado: DIVISÃO DE PROGRAMAÇÃO DO DER-DF — Assunto: Tomada de Preços N° 02/78 — Fornecimento e plantio de grama batatais (Paspalum Notatum) em mudas e placas, numa área aproximada de 345.000,00m2, na Estrada Parque Ceilândia — EPCL, sob o regime de empreitada por preço unitário. — Distribuído à Conselheira Walkyria Santos Palhano, para relatar. 5) Processo N° 415422/78 — Interessado: DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO DISTRITO FEDERAL — Assunto: Balancetes do DER-DF relativos ao mês de janeiro de 1978. — Distribuído ao Conselheiro Jethro Bello Torres, para relatar. 6) Processo N° 416349/77 — Interessado: DIVISÃO DE PROGRAMAÇÃO DO DER-DF — Assunto: Segundo pedido de prorrogação de prazo da IRFASA S/A — CONSTRUÇÕES, INDÚSTRIA E COMÉRCIO, para conclusão dos serviços objeto do Contrato N° 34/77 — execução de trabalhos rodoviários compreendendo a construção de 01 (um) viaduto em concreto armado, na EPCL, sobre a 1ª. travessia da Rede Ferroviária Federal S/A — RELATOR: Conselheiro Geraldo Rodrigues dos Santos. DECISÃO: O Conselho, de acordo com o disposto no Art. 11, Inciso XXVII, do Decreto N°. 3.077, de 03/12/75, acatando o parecer e voto do relator, decidiu, por unanimidade, conceder 10 (dez) dias de prorrogação de prazo, a partir de 30/01/78, a favor da IRFASA S/A — Construções, Indústria e Comércio, para conclusão dos serviços objeto do Contrato N° 34/77, permanecendo inalteradas as demais disposições contratuais. 7) Processo N° 417214/77 — Interessado: PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS-MG — Assunto: Alienação de um trator de esteiras D6-B Caterpillar e um semi-reboque Tip-Top marca Trivellato. — RELATOR: Conselheiro Jethro Bello Torres. DECISÃO: O Conselho, em conformidade com o disposto no Art. 11, Inciso XIX, do Decreto N° 3.077, de 03/12/75, acolhendo o parecer e voto do relator, decidiu, por unanimidade, com fundamento no Art. 39, do Decreto N° 1.703/71, opinar pela alienação à Prefeitura Municipal de Buritis-MG, de um trator de esteiras D6-B Caterpillar, série 44-A-8271, ano de fabricação 1964 e um semi-reboque Tip-Top marca Trivellato, de dois eixos, no valor total de Cr$ 160.000,00 (cento e sessenta mil cruzeiros), bem como pela aprovação da minuta de contrato de fls. 09 a 11, devendo o presente processo ser submetido à elevada consideração do Excelentíssimo Senhor Governador, através da Secretaria de Viação e Obras, nos termos do Art. 15, do Decreto N° 3.077/75. 8) Processo 417284/77 — Interessado: DIVISÃO DE MANUTENÇÃO E REPAROS DO DER-DF — Assunto: Alienação de nove veículos, um trator de esteiras e um semi-reboque, considerados anti-econômicos, de propriedade do DER-DF. — RELATOR: Conselheiro Carlos Alberto Ribeiro de Brito. DECISÃO: O Conselho, nos termos do disposto no Art. 11, Inciso XIX, do Decreto N°. 3.077, de 03.12.75, acolhendo o parecer e voto verbais do relator, decidiu, por unanimidade, com custeio no Art. 39, do Decreto N°. 1.703/71, opinar pela alienação, através de leilão público, de nove veículos, um trator de esteiras e um semi-reboque, conforme avaliação às fls. 06 e 07, da Comissão designada pelo Sr. Diretor-Geral, mediante a indicação do leiloeiro pela Junta Comercial, de acordo com o Art. 42, do Decreto N°. 21.891, de 19/10/32, devendo o presente processo ser submetido à elevada consideração do Excelentíssimo Senhor Governador, através da Secretaria de Viação e Obras, na forma do Art. 15, do Decreto N°. 3.077/75. 9) Processo N°. 415057/78 — Interessado: DIVISÃO DE PROGRAMAÇÃO DO DER-DF — Assunto: Tomada de Preços N°. 03/78 — Fornecimento e assentamento de aproximadamente 30.000 (trinta mil) metros de meios-fios, na Estrada Parque Ceilândia — EPCL, em Brasília-DF, sob o regime de empreitada por preço unitário. — RELATOR: Conselheiro Armando Pontes: DECISÃO: O Conselho, nos termos do disposto no Art. 11, Incisos XXV e XXVII, do Decreto N°. 3.077, de 03/12/75, acolhendo o parecer e voto do relator, decidiu, por unanimidade, homologar o julgamento da Tomada de Preços N°. 03/78, no valor de Cr$ 1.405.500,00 (um milhão, quatrocentos e cinco mil e quinhentos cruzeiros), a favor da URBRAS — Urbanização e Premoldados Ltda., bem como aprovar a minuta de contrato de fls. 39 a 45, regulando a execução dos serviços em epígrafe, nas laterais externas direita e esquerda da EPCL, trecho das estacas — 30 a "0" e "0" a 704 e encaixes da EPCL com a EPIA e EPGT (parte externa), ao preço unitário por metro linear de fornecimento e assentamento de meios-fios de Cr$ 46,85 (quarenta e seis cruzeiros e oitenta e cinco centavos) e prazo de execução de 60 (sessenta) dias, de acordo com o relatório da Comissão de Licitação às fls. 35 a 37 e atendidas as demais condições estipuladas no presente processo, devendo o contrato ser firmado após a publicação do Termo Aditivo ao Convênio TERRACAP/DER-DF — Execução de Obras Viárias em Brasília-DF. ASSUNTOS DIVERSOS: O Conselho tomou conhecimento da ausência do Conselheiro Júlio Xavier Rangel a esta e à reunião anterior, por motivo de viagem. ENCERRAMENTO: As vinte horas, nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente deu por encerrada a reunião, da qual, para constar, eu, Elias de Oliveira Castro, lavrei a presente Ata, que será submetida à aprovação na próxima Reunião Ordinária, e, quando aprovada, assinada pelo Sr. Presidente, pelo Secretário e pelos Srs. Conselheiros presentes.

PRESIDENTE: JOSE ROBERTO OLIVEIRA VINHAES, SECRETARIO: ELIAS DE OLIVEIRA CASTRO, CONSELHEIROS: WALKYRIA SANTOS PALHANO, GERALDO RODRIGUES DOS SANTOS, JETHRO BELLO TORRES, ARMANDO PONTES, ARINO OTON DE LIMA, JULIO XAVIER RANGEL.

DIRETORIA CONSULTIVA DO DER-DF

ATA DA 94ª. REUNIÃO ORDINÁRIA DA DIRETORIA CONSULTIVA DO DER-DF.

Aos seis dias do mês de março de mil novecentos e setenta e oito, no Edifício Sede do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal, situado no Setor de Áreas Isoladas Norte — Bloco "C" — Brasília-DF, realizou-se a 94ª. Reunião Ordinária da Diretoria Consultiva do DER-DF, sob a presidência do Engº. Arino Oton de Lima Diretor-Geral do DER-DF e com a presença dos seguintes membros: Arthur Coelho de Mello, Élio Moulin, José Medeiros de Oliveira, José Rios Sócrates e Paulo Cardozo, tendo como Secretário o servidor Ernandes Leite de Siqueira. ABERTURA DA SESSÃO E LEITURA DA ATA: As dezenove horas, o Sr. Presidente declarou aberta a sessão e determinou que se procedesse a leitura da Ata da reunião anterior, que posta em discussão e votação, foi aprovada. ORDEM DO DIA: 1) Processo nº 417605/77 — Interessado: COMPANHIA DE ELETRICIDADE DE BRASÍLIA — CEB — Assunto: Remanejamento de rede aérea de alta tensão na Estrada Parque Indústria e Abastecimento — EPIA, mediante dispensa de licitação. — RELATOR: Engº. José Medeiros de Oliveira. — A Diretoria Consultiva, nos termos do Art. 40, Inciso I, do Decretoº. 3.078, de 03/12/75, acolhendo o voto do relator, manifesta-se, com fundamento no Art. 3º., Inciso I, Alínea "f", do Decreto Nº. 1703/71, pela dispensa de licitação no valor de Cr$ 150.090,00 (cento e cinquenta mil e noventa cruzeiros), a favor da Companhia de Eletricidade de Brasília — CEB, para execução dos serviços em referência, de acordo com os orçamentos às fls. 03 e 08. 2) Processo Nº. 415502/78 — Interessado: DIVISÃO DE PROGRAMAÇÃO DO DER-DF — Assunto: Abertura de Crédito Suplementar ao Orçamento do DER-DF relativo ao exercício de 1978, para reforço do Projeto DER-1711 — Execução do Plano Rodoviário do DF. — Elemento 4.1.1.0 — Obras Públicas. — RELATOR: Engº. Arthur Coelho de Mello. — A Diretoria Consultiva, em conformidade com o disposto no Art. 40, Inciso I, do Decreto Nº. 3.078, de 03/12/75, acatando o voto do relator, manifesta-se, com fundamento no Art. 43, § 1º., Inciso II e Art. 73, da Lei Nº. 4.320, de 17/03/64, pela abertura do crédito suplementar em epígrafe, no valor de Cr$ 6.888.255,00 (seis milhões, oitocentos e oitenta e oito mil e duzentos e cinquenta e cinco cruzeiros), com a utilização dos recursos provenientes do excesso de arrecadação da Cota-Parte do Imposto Único Sobre Minerais do País, apurado nos exercícios de 1976 e 1977, conforme exposição às fls. 01 e 02 e demonstrativos às fls. 04 a 06, bem como pela alteração do Programa de Trabalho às fls. 07. ENCERRAMENTO: as vinte horas, nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente deu por encerrada a reunião, da qual, para constar, eu, Ernandes Leite de Siqueira, lavrei a presente Ata, que será submetida à aprovação na próxima Reunião Ordinária, e, quando aprovada, assinada pelo Sr. Presidente, pelo Secretário e pelos Srs. Membros presentes. Presidente: ARINO OTON DE LIMA; Secretário: ERNANDES LEITE DE SIQUEIRA; Membros: JOSÉ MEDEIROS DE OLIVEIRA, ÉLIO MOULIN, JOSÉ RIOS SÓCRATES, PAULO CARDOZO, ARTHUR COELHO DE MELLO.

COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA TERRACAP

Atos do Superintendente

INSTRUÇÃO DE 01 DE FEVEREIRO DE 1978

O DIRETOR SUPERINTENDENTE DA COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA-TERRACAP, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos Estatutos Sociais da Companhia,

RESOLVE:

Alterar a Instrução de Serviço de 1° de janeiro de 1978, que designou a Comissão encarregada de proceder ao levantamento e avaliação dos danos ocorridos na Galeria dos Estados Jornalista Costa Manso, no dia 09.01.78, em virtude das chuvas para excluir os servidores DORAMÉLIA MARRA DA MOTTA, matrícula 285 e TEREZINHA DA CUNHA MARRA, matrícula 468 e, incluir ALZIRA TURATI FLEXA, matrícula 015 e LUIZ FERNANDO WALKER CRUZ, matrícula 604, ambos assistentes da Gerência Administrativa, desta Companhia.

Brasília, 01 de fevereiro de 1978

ARMANDO COLAVOLPE
Diretor Superintendente

INSTRUÇÃO DE 20 DE MARÇO DE 1978

O DIRETOR SUPERINTENDENTE DA COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA-TERRACAP, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IX, do art 27, do Estatuto Social da Companhia,

RESOLVE:

Designar, os servidores MARCELINO GONÇALVES FILHO, Chefe da Seção de Comunicação e Arquivo, matrícula nº 370, USLEY GOMES, matrícula nº 189, Encarregado do Arquivo da Seção de Comunicação e Arquivo e EDMAR SILVA SIMÕES, matrícula nº 250, para, sob a presidência do primeiro, compor a Comissão encarregada de promover o levantamento e possível incineração de papéis existente no depósito desta Companhia, no SIA.

Brasília, 20 de março de 1978

ARMANDO COLAVOLPE
Diretor Superintendente

DIRETORIA

Sessão nº: 336
Decisão nº: 187.
Processo nº: 260.245/77
Referência: ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE TAGUATINGA.

DECISÃO:

A Diretoria, com o voto do relator e à vista do contido no presente processo, RESOLVE homologar a licitação para execução de reformas de construção civil, no prédio da Divisão da Receita de Taguatinga, sob o regime de empreitada por preço global, adjudicando-se à firma RENCOL - Reformas Construções e Comércio Ltda, a execução dos serviços constantes do Capítulo II da Carta Convite nº: 005/78— TERRACAP, pelo valor de Cr$ 99.220,00 (noventa e nove mil, duzentos e vinte cruzeiros)

Relator ARMANDO COLAVOLPE

ARMANDO COLAVOLPE
NID DUTRA D'AMORIM
JOÃO ALCIDES HOMAR
EDMAR DIAS MATOS

Sessão nº: 343
Realizada em: 06.03.78
Decisão nº: 201
Processo nº: 686.864/78
Referência: DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

DECISÃO

O Conselho, com o voto do relator e tendo em vista o que

consta do presente processo, RESOLVE aprovar a alteração do orçamento da Companhia para o exercício de 1 978, na forma discriminada à fl. 09, tendo em vista o disposto no inciso VI do art. 18, do Estatuto Social da Companhia.

Relator: Conselheiro ARMANDO COLAVOLPE

JOSE REINALDO CARNEIRO TAVARES
Presidente

ARMANDO COLAVOLPE
Membro

FRANCISCO HORTA BARBOSA DA SILVA
Membro

DARIO DELIO CARDOSO
Membro

DALMO PIMENTEL DOS SANTOS
Membro

JULIO CESAR DE ROSE
Membro

2ª Alteração

COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA - TERRACAP

ORÇAMENTO SINTETICO PARA O EXERCÍCIO DE 1978

R E C E I T A			D E S P E S A	
CATEGORIAS ECONOMICAS - FONTES			FUNÇÃO - PROGRAMA - SUBPROGRAMA - ATIVIDADE - PROJETO	
1000.00.00 - RECEITAS CORRENTES		40.000.000		
1200.00.00 - RECEITA PATRIMONIAL		40.000.000		
2000.00.00 - RECEITAS DE CAPITAL		460.000.000		
2300.00.00 - ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS E IMÓVEIS		460.000.000		
T O T A L		500.000.00		
			FUNÇÃO 10 - HABITAÇÃO E URBANISMO	
			PROGRAMA 58 - URBANISMO	
			Subprograma 323 - Planejamento Urbano	
			1.04 - Execução de Obras e Serviços de Infra-estrutura em Novos Loteamentos e Ampliações	20.500.000
			1.05 - Execução de Obras e Serviços de Infra-estrutura no Distrito Federal	60.000.000
			1.06 - Execução de Obras Viárias no Distrito Federal	60.000.000
			1.07 - Execução de Obras e Serviços de Urbanização no Distrito Federal	90.000.000
			1.08 - Execução de Obras Diversas	10.000.000
			1.09 - Ampliação e Conclusão do Teatro Nacional	70.000.000
			1.11 - Conclusão do Edifício Sede da Companhia Imobiliária de Brasília - TERRACAP	4.500.000
			FUNÇÃO 11 - INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS	
			PROGRAMA 63 - COMÉRCIO	
			Subprograma 353 - Comercialização	
			2.01 - Manutenção das Atividades da Companhia Imobiliária de Brasília - TERRACAP	150.000.000
			1.01 - Reequipamento dos Órgãos e Serviços	8.000.000
			1.02 - Ampliação, Reconstrução e Restauração de Prédios e Próprios da TERRACAP	2.000.000
			1.03 - Operações Imobiliárias	24.000.000
			1.10 - Participação Acionária da Companhia Imobiliária de Brasília TERRACAP, no Capital de Outas Empresas	1.000.000
			T O T A L	500.000.000

2ª Alteração

COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA - TERRACAP

CÓDIGO	E S P E C I F I C A Ç Ã O	ORIGENS DOS RECURSOS	
		PRÓPRIOS	T O T A L
1.04	Execução de Obras e Serviços de Infra-estrutura em Novos Loteamentos e Ampliações	20.500.000	20.500.000
1.05	Execução de Obras e Serviços de Infra-estrutura no Distrito Federal	60.000.000	60.000.000
1.06	Execução de Obras Viárias no Distrito Federal	60.000.000	60.000.000
1.07	Execução de Obras e Serviços de Urbanização no Distrito Federal	90.000.000	90.000.000
1.08	Execução de Obras Diversas	10.000.000	10.000.000
1.09	Ampliação e Conclusão do Teatro Nacional	70.000.000	70.000.000
1.11	Conclusão do Edifício Sede da Companhia Imobiliária de Brasilia - TERRACAP	4.500.000	4.500.000
2.01	Manutenção das Atividades da Companhia Imobiliária de Brasilia - TERRACAP	150.000.000	150.000.000
1.01	Reequipamento dos Órgãos e Serviços	8.000.000	8.000.000
1.02	Ampliação, Reconstrução e Restauração de Prédios e Próprios da TERRACAP	2.000.000	2.000.000
1.03	Operações Imobiliárias	24.000.000	24.000.000
1.10	Participação Acionária da Companhia Imobiliária de Brasília - TERRACAP, no Capital de Outras Empresas	1.000.000	1.000.000
	T O T A L	500.000.000	500.000.000

2ª Alteração

COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA - TERRACAP

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ELEMENTOS													TOTAL
		3.1.1.0	3.1.2.0	3.1.3.0	3.1.4.0	3.1.5.0	3.2.3.0	3.2.5.1	3.2.5.2	3.2.7.6	4.1.1.0	4.1.3.0	4.1.4.0	4.2.1.0	4.2.3.0	
1.04	Execução de Obras e Serviços de Infra-estrutura em Novos Loteamentos e Ampliações										20.600.000					20.500.000
1.05	Execução de Obras e Serviços de Infra-estrutura no D.Federal										60.000.000					60.000.000
1.06	Execução de Obras Viárias no Distrito Federal										60.000.000					60.000.000
1.07	Execução de Obras e Serviços de Urbanização no D. Federal .										90.000.000					90.000.000
1.08	Execução de Obras Diversas ...										10.000.000					10.000.000
1.09	Ampliação e Conclusão do Teatro Nacional										70.000.000					70.000.000
1.11	Conclusão do Edifício Sede da Companhia Imobiliária de Brasília - TERRACAP										4.500.000					4.500.000
2.01	Manutenção das Atividades da Companhia Imobiliária de Brasília - TERRACAP	50.000.000	9.000.000	35.000.000	20.000.000	100.000	50.000	10.000.000	12.000.000	3.850.000						150.000.000
1.01	Reequipamento dos Órgãos e Serviços											3.000.000	5.000.000			8.000.000
1.02	Ampliação, Reconstrução e Restauração de Prédios e Próprios da TERRACAP										2.000.000					2.000.000
1.03	Operações Imobiliárias													24.000.000		24.000.000
1.10	Participação Acionária da Companhia Imobiliária de Brasília TERRACAP, no Capital de Outras Empresas														1.000.000	1.000.000
	TOTAL	50.000.000	9.000.000	35.000.000	20.000.000	100.000	50.000	10.000.000	12.000.000	3.850.000	317.000.000	3.000.000	5.000.000	24.000.000	1.000.000	500.000.000

Sessão nº: 338
Decisão nº: 218
Realizada em: 28.02.78
Processo nº: 697.986/77
Referência: ANTÔNIO NOGUEIRA LIMA
Regularização de área

DECISÃO

A Diretoria, com o voto do relator e à vista do contido no presente processo, RESOLVE: a) autorizar a venda do Lote 11, Conjunto "E", QNM-09 - Setor "M" Norte da CS/TAGUATINGA ao Sr. ANTÔNIO NOGUEIRA LIMA, com base na Resolução nº 13/74, observadas as condições da Decisão nº 2.365/77 da Diretoria Colegiada e Decisão nº 2.024/77 do CONAD/TERRACAP, e acatado o preço mínimo a ser fixado pelo CONAD/TERRACAP; b) fixar o prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento da notificação pelo interessado, respeitado o prazo de validade a ser estabelecido pelo CONAD/TERRACAP, para que se concretize a transação, sob pena de cancelamento tácito desta autorização; c) encaminhar os presentes autos ao Egrégio Conselho de Administração, sugerindo a fixação do preço mínimo de Cr$ 13.024,30 (treze mil, vinte e quatro cruzeiros e trinta centavos), para venda do mencionado lote, com base no Laudo de Avaliação de fls. 11/12, face ao que preceitua o art. 6º da Resolução nº 06/73.
Relator: Diretor NID DUTRA D'AMORIM

ARMANDO COLAVOLPE
NID DUTRA D'AMORIM
JOÃO ALCIDES HOMAR
EDMAR DIAS MATOS

Sessão nº: 338
Realizada em: 28.02.78
Decisão nº: 230
Processo nº: 686.754/78
Referência: COMPANHIA IMOBILIARIA DE BRASILIA – TERRACAP

DECISÃO:

A Diretoria, com o voto do relator e à vista do contido nos autos RESOLVE aprovar o fluxograma proposto pelo Grupo de Implantação às fls. 04 do presente processo.

Relator: Diretor ARMANDO COLAVOLPE

ARMANDO COLAVOLPE
NID DUTRA D'AMORIM
JOÃO ALCIDES HOMAR
EDMAR DIAS MATOS

Sessão nº: 338
Decisão nº: 233
Processo nº: 687.695/77
Referência: ADAGIZO BARBOSA DA SILVA (Firma Individual)
Regularização de lote Comercial na CS/GAMA

DECISÃO

A Diretoria, com o voto do relator e à vista do contido no presente processo, RESOLVE: a) - autorizar a venda do lote 2, Praça 2, Bloco C-Sul Comercial da CS/GAMA a firma individual ADAGIZIO BARBOSA DA SILVA, observados o preço a ser fixado pelo CONAD/TERRACAP, as condições de pagamento estabelecidas pela Resolução nº 13/74 - CONAD, e demais encargos da Resolução nº 06/73 - CONAD; b) - fixar o prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento da notificação, respeitado o prazo de validade do preço a ser fixado pelo CONAD/TERRACAP, para se formalizar o negócio, sob pena de cancelamento tácito da autorização a ser concedida; e c) - encaminhar o assunto ao Egrégio Conselho de Administração para fixar em Cr$ 18.784,26 (dezoito mil, setecentos e oitenta e quatro cruzeiros e vinte e seis centavos), o preço do imóvel em questão em consonância com o Laudo de Avaliação de fls. 26/27, conforme prevê o artigo 6º da Resolução nº 06/73-CONAD.

Relator: Diretor NID DUTRA D'AMORIM

ARMANDO COLAVOLPE
NID DUTRA D'AMORIM
JOAO ALCIDES HOMAR
EDMAR DIAS MATOS

Sessão nº: 338
Decisão nº: 234
Processo nº: 685.785/77
Referência: DAVID SOARES BRANDÃO
Regularização de lote

DECISÃO

A Diretoria, com o voto do relator e à vista do contido no presete processo, RESOLVE: a) autorizar a venda do Lote 05, Quadra 09, Setor Leste Comercial da CS/GAMA, à firma individual "ANA ALMEIDA AMARAL", com base nas resoluções nºs 13/14 e 06/73, esta com alterações, respeitado o preço mínimo a ser fixado pelo CONAD/TERRACAP; b) fixar o prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento da notificação pela interessada, respeitado o prazo de validade a ser estabelecido pelo CONAD/TERRACAP, para que se concretize a transação, sob pena de cancelamento tácito desta autorização; e c) encaminhar os autos ao Egrégio Conselho de Administração, sugerindo a fixação do preço mínimo de Cr$ 53.523,20 (cinquenta e três mil, quinhentos e vinte e três cruzeiros e vinte e centavos), para venda do mencionado lote, com base no Laudo de Avaliação de fls. 42/43, face ao qu preceitua o artigo 6º da Resolução nº 06/73.
Relator: Diretor NID DUTRA D'AMORIM

ARMANDO COLAVOLPE
NID DUTRA D'AMORIM
JOÃO ALCIDES HOMAR
EDMAR DIAS MATOS

Sessão nº: 338
Realizada em: 28.02.78
Decisão nº: 237
Processo nº: 691.102/77
Referência: ONÉZIO DA SILVA
Regularização de lote residencial na CS/BRAZLÂNDIA

DECISÃO

A Diretoria, com o voto do relator e à vista do contido no presente processo, RESOLVE: a) autorizar a venda do lote 12, Quadra 05, Setor Norte da

CS/BRAZLANDIA ao Sr. ONEZIO DA SILVA, observados o preço a ser fixado pelo CONAD/TERRACAP e as condições estabelecidas na Decisão nº 2.365 da Diretoria Colegiada, exarada aos 24.05.77 e complementada pela Decisão nº 2.024 do Egrégio CONAD/TERRACAP, exarada aos 30.05.77; b) fixar o prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento da notificação respeitado o período de validade do preço a ser fixado pelo CONAD/TERRACAP, para se formalizar o negócio, sob pena de cancelamento tácito da autorização a ser condecida e c) encaminhar o assunto ao Egrégio Conselho de Administração para fixar em Cr$ 8.256,00 (oito mil e duzentos e cinquenta e seis cruzeiros), o preço do imóvel em questão em consonância com o Laudo de Avaliação de fls. 10/11, deduzindo-se a importância de Cr$ 8,90 (oito cruzeiros e noventa centavos), já recolhida a título de arrendamento.
Relator: Diretor NID DUTRA D'AMORIM

ARMANDO COLAVOLPE
NID DUTRA D'AMORIM
JOÃO ALCIDES HOMAR
EDMAR DIAS MATOS

Sessão nº: 338
Realizada em: 28.02.78
Decisão nº: 238
Processo nº: 685.711/77
Referência: JOSÉ ITAMAR RODRIGUES DE CASTRO (Firma Individual)
Regularização de lote comercial na CS/GAMA

DECISÃO

A Diretoria, com o voto do Relator e à vista do contido no presente processo, RESOLVE: a) - autorizar a venda do lote 13, Quadra 02, Setor Sul Comercial da CS/GAMA a firma individual JOSÉ ITAMAR RODRIGUES DE CASTRO, observados o preço a ser fixado pelo CONAD/TERRACAP, as condições de pagamento estabelecidas pela Resolução nº 13/74 - CONAD e demais encargos da Resolução nº 06/73-CONAD; b) - fixar o prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento da notificação, respeitado o prazo de validade do preço a ser fixado pelo CONAD/TERRACAP, para se formalizar o negócio, sob pena de cancelamento tácito da autorização a ser concedida, c) condicionar a formalização da venda a total paralização das atividades de locação ora exercidas nos demais cômodos existentes no imóvel, e d) encaminhar o assunto ao Egrégio Conselho de Administração para fixar em Cr$ 51.014,72(cinquenta e hum mil, quatorze cruzeiros e setenta e dois centavos) o preço do imóvel em questão, em consonância com Laudo de Avaliação de fls. 28/29, conforme prevê o artigo 6º da Resolução nº 06/73-CONAD.
Relator: Diretor NID DUTRA D'AMORIM

ARMANDO COLAVOLPE
NID DUTRA D'AMORIM
JOÃO ALCIDES HOMAR
EDMAR DIAS MATOS

Sessão nº: 338
Realizada em: 28.02.78
Decisão nº: 261
Processo nº 01.637/73
Referência: IMEG - INDUSTRIA METALICA DE ESQUADRIAS GAMA LTDA

DECISÃO

A Diretoria, com o voto do relator e à vista do contido no presente processo, RESOLVE: a) - autorizar a venda do lote nº 440, Quadra 4, Setor Leste Industrial da CS/GAMA a firma IMEG - INDUSTRIA METALICA DE ESQUADRIAS GAMA LTDA, observados o preço a ser fixado pelo CONAD/TERRACAP e as condições da Resolução 20/75-CONAD complementada pela Resolução nº 31/76-CONAD; b) - fixar o prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento da notificação, respeitado o prazo de validade do preço a ser fixado pelo CONAD/TERRACAP, para se formalizar o negócio, sob pena de cancelamento tácito da autorização a ser concedida; c) - condicionar a formalização da venda do lote nº 440, Quadra 4, Setor Leste Industrial da CS/GAMA a completa desobstrução do lote nº 420, da mesma Quadra e Setor; e d) - encaminhar o assunto ao Egrégio Conselho de Administração para fixar em Cr$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil cruzeiros), o preço do imóvel em questão, em consonância com o Laudo de Avaliação de fls.111/112, conforme prevê o artigo 6º da Resolução nº 06/73 - CONAD.
Relator: Diretor NID DUTRA D'AMORIM

ARMANDO COLAVOLPE; NID DUTRA D'AMORIM; JOÃO ALCIDES HOMAR, EDMAR DIAS MATOS

Sessão nº: 338
Realizada em 28.02.78
Decisão nº: 262
Processo nº: 685.778/77
Referência: A.N. ANDRADE FILHO - Firma
Regularização de lote comercial

DECISÃO

A Diretoria, com o voto do relator e à vista do contido no presente processo, RESOLVE: a) - autorizar a venda do lote 11, Quadra 09, Setor Leste Comercial da CS/GAMA à firma individual A.N. ANDRADE FILHO, observado o preço a ser fixado pelo CONAD/TERRACAP e as condições estabelecidas na Resolução nº 13/74 e demais encargos da Resolução nº 06/73 e suas alterações; b) - fixar o prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento da notificação, respeitado o período de validade a ser estabelecido para o valor do imóvel, para se efetivar a transação, sob pena de cancelamento tácito desta autorização; c) - enviar a matéria ao Egrégio Conselho de Administração, a fim de ser fixado o preço de Cr$ 53.804,80 (cinquenta e três mil cruzeiros, oitocentos e quatro cruzeiros e oitenta centavos), constante do Laudo de Avaliação nº 2.368/77, fls. 35/36, elaborado pela GEPEA, para o terreno em apreço; e d) - condicionar a formalização da venda à cessação do aluguel de parte do imóvel pelo postulante à terceiros, como consta do item 3 deste.

Relator: Diretor NID DUTRA D'AMORIM

ARMANDO COLAVOLPE; NID DUTRA D'AMORIM; JOÃO ALCIDES HOMAR e EDMAR DIAS MATOS

Sessão nº: 338
Realizada em: 28.02.78
Decisão nº: 270
Processo nº: 691.363/77
Referência: LUIZ CANUTO SOBRINHO - Regularização de lote residencial

DECISÃO

A Diretoria, com o voto do relator e à vista do contido no presente processo, RESOLVE: a) - autorizar a venda do lote 125, Quadra 05, Setor Norte da CS/BRAZLÂNDIA ao Sr. LUIZ CANUTO SOBRINHO, observado o preço a ser fixado pelo CONAD/TERRACAP e as condições estabelecidas na Decisão nº 2.365 da Diretoria Colegiada de 24.05.77, complementada pela Decisão nº 2.024, de 30.05.77, do Conselho de Administração; b) - fixar o prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento da notificação, respeitado o período de validade a ser estabelecido para o valor do imóvel, para se efetivar a transação, sob pena de cancelamento tácito desta autorização; e c) - enviar a matéria ao Egrégio Conselho de Administração, a fim de ser fixado o preço de Cr$ 8.256,00 (oito mil e duzentos e cinquenta e seis cruzeiros), constante do Laudo de Avaliação nº 2.362/77, fls. 18/19, elaborado pela GEPEA, para o terreno em apreço.

Relator: Diretor NID DUTRA D'AMORIM

ARMANDO COLAVOLPE - NID DUTRA D'AMORIM - JOÃO ALCIDES HOMAR - EDMAR DIAS MATOS

Sessão nº: 338
Realizada em: 28.02.78.
Decisão nº: 273
Processo nº: 08.661/75
Referência: GRAFICA E EDITORA INDEPENDENCIA LTDA.

DECISÃO:

A Diretoria, com o voto do relator e à vista do contido no presente processo, RESOLVE encaminhar ao Egrégio Conselho de Administração sugerindo autorizar a Divisão Jurídica a não exercer o direito de retrato, com relação ao lote nº 31, QNA 48, da CS/TAGUATINGA, alienado originariamente à Gráfica e Editora Independência Ltda, que por sua vez, o vendeu a Onofre José do Nascimento.

Relator: Diretor ARMANDO COLAVOLPE

ARMANDO COLAVOLPE
NID DUTRA D'AMORIM
JOÃO ALCIDES HOMAR
EDMAR DIAS SANTOS.

Sessão nº: 339
Realizada em: 03.03.78
Decisão nº: 283
Processo nº: 700.329/77
Referência: ASTRAM — ASSOCIAÇÃO DAS EMPRESAS DE TRANSPORTES RODOVIÁRIOS DE CARGAS E MUDANÇAS DO DISTRITO FEDERAL (TRANSGERAL — TRANSPORTE DE CARGAS LTDA)
Aquisição de área.

DECISÃO

A Diretoria, com o voto do relator e à vista do contido no presente processo, RESOLVE: a) - autorizar a venda do lote 09, Trecho 04, Conjunto "A", STRC, à empresa TRANSGERAL—TRANSPORTE DE CARGAS LTDA., observados o preço de Cr$ 368.000,00 (trezentos e sessenta e oito mil cruzeiros) já estabelecido pelo CONAD/TERRACAP, em sua decisão de 14.07.77 (fls. 133/135) e as condições da Resolução 052/77-CONAD de 07.11.77; b) - fixar o prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento da notificação pela parte interessada, para se concretizar o negócio, sob pena de cancelamento tácito desta autorização; e c) - determinar que a requerente desobstrua o terreno que ocupa, no prazo máximo e improrrogável de 540 (quinhentos e quarenta) dias, à contar da data da assinatura do respectivo "Contrato de Promessa de Compra e Venda" a ser fornecido por esta Companhia através da Divisão Jurídica, conforme estabelece o artigo 13 da resolução nº 52/77-CONAD.

Relator: Diretor NID DUTRA D'AMORIM

ARMANDO COLAVOLPE
NID DUTRA D'AMORIM
JOÃO ALCIDES HOMAR
EDMAR DIAS MATOS

Sessão nº: 339
Decisão nº: 284
Processo nº: 685.738/77
Referência: ELIAS NUNES MESQUITA
Regularização de terreno

DECISÃO

A Diretoria, com o voto do relator e à vista do contido no presente processo, RESOLVE: a) — autorizar a venda do Lote 08, Quadra 02, Setor Oeste Comercial — CS/GAMA à firma individual JOSÉ HIPÓLITO, observados o preço a ser fixado pelo CONAD/TERRACAP e as condições da Resolução nº 13/74-CONAD, com os encargos da Resolução 06/73-CONAD; b) — fixar o prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento da notificação, respeitado o período de validade do preço a ser estabelecido pelo CONAD/TERRACAP, para se efetivar o negócio, sob pena de cancelamento tácito dessa autorização; e c) — encaminhar o assunto a exame do Egrégio Conselho de Administração, para fixar em Cr$ 34.840,16 (trinta e quatro mil, oitocentos e quarenta cruzeiros e dezesseis centavos), o preço do imóvel caracterizado na alínea "a" desta decisão, em consonância com o Laudo de Avaliação nº 2.379 de 30.12.77, face ao que preceitua o artigo 6º da Resolução nº 06/73.
Relator: Diretor NID DUTRA D'AMORIM

ARMANDO COLAVOLPE
NID DUTRA D'AMORIM
JOÃO ALCIDES HOMAR
EDMAR DIAS MATOS

Sessão nº: 339
Realizada em: 03.03.78
Decisão nº: 293
Processo nº: 686.240/77
Referência: MANOEL MESSIAS AGUIAR
Regularização de área

DECISAO

A Diretoria, com o voto do relator e à vista do contido no presente processo, RESOLVE: a) autorizar a venda do lote 02 — Quadra 05 Setor Sul Comercial da CS/GAMA à firma individual VALDEMIR JOSE DE SANTANA (BAZAR SANTANA), com base na Resolução nº. 13/74 do CONAD/TERRACAP e encargos da Resolução nº. 06/73-CONAD, de 12.09.73; b) fixar o prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento da notificação pela parte interessada, respeitado o prazo de validade do preço a ser estabelecido pelo CONAD/TERRACAP, para se efetivar a transação, sob pena de cancelamento tácito desta autorização; e c) encaminhar o assunto ao egrégio Conselho de Administração, sugerindo fixar em Cr$ 51.816,00 (cinquenta e um mil, oitocentos e dezesseis cruzeiros) o preço de venda do imóvel já referido na alínea "a" do relatório de fls. 36/38, do Sr. Diretor Comercial, consoante o Laudo de Avaliação nº. 2.341/77 de fls. 24/25, face ao que preceitua o artigo 6º da Resolução nº. 06/73-CONAD, de 12.09.73.

Relator: Diretor NID DUTRA D'AMORIM

ARMANDO COLAVOLPE

NID DUTRA D'AMORIM

JOAO ALCIDES HOMAR

EDMAR DIAS MATOS

Sessão nº: 339
Realizada em: 03.03.78
Decisão nº: 294
Processo nº: 685.718/77
Referência: JOSÉ SOARES SOBRINHO
Regularização de área

DECISAO

A Diretoria, com o voto do relator e à vista do contido no presente processo, RESOLVE: a) — autorizar a venda do lote 05, Bloco "C" Praça 01 — Setor Sul Comercial — CS/GAMA à firma individual VITAL FLORENCIO DA COSTA "BAR MARINETE", com base na Resolução nº. 13/74 CONAD e encargos da Resolução nº. 06/73-CONAD, de 12.09.73, respeitado o preço mínimo a ser fixado pelo Egrégio Conselho de Administração; b) fixar o prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento da notificação, pela firma interessada, respeitado o prazo de validade a ser estabelecido pelo CONAD/TERRACAP, para que se concretize a transação, sob pena de cancelamento tácito desta autorização; e c) encaminhar os autos ao Egrégio Conselho de Administração, sugerindo a fixação do preço mínimo de Cr$ 20.308,22 (vinte mil, trezentos e oito cruzeiros e vinte e dois centavos), para venda do imóvel já referido na alínea "a" desta Decisão, com base no Laudo de Avaliação nº. 2.404/77, de fls. 24/25, face ao que preceitua o artigo 6º da Resolução nº. 06/73-CONAD, de 12.09.73.
Relator: Diretor NID DUTRA D'AMORIM

ARMANDO COLAVOLPE

NID DUTRA D'AMORIM

JOAO ALCIDES HOMAR

EDMAR DIAS MATOS

Sessão nº 339
Decisão nº: 295
Processo nº: 686.144/77
Referência: EDITE ROSA DOS SANTOS Regularização de terreno

DECISÃO

A Diretoria, com o voto do relator e à vista do contido no presente processo, RESOLVE: a) autorizar a venda do imóvel denominado Lote 02, Quadra 08, Setor Oeste Comercial, CS/GAMA à firma individual EDITE ROSA DOS SANTOS, com base na Resolução 13/74-CONAD e encargos da Resolução 06/73-CONAD de 12.09.73; b) — fixar o prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento da notificação pela firma interessada, respeitado o prazo de validade a ser estabelecido pelo CONAD/TERRACAP, para que se concretize a transação, sob pena de cancelamento tácito desta autorização; e c) - encaminhar os autos ao Egrégio Conselho de Administração, sugerindo a fixação do preço mínimo de Cr$ 24.301,85 (vinte e quatro mil, trezentos e um cruzeiros e oitenta e cinco centavos, para venda do imóvel já referido na alínea "a" do relatório de fls. 37/39, do Sr. Diretor Comercial, com base no Laudo de Avaliação nº 2.391/77 de fls. 25/26, face ao que preceitua o artigo 6º da Resolução nº 06/73-CONAD.
Relator: Diretor NID DUTRA D'AMORIM
ARMANDO COLAVOLPE
NID DUTRA D' AMORIM
JOÃO ALCIDES HOMAR
EDMAR DIAS MATOS

Sessão nº : 339
Realizada em: 03.03.78
Decisão nº : 311
Processo nº : 687.741/77
Referência: CONFECÇÕES VIANA UNIFORMES LTDA
Regularização de lote industrial da CS/GAMA

DECISÃO

A Diretoria, com o voto do relator e à vista do contido no presente processo, RESOLVE: a) autorizar a venda do imóvel denominado Lote nº 540, Quadra 02 - Setor Leste Industrial da CS/GAMA, à firma CONFECÇOES VIANA UNIFORMES LTDA., com base na Resolução 20/75 - CONAD de 21.02.75, complementada pela Resolução nº 31/76-CONAD de 19.02.76, respeitado o preço mínimo a ser fixado pelo CONAD/TERRACAP, b) fixar o prazo de 15 (quinze) dias , contados do recebimento da notificação pela requerente, respeitado o prazo de validade a ser estabelecido pelo CONAD/TERRACAP para que se efetive a transação, sob pena de cancelamento tácito desta autorização, c) encaminhar os autos ao egrégio Conselho de Administração, sugerindo a fixação do preço mínimo de Cr$ 291.000,00 (duzentos e noventa e um mil cruzeiros) para a venda do Imóvel já referido na alínea "a" desta Decisão, à vista do Laudo de Avaliação nº 2.406/77 de fls. 60/61, face ao que preceitua o artigo 3º da Resolução 20/75-CONAD.
Relator: Diretor NID DUTRA D'AMORIM

ARMANDO COLAVOLPE
NID DUTRA D'AMORIM
JOÃO ALCIDES HOMAR
EDMAR DIAS MATOS

Sessão nº: 339
Realizada em: 03.03.78
Decisão nº: 314
Processo nº: 697.320/77
Referência: MONTEVERDE—ENGENHARIA, COMÉRCIO E INDÚSTRIA S/A

DECISÃO

A Diretoria, com o voto do relator e à vista do contido no presente processo, RESOLVE retificar a Decisão nº 3.048 desse Colegiado, devendo ser designado a firma MONTEVERDE—ENGENHARIA, COMÉRCIO E INDÚSTRIA S/A o lote nº 04 - Quadra 203 - SCL/Norte e ao Senhor Bernardo Monteverde o lote nº 02 - Quadra 203 - SCL/Norte, correndo as despesas cartoriais por conta dos interessados, encaminhando-se posteriormente os autos ao egrégio Conselho de Administração.
Relator: Diretor NID DUTRA D'AMORIM
ARMANDO COLAVOLPE
NID DUTRA D'AMORIM
JOÃO ALCIDES HOMAR
EDMAR DIAS MATOS

Sessão nº: 339
Realizada em: 03.03.78
Decisão nº: 315
Processo nº 697.650/77
Referência: JOAQUIM RIBEIRO DO NASCIMENTO - Regularização de área
DECISÃO
A Diretoria, com o voto do relator e à vista do contido no presente processo, RESOLVE: a) autorizar a venda do lote 12 - Quadra 25 - Setor Tradicional - CS/BRAZLANDIA, ao Sr. JOAQUIM RIBEIRO DO NASCIMENTO, com base na Resolução nº 13/74-CONAD, observadas as condições da Decisão 2.365/77 da Diretoria Colegiada e Decisão nº 2.024/77 do egrégio Conselho de Administração acatado o preço mínimo a ser fixado pelo CONAD/TERRACAP; b) fixar o prazo de 15 (quinze) dias contados do recebimento da notificação pelo interessado, respeitado o prazo de validade a ser estabelecido pelo CONAD/TERRACAP, para que se concretize a transação, sob pena de cancelamento tácito desta autorização; e c) encaminhar o processo ao egrégio CONAD, sugerindo a fixação do preço mínimo de Cr$ 14.194,16 (quatorze mil, cento e noventa e quatro cruzeiros e dezesseis centavos), para venda do mencionado lote, com base no Laudo de Avaliação nº 2.339 de fls. 16/17, face ao que preceitua o art. 6º da Resolução nº 06/73-CONAD.
Relator: Diretor: NID DUTRA D'AMORIM

ARMANDO COLAVOLPE
NID DUTRA D'AMORIM
JOÃO ALCIDES HOMAR
EDMAR DIAS MATOS

Sessão nº: 339
Realizada em: 03.03.78
Decisão nº: 319
Processo nº: 00.148/75
Referência: D'ARC — INDÚSTRIA DE VASSOURAS LTDA
Regularização de lote Industrial na CS/GAMA

DECISÃO

A Diretoria, com o voto do relator e à vista do contido no presente processo, RESOLVE: a) autorizar a venda dos lotes 960 e 980, da Quadra 03, Setor Industrial da CS/GAMA à firma D'ARC- INDÚSTRIA DE VASSOURAS LTDA, observado o preço a ser fixado pelo CONAD/TERRACAP e as dondições da Resolução 20/75-CONAD complementada pela Resolução nº 31/76-CONAD; b) fixar o prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento da notificação, respeitado o prazo de validade do preço a ser fixado pelo CONAD/TERRACAP, para se formalizar o negócio, sob pena de cancelamento tácito desta autorização; e c) encaminhar o assunto ao egrégio Conselho de Administração para fixar em Cr$ 236.279,40 (duzentos e trinta e seis mil, duzentos e setenta e nove cruzeiros e quarenta centavos), o preço dos imóveis em questão, em consonância com o Laudo de Avaliação de fls. 31/32, conforme prevê o artigo 6º da Resolução nº 06/73-CONAD
Relator: Diretor NID DUTRA D'AMORIM
ARMANDO COLAVOLPE
NID DUTRA D'AMORIM
JOÃO ALCIDES HOMAR
EDMAR DIAS MATOS

Sessão nº: 340
Realizada em: 07.03.78
Decisão nº: 325
Processo nº: 04.196/76
Referência: UBEC-UNIÃO BRASILIENSE DE EDUCAÇÃO E CULTURA

DECISÃO

A Diretoria, com o voto do relator e à vista do contido no presente processo,

RESOLVE encaminhar a matéria ao egrégio Conselho de Administração, sugerindo apreciação do pedido de fls. 205 da interessada.
Relator: Diretor ARMANDO COLAVOLPE

ARMANDO COLAVOLPE
NID DUTRA D'AMORIM
JOÃO ALCIDES HOMAR
EDMAR DIAS MATOS

Sessão nº 340
Realizada em: 07.03.78
Decisão nº 332
Processo nº 05.973/75
Referência: MANOEL FRANCISCO BATISTA
Regularização de lote comercial na CS/GAMA

DECISAO

A Diretoria, com o voto do relator e à vista do contido no presente processo, RESOLVE: a) autorizar a venda do lote 13, Quadra 15 Setor Leste Comercial da CS/GAMA, observados o preço fixado pelo CONAD/TERRACAP e demais condições da Resolução nº 06/73-CONAD e suas alterações; e b) fixar o prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento da notificação, respeitado o período de validade do preço estabelecido pelo CONAD/TERRACAP, para se formalizar o negócio, sob pena de cancelamento tácito desta autorização.
Relator: Diretor NID DUTRA D'AMORIM

ARMANDO COLAVOLPE

NID DUTRA D'AMORIM

JOAO ALCIDES HOMAR

EDMAR DIAS MATOS

Sessão nº 340
Realizada em: 07.03.78
Decisão nº 333
Processo nº: 686.917/78
Referência: DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

DECISAO
A Diretoria, com o voto do relator e tendo em vista o que consta do presente processo RESOLVE encaminhar a matéria à apreciação do egrégio Conselho de Administração, opinando pela aprovação da Minuta do Segundo Termo Aditivo ao Convênio celebrado com a COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL — NOVACAP para a conclusão e ampliação do Teatro Nacional (Fls. 2,3 e 4).
Relator: Diretor JOAO ALCIDES HOMAR

ARMANDO COLAVOLPE

JOAO ALCIDES HOMAR

EDMAR DIAS MATOS

NID DUTRA D'AMORIM

Sessão nº: 341
Realizada em: 10.03.78
Decisão nº: 337
Processo nº: 697.648/77
Referência: OLAVO RAMOS DA PENHA
Regularização de área.

DECISAO

A Diretoria, com o voto do relator e tendo em vista o que consta do presente processo, RESOLVE: a) autorizar a venda do Lote 143 (residencial) Quadra 22 — Setor Leste da CS/GAMA, ao Sr. OLAVO RAMOS DA PENHA, com base na Resolução nº. 13/74, observadas as condições da Decisão 2.365/77 da Diretoria Colegiada e Decisão nº. 2.024/77 do CONAD/TERRACAP, e acatado o preço mínimo a ser fixado pelo CONAD/TERRACAP b) fixar o prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento da notificação pelo interessado, respeitado o prazo de validade a ser estabelecido pelo CONAD/TERRACAP, para que se concretize a transação sob pena de cancelamento tácito desta autorização; c) encaminhar os autos ao egrégio Conselho de Administração, sugerindo a fixação do preço mínimo de Cr$ 8.766,40 (oito mil setecentos e sessenta e seis cruzeiros e quarenta centavos), para venda do mencionado lote, com base no Laudo de Avaliação de fls. 08/09, face ao que preceitua o art. 6º da Resolução 06/73.

Relator: Diretor NID DUTRA D'AMORIM

ARMANDO COLAVOLPE

NID DUTRA D'AMORIM

JOAO ALCIDES HOMAR

EDMAR DIAS MATOS

Sessão nº: 341
Realizada em: 10.03.78
Decisão nº: 338
Processo nº: 06.476/74
Referência: LAUDELINO CEZAR DE CARVALHO
Regularização de terreno.

DECISAO

A Diretoria, com o voto do relator, e tendo em vista o que consta do presente processo, RESOLVE: a) indeferir a regularização do lote 10 Bloco 785 — Comércio da CS/NUCLEO BANDEIRANTE, notificando-se à firma "KENAR DE ALBUQUERQUE BARROS", e aos então ocupantes do imóvel, a descobri-lo no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da correspondência, sob pena de ação judicial cabível; b) estando o lote desobstruído e reintegrado, a SEVEL/GEROC/DICOM, para relacioná-lo no sentido de venda sob o regime de Licitação Pública; e c) enviar os autos à SEART/GERIM/DITEC, para que sejam procedidas as anotações necessárias, enviando-os, em seguida, à SECOA/GERAT/DIAFI, para fins de arquivamento.

Relator Diretor: NID DUTRA D'AMORIM

ARMANDO COLAVOLPE

NID DUTRA D'AMORIM

JOAO ALCIDES HOMAR

EDMAR DIAS MATOS

Sessão nº: 341
Realizada em: 10.03.78
Decisão nº: 339
Processo nº: 697.939/77
Referência: ANTONIO SOARES DE OLIVEIRA
Regularização de área.

DECISAO

A Diretoria, com o voto do relator e tendo em vista o que consta do presente processo, RESOLVE: a) cancelar a autorização de venda do Lote nº. 09 — CND-05 da CS/TAGUATINGA, concedida pela Diretoria da NOVACAP, em sua 685ª. sessão, realizada aos 06.10.69, fls. 42, ao Sr. ANTONIO SOARES DE OLIVEIRA; e b) notificar a parte quanto à decisão desta Companhia, encaminhando os autos em seguida à DITEC/GERIM/SEART para as anotações cadastrais de seu interesse, colocando o imóvel em disponibilidade, e, posteriormente, à DIAFI/GERAT/SECOA para fins de arquivamento.
Relator: Diretor NID DUTRA D'AMORIM

ARMANDO COLAVOLPE

NID DUTRA D'AMORIM

JOAO ALCIDES HOMAR

EDMAR DIAS MATOS

Sessão nº: 341
Realizada em: 10.03.78
Decisão nº: 340
Processo nº: 03.343/76
Referência: RECCH VEICULOS LTDA.
Requisição de terreno.

DECISAO

A Diretoria, com o voto do relator e tendo em vista o que consta do presente processo, RESOLVE: a) indeferir a venda de lote no Setor de Concessionárias de Veículos — SCV, à RECCH VEICULOS LTDA.; b) encaminhar os autos ao CONAD/TERRACAP, tendo em vista o que dispõe o art. 2º. da Resolução 53/77.

Relator: Diretor NID DUTRA D'AMORIM

ARMANDO COLAVOLPE

NID DUTRA D'AMORIM

JOAO ALCIDES HOMAR

EDMAR DIAS MATOS

Sessão nº: 341
Realizada em: 10.03.78
Decisão nº: 341
Processo nº: 690.771/77
Referência: JOSÉ HONORATO DE OLIVEIRA
Regularização de terreno

DECISAO

A Diretoria, com o voto do relator e tendo em vista o que consta do presente processo, RESOLVE ratificar a decisão da Diretoria da NOVACAP que autorizou a venda do lote nº. 263, Avenida Central, CS/NUCLEO BANDEIRANTE, ratificando-se o nome de JOSÉ HONORATO DE OLIVEIRA para DEUSDÁLIA MONTALVAO DE OLIVEIRA, viúva meeira, excluindo-se da decisão a expressão "pelo preço e condições vigentes", tendo em vista que o imóvel se encontra totalmente quitado, e posteriormente encaminhar os autos à DIJUR/SETRA para elaboração da "Escritura de Compra e Venda com Pacto de Retrovenda" pois com essa condição a NOVACAP autorizou a venda do imóvel ao Sr. JOSÉ HONORATO DE OLIVEIRA.

Relator: Diretor NID DUTRA D'AMORIM

ARMANDO COLAVOLPE

NID DUTRA D'AMORIM

JOAO ALCIDES HOMAR

EDMAR DIAS MATOS

Sessão nº: 341
Realizada em: 10.03.78
Decisão nº: 342
Processo nº: 686.968/78
Referência: DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

DECISAO

A Diretoria, com o voto do relator e tendo em vista o que consta do presente processo, RESOLVE encaminhar a matéria à apreciação do egrégio Conselho de Administração, para exame e deliberação.

Relator: Diretor EDMAR DIAS MATOS

ARMANDO COLAVOLPE

EDMAR DIAS MATOS

JOAO ALCIDES HOMAR

NID DUTRA D'AMORIM

Sessão nº: 341
Realizada em: 10.03.78
Decisão nº: 343
Processo nº: 686.969/78
Referência: DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA/TERRACAP

DECISAO

A Diretoria, com o voto do relator e tendo em vista o que consta do presente processo, RESOLVE encaminhar a matéria à apreciação do egrégio Conselho de Administração, para exame e deliberação.

Relator: Diretor EDMAR DIAS MATOS

ARMANDO COLAVOLPE

EDMAR DIAS MATOS

NID DUTRA D'AMORIM

JOAO ALCIDES HOMAR

Sessão nº: 341
Realizada em: 10.03.78
Decisão nº: 344
Processo nº: 686.866/78
Referência: ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO/TERRACAP

DECISAO

A Diretoria, com o voto do relator e à vista do contido no presente processo, RESOLVE autorizar a realização da despesa estimada em Cr$ 320.000,00 (trezentos e vinte mil cruzeiros), na modalidade de Licitação por Tomada de Preços, nos termos do Inciso I, ítem nº. 28, combinado com o nº 30, seção II, Capitulo II da Resolução 14/74 — CONAD — devendo correr à conta do Elemento 4.1.4.0. — Material Permanente — Subelemento 02 — Mobiliário em Geral.

Relator: Diretor EDMAR DIAS MATOS

ARMANDO COLAVOLPE

EDMAR DIAS MATOS

JOAO ALCIDES HOMAR

NID DUTRA D'AMORIM

Sessão nº.: 342
Realizada em: 14.03.78
Decisão nº.: 352
Processo nº.: 686.940/78
Referência: CIA. IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA — TERRACAP.

DECISÃO

A Diretoria, com o voto do relator e à vista do contido no presente processo, RESOLVE encaminhar a matéria à apreciação do Egrégio Conselho de Administração, sugerindo a aprovação, nos termos do artigo 6º. da Resolução nº. 06/73-CONAD, dos Laudos de Avaliação elaborados pela GEPEA, fixando o preço mínimo unitário para os lotes abaixo relacionados, que serão arrolados em futuras Licitações Públicas.

PLANO PILOTO — SIA e SRIA

L.A.Nº.	IMÓVEL	Cr$
283/78	Lote 08 - Quadra 4-C - Centro Comercial	225.000,00
284/78	Lote 44 - Quadra 4-C - Centro Comercial	217.000,00
285/78	Lote 45 - Quadra 4-C - Centro Comercial	217.000,00
282/78	Lote 225 - Trecho 03	2.100.000,00
286/78	Lote 05 - QI - 18 - Bl. B - SRIA	151.000,00
287/78	Lote 11 - QI - 18 - Bl. B - SRIA	114.000,00

Relator: Diretor NID DUTRA D'AMORIM

ARMANDO COLAVOLPE
NID DUTRA D'AMORIM
JOÃO ALCIDES HOMAR
EDMAR DIAS MATOS

Sessão nº: 342. Realizada em: 14.03.78
Decisão nº: 354
Processo nº 686.941/78
Referência: CIA. IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA - TERRACAP

DECISÃO

A Diretoria, com o voto do relator e à vista do contido no presente processo, RESOLVE encaminhar a matéria à apreciação do Egrégio Conselho de Administração, sugerindo a aprovação, nos termos do Artigo 6º da Resolução nº 06/73-CONAD, dos Laudos de Avaliação elaborados pela GEPEA, fixando-se o preço mínimo unitário para os lotes abaixo relacionados, que serão arrolados em futuras Licitações Públicas.

PLANO PILOTO-SHI/SUL - MLI.

L.A.Nº	IMÓVEL	Cr$
264/78	— Lote D — QI-0 (zero) — SHI/Sul	575.000,00
265/78	— Chácara 83 — Trecho 01 — SHI/Sul	1.214.000,00
263/78	— Lote 15 — QI — A/6 — SHI/Sul	542.000,00
266/78	— Lote 14 — Trecho 08 — Setor MLI	304.000,00

Relator: Diretor NID DUTRA D'AMORIM

ARMANDO COLAVOLPE
NID DUTRA D'AMORIM
JOÃO ALCIDES HOMAR
EDMAR DIAS MATOS

SECRETARIA DE SERVIÇOS SOCIAIS

ATOS DO SECRETÁRIO

PORTARIA DE 28 DE MARÇO DE 1978

O SECRETÁRIO DE SERVIÇOS SOCIAIS DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 23, do Estatuto da Fundação do Serviço Social do Distrito Federal, aprovado pelo Decreto nº 3.272, de 07 de junho de 1976,

RESOLVE:

Designar SÍLVIA DE OLIVEIRA MAGALHÃES, Vice-Diretora Executiva, para substituir, em seus impedimentos eventuais, o Diretor Presidente da Fundação do Serviço Social do Distrito Federal.

Brasília, 28 de março de 1978

MARIVAL PEREIRA TAPIOCA
Secretário de Serviços Sociais

PORTARIA DE 21 DE MARÇO DE 1978

AO SECRETÁRIO DE SERVIÇOS SOCIAIS DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 23, do Estatuto da Fundação do Serviço Social do Distrito Federal, aprovado pelo Decreto número 3.272, de 07 de junho de 1976,

RESOLVE:

Mandar cessar, à partir desta adata , os efeitos da Portaria de 09 de janeiro de 1978, que designou a servidora ELZA MINIATI PEREIRA, matrícula nº 016, para substituir o Diretor Presidente da Fundação do Serviço Social do Distrito Federal, em seus impedimentos eventuais.

Brasília, 21 de março de 1978

MARIVAL PEREIRA TAPIOCA
Secretário de Serviços Sociais.

FUNDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL

Atos do Presidente

INSTRUÇAO DE 02 DE MARÇO DE 1978.

O DIRETOR-PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições estatutárias,

RESOLVE:

Designar, a partir desta data, FRANSCY DANTAS RODRIGUES, Assistente Social I, matrícula 634, da TEP, para substituir, durante o período de licença gestante, o Assessor Técnico da Vice-diretoria Executiva, desta Fundação.

Brasília, 02 de março de 1.978.

NELJANIR DA SILVA GUIMARAES
Diretor-Presidente.

INSTRUÇAO DE 02 DE MARÇO DE 1978..

O DIRETOR-PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições estatutárias,

RESOLVE:

Tornar sem efeito, a partir desta .data, os efeitos da Instrução de 19.01.78, que designou CATARINA AUGUSTA GUIMARAES, Vice-Diretor Executivo, matrícula 195, da TEC, como Executora do Convênio referente ao Projeto « Apoio às Entidades Sociais» , junto à Secretaria de Serviços Sociais do Distrito Federal.

Brasília, 02 de março de 1.978.

NELJANIR DA SILVA GUIMARAES
Diretor-Presidente.

INSTRUÇAO DE 10 DE MARÇO DE 1978.

O DIRETOR-PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições estatutárias,

RESOLVE:

Designar, a partir desta data, BERNARDO RAFAEL NUNES, Auxiliar de Contabilidade, matrícula 047 da TEP, para exercer o emprego em comissão símbolo EC-14, de Chefe da Sessão de Zeladoria e Vigilância, do Departamento de Administração desta Entidade.

Brasília, 10 de março de 1.978.

NELJANIR DA SILVA GUIMARAES
Diretor-Presidente.

INSTRUÇAO DE 10 DE MARÇO DE 1978.

O DIRETOR-PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições estatutárias,

RESOLVE:

Designar, a partir desta data, HELENICE GAMA DIAS para substituir, durante o período de 09.03 a 13.04.78, o Chefe do Centro de Assistência e Educação do Menor, Granja das Oliveiras, do Departamento de Bem Estar do Menor, desta Fundação.

Brasília, 10 de março de 1.978.

NELJANIR DA SILVA GUIMARAES.
Diretor-Presidente.

INSTRUÇAO DE 10 DE MARÇO DE 1978.

O DIRETOR-PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições estatutárias,

RESOLVE:

Designar, a partir desta data, MARIA CONSILIA GOMES DA ROCHA, Assistente Social I, matrícula 272, da TEP, para exercer o emprego em comissão, símbolo EC-02, de Diretor do Departamento de Ação Comunitária, desta Fundação.

Brasília, 10 de março de 1.978.

NELJANIR DA SILVA GUIMARAES
Diretor-Presidente

INSTRUÇAO DE 10 DE MARÇO DE 1978.

O DIRETOR-PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições estatutárias,

RESOLVE:

Dispensar, a partir desta data, MARIA CONSILIA GOMES DA ROCHA, Assistente Social I, da TEP, matrícula 272, do emprego em comissão, símbolo EC-01, de Vice-Diretor Executivo desta Fundação.

Brasília, 10 de março de 1.978.

NELJANIR DA SILVA GUIMARAES.
Diretor-Presidente

INSTRUÇAO DE 13 DE MARÇO DE 1978

O DIRETOR PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições estatutárias,

RESOLVE:

Tornar sem efeito, a partir desta data, a Instrução de 05.05.77, que designou MARIA DALVA BEZERRA COUTINHO, para substituir o Coordenador de Unidades Industriais da Casa Própria, da Vice-Diretoria Executiva, desta Fundação.

Brasília, 13 de março de 1978

NELJANIR DA SILVA GUIMARAES
Diretor Presidente

INSTRUÇAO DE 13 DE MARÇO DE 1978

O DIRETOR PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições estatutárias,

RESOLVE:

Revogar, a partir desta data, os efeitos da Instrução de 06.04.77, que designou EDNOR PEREIRA VIANA, Auxiliar Administrativo I, matrícula 068, da TEP, para substituir o Chefe da Divisão de Pessoal, do Departamento de Administração, desta Fundação.

Brasília, 13 de março de 1978

NELJANIR DA SILVA GUIMARAES
Diretor Presidente

INSTRUÇÃO DE 13 DE MARCO DE 1978

O DIRETOR PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições estatutárias,

RESOLVE:

Dispensar, a partir desta data, EDNOR PEREIRA VIANA, Auxiliar Administrativo I, matrícula 068, da TEP, do emprego em comissão símbolo EC-13, de Chefe da Seção de Preparo de Pagamento, do Departamento de Administração desta Fundação.

Brasília, 13 de março de 1978

NELJANIR DA SILVA GUIMARAES
Diretor Presidente

INSTRUÇAO DE 13 DE MARÇO DE 1978

O DIRETOR PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições estatutárias,

RESOLVE:

Designar, a partir desta data, DIVINA ALVES ROCHA, Ajudante de Escritório, matrícula 429 da TEP, para exercer o emprego em comissão símbolo EC-14, de Chefe da Seção Administrativa, da Coordenação de Ação Comunitária II de Brazlândia, do Departamento de Ação Comunitária, desta Fundação.

Brasília, 13 de março de 1978

NELJANIR DA SILVA GUIMARAES

INSTRUÇAO DE 13 DE MARÇO DE 1978

O DIRETOR PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições estatutárias,

RESOLVE:

Revogar, a partir desta data, os efeitos da Instrução que designou RAIMUNDO NONATO LIMA, para subs-

tituir o Chefe da Seção de Compras, da Divisão do Material do Departamento de Administração desta Entidade.

Brasília, 13 de março de 1978

NELJANIR DA SILVA GUIMARAES
Diretor-Presidente

INSTRUÇÃO DE 13 DE MARÇO DE 1978

O DIRETOR PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições estatutárias,

RESOLVE:

Revogar,. a partir desta data, os efeitos da Instrução de 01.03.78, que designou JOSIRO DA COSTA FERREIRA, Auxiliar de Contabilidade, matrícula 454, da TEP, para exercer o emprego em comissão, símbolo EC-06, de Assistente Técnico da Coordenação para o Desenvolvimento Social Urbano e Promoção Familiar do Departamento de Ação Comunitária, desta Fundação.

NELJANIR DA SILVA GUIMARAES
Diretor Presidente

INSTRUÇÃO DE 13 DE MARÇO DE 1978

O DIRETOR PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso de auas atribuições estatutárias,

RESOLVE:

Designar, a partir desta data RAIMUNDO LUIZ BARRETO DE SÁ TELES, para exercer o emprego em comissão, símbolo EC-02, de Diretor do Departamento de Administração desta Fundação.

Brtasília, 13 de março de 1978

NELJANIR DA SILAVA GUIMARÃES
Diretor Presidente

INSTRUÇÃO DE 13 DE MARÇO DE 1978

O DIRETOR PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições estatutárias,

RESOLVE:

Tornar sem efeito, a partir desta data, a Instrução de 05.05.77, que designou FRANCISCO VIEIRA SOBRINHO, matrícula 430, para responder pelo emprego em comissão símbolo EC-02, de Diretor do Departamento de Administração desta Fundação.

Brasília, 13 de março de 1978

NELJANIR DA SILVA GUIMARÃES
Diretor Presidente

INSTRUÇÃO DE 13 DE MARÇO DE 1978

O DIRETOR PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições estatutárias,

RESOLVE:

Tornar sem efeito, a partir desta data, a Instrução de 05.05.77, que designou MARIA DALVA BEZERRA COUTINHO, Assistente Administrativo, matrícula 017 da TEP, para substituir o Coordenador das Unidades Industriais da Casa Própria, símbolo EC-07, da Vice-Diretoria Executiva desta Fundação.

Brasília, 13 de março de 1978

NELJANIR DA SILVA GUIMARÃES
Diretor Presidente

INSTRUÇÃO DE 13 DE MARÇO DE 1978

O DIRETOR PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições estatutárias,

RESOLVE:

Revogar, a partir desta data, os efeitos da Instrução de 05.09.77, que designou JOSÉ MARIA NEVES DA COSTA, para substituir o Chefe da Seção Administrativa da Coordenação de Ação Comunitária I, de Brasília, do Departamento de Ação Comunitária desta Fundação.

Brasília, 13 de março de 1978

NELJANIR DA SILVA GUIMARÃES
Diretor Presidente

INSTRUÇÃO DE 13 DE MARÇO DE 1978

O DIRETOR PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições estatutárias,

RESOLVE:

Designar, a partir desta data, EDNOR PEREIRA VIANA, Auxiliar Administrativo I, matrícula 068, da TEP, para exercer o emprego em Comissão, símbolo EC-09, de Chefe da Divisão do Pessoal, do Departamento de Administração, desta Fundação.

Brasília, 13 de março de 1978

NELJANIR DA SILVA GUIMARÃES
Diretor Presidente

INSTRUÇÃO DE 13 DE MARÇO DE 1978

O DIRETOR PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições estatutárias,

RESOLVE:

Revogar, a partir desta data os efeitos da Instrução de 12.04.77, que designou SEBASTIÃO MARQUES DE BRITTO, matrícula 139, para substituir o Chefe da Seção de Preparo e Pagamento do Departamento de Administração desta Fundação.

Brasília, 13 de março de 1978

NELJANIR DA SILVA GUIMARÃES
Diretor Presidente

INSTRUÇÃO DE 13 DE MARÇO DE 1978.

O DIRETOR-PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições estatutárias,

RESOLVE:

Dispensar, a partir desta data, MARCIO TEIXEIRA DE RESENDE, Auxiliar Administrativo II, da TEP, do emprego em comissão, símbolo EC-14, de Chefe da Seção de Compras, da Divisão de Material, do Departamento de Administração, desta Fundação.

Brasília, 13 de março de 1.978.

NELJANIR DA SILVA GUIMARAES
Diretor-Presidente.

INSTRUÇAO DE 13 DE MARÇO DE 1978..

O DIRETOR—PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições estatutárias,

RESOLVE:

Designar, a partir desta data, JOSE MARIA NEVES DA COSTA, matrícula 117, para exercer o emprego em comissão, símbolo EC-12, de Chefe do Serviço de Patrimônio, do Departamento de Administração, desta Fundação.

Brasília, 13 de março de 1.978.

NELJANIR DA SILVA GUIMARAES.
Diretor-Presidente.

INSTRUÇAO DE 13 DE MARÇO DE 1978.

O DIRETOR—PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições estatutárias,

RESOLVE:

Dispensar, a partir desta data,OLIER JOSÉ PEREIRA, do emprego em comissão, símbolo EC-12, de Chefe do Serviço de Patrimônio, do Departamento de Administração, desta Fundação.

Brasília, 13 de março de 1.978.

NELJANIR DA SILVA GUIMARAES
Diretor-Presidente.

INSTRUÇAO DE 13 DE MARÇO DE 1978.

O DIRETOR—PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições estatutárias,

RESOLVE:

Revogar, a partir desta data, os efeitos da Instrução de 05.09.77, que designou OLIER JOSE FERREIRA, Chefe do Serviço de Patrimônio, do Departamento de Administração, para responder pelo emprego em comissão, símbolo EC-14, de Chefe do Setor de Administração e Serviços Gerais do Centro de Assistência e Educação do Menor, Granja das Oliveiras, do Departamento de Bem Estar do Menor, desta Fundação.

Brasília, 13 de março de 1.978.

NELJANIR DA SILVA GUIMARAES.
Diretor-Presidente.

INSTRUÇÃO DE 15 DE MARÇO DE 1978

O DIRETOR PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições estatutárias,

RESOLVE:

Revogar, a partir desta data, a Instrução de 28.04.77, que designou MARIA DO SOCORRO MARINHEIRO DA NÓBREGA, Assistente Social I, matrícula 375 da TEP, para responder pelo emprego em comissão símbolo EC-03, de Coordenador do Desenvolvimento do Menor, do Departamento de Bem Estar do Menor, desta Fundação.

Brasília, 15 de março de 1978
NALJANIR DA SILVA GUIMARÃES
Diretor Presidente

INSTRUÇÃO DE 15 DE MARÇO DE 1978

O DIRETOR PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições estatutárias,

RESOLVE:

Dispensar, a partir desta data, MARIA DO SOCORRO MARINHEIRO DA NÓBREGA, do emprego em comissão, símbolo EC-03,da TEC, de Coordenador do Desenvolvimento do Menor, do Departamento de Bem, Estar do Menor desta Fundação.

Brasília, 15 de março de 1978

NELJANIR DA SILVA GUIMARÃES
Diretor Presidente

INSTRUÇÃO DE 20 DE MARÇO DE 1978

O DIRETOR PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições estatutárias,

RESOLVE:

Designar, ZILDA MEDEIROS MARINHO DOS SANTOS, Assistente Social I, matrícula 776 da TEP, como Executora do Convênio referente ao Projeto Apoio às Entidades Sociais, junto à Secretaria de Serviços Sociais do Distrito Federal.

Brasília, 20 de março de 1978

NELJANIR DA SILVA GUIMARÃES
Diretor Presidente

CONSELHO DELIBERATIVO

499ª. REUNIAO DO CONSELHO DELIBERATIVO

RESOLUÇAO Nº. 12/78

Homologa a Resolução Administrativa nº 01/78, de 02.03.78, autorizando a renovação de convênio entre esta Fundação e o Centro Espírita "Adolfo Bezerra de Menezes".

O CONSELHO DELIBERATIVO DA FUNDAÇAO DO SERVIÇO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais, e, tendo em vista o disposto do processo nº. 605.270/78;

RESOLVE:

Homologar a Resolução Administrativa nº. 01/78, de 02.03.78, "ad referendum" do Conselho Deliberativo, que autorizou a renovação do convênio celebrado entre esta Entidade e o Centro Espírita "Adolfo Bezerra de Menezes", visando prestar assistência e orientação a migrantes carentes de recursos e desabrigados do Distrito Federal, de acordo com a minuta constante do processo supracitado.

Brasília, 10 de março de 1.978.

LUIZ CARLOS NOGUEIRA BASTOS
Presidente substituto
NELJANIR DA SILVA GUIMARAES
LEDA DEL CARO PAIVA
JOAO FELICIO SCARDUA
JOSE EDUARDO CARREIRA ALVIM
JENNY ANTUNES DE SOUZA
VITAL DE MORAES ANDRADE.

499ª. REUNIAO DO CONSELHO DELIBERATIVO

RESOLUÇAO nº. 13/78

Autoriza a celebração de convênio entre o Distrito Federal, através da Secretaria de Serviços Sociais e esta Fundação, tendo por finalidade a operacionalização do projeto "Treinamento e Encaminhamento Profissional".

O CONSELHO DELIBERATIVO DA FUNDAÇAO DO SERVIÇO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e, tendo em vista o disposto no processo FSSDF nº. 004145/78;

RESOLVE:

Autorizar a celebração do convênio entre o Distrito Federal, através da Secretaria de Serviços Sociais e a Fundação do Serviço Social do Distrito Federal, visando a operacionalização do projeto "Treinamento e Encaminhamento Profissional", que objetiva a profissionalização da população carente do Distrito Federal, através de cursos de formação de mão-de-obra, conforme os termos constantes do processo acima mencionado.

Brasília, 10 de março de 1978.

LUIS CARLOS NOGUEIRA BASTOS
Presidente Substituto
NELJANIR DA SILVA GUIMARAES
JOAO FELICIO SCARDUA
JENNY ANTUNES DE SOUZA
JOSÉ EDUARDO CARREIRA ALVIM
LEDA DEL CARO PAIVA
VITAL DE MORAES ANDRADE

499ª. REUNIAO DO CONSELHO DELIBERATIVO

RESOLUÇAO nº 14/78

Autoriza a celebração de convênio entre o Distrito Federal, através da Secretaria de Serviços Sociais do Distrito Federal, e a Fundação do Serviço Social do Distrito Federal, tendo por objetivo a execução do projeto "Treinamento e Encaminhamento Profissional" — Subprojeto "Iniciação Profissional do Menor".

O CONSELHO DELIBERATIVO DA FUNDAÇAO DO SERVIÇO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e, tendo em vista o disposto no processo FSSDF nº. 04196/78;

RESOLVE:

Autorizar a celebração de convênio entre o Distrito Federal, através da Secretaria de Serviços Sociais do Distrito Federal, e a Fundação do Serviço Social do Distrito Federal, tendo por finalidade oferecer iniciação profissional aos menores economicamente carentes, de 14 (quatorze) a 17 (dezessete) anos, conforme os termos constantes do processo acima mencionado.

Brasília, 10 de março de 1978.

LUIZ CARLOS NOGUEIRA BASTOS
Presidente substituto

NELJANIR DA SILVA GUIMARAES
JOSE EDUARDO CARREIRA ALVIM
VITAL DE MORAES ANDRADE
JOAO FELICIO SCARDUA
JENNY ANTUNES DE SOUZA
LEDA DEL CARO PAIVA

SOCIEDADE DE HABITAÇÕES DE INTERESSE SOCIAL LTDA.- SHIS

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

RESOLUÇÃO Nº 108/78—C.A

Dispõe sobre a Reestruturação do Centro de Processamento de Dados da Diretoria Finaneira.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE DE HABITAÇÕES DE INTERESSE SOCIAL LTDA-SHIS, de acordo com a competência que lhe é conferida pelos itens I a XVI, da Cláusula DÉCIMA-TERCEIRA Capítulo III Título III, do Contrato Social da Sociedade;

RESOLVE:

"Por unanimidade, APROVAR a Reestruturação do Centro de Processamento de Dados da Diretoria Financeira, alterando-se o Quadro do Pessoal da Empresa, na forma mencionada à E.M. nº 001/78-SHIS D.A., constante das fls. 01/06 do Processo nº 109.524/78, homologado a Resolução nº 017/78, da Diretoria da Sociedade, tomada em sua 896ª Sessão, realizada em 30.01.78".

Brasília, 03 de fevereiro de 1978

MARIVAL PEREIRA TAPIOCA
Presidente

DILSON CARLOS REHEM
Conselheiro

ROBERTO PIRES BARBOSA
Conselheiro

DEMÓCRITO SOARES DE OLIVEIRA
Conselheiro-Relator

HUGO SCHMIDT
Conselheiro

CARLOS BLACK PEREIRA
Conselheiro

RESOLUÇAO Nº 134/78—C.A

Dispõe sobre solicitação de unidade habitacional desta Sociedade.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE DE HABITAÇÕES DE INTERESSE SOCIAL LTDA-SHIS, de acordo com a competência que lhe é conferida pelos itens I a XVI, da Cláusula DÉCIMA-TERCEIRA Capítulo III Título III, do Contrato Social da Sociedade;

RESOLVE:

"INDEFERIR, por unanimidade a solicitação da Senhora EULÁLIA ALVES MAGALHÃES—Processo nº 105.152/77, tendo em vista a interessada ter sido contemplada com imóvel desta Sociedade.

Brasília, 17 de fevereiro de 1978

MARIVAL PEREIRA TAPIOCA
Presidente

DILSON CARLOS REHEM
Conselheiro

CARLOS BLACK PEREIRA
Conselheiro-Relator

RUBEM FURTADO GUEIROS
Conselheiro

HUGO SCHMIDT
Conselheiro

LUIS FERNANDES DE BRITO
Conselheiro

DEMÓCRITO SOARES DE OLIVEIRA
Conselheiro

RESOLUÇÃO Nº 139/78—C.A

Dispõe sobre solicitações de unidades habitacionais desta Sociedade.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE DE HABITAÇÕES DE INTERESSE SOCIAL LTDA-SHIS, de acordo com a competência que lhe é conferida pelos itens I a XVI, da Cláusula DÉCIMA-TERCEIRA Capítulo III, Título III, do Contrato Social da Sociedade;

RESOLVE:

"INDEFERIR, por unanimidade, as solicitações dos Senhores MANOEL GOMES DE CARVALHO—Processo nº 110.166/78 FRANCISCO DAS CHAGAS FILHO—Processo nº 110.154/78, JOSÉ NEVES DE OLIVEIRA FILHO—Processo nº 110.152/78 e FRANCISCO ROBERTO PORTELA DE AGUIAR—Processo nº 110.045/78",.

Brasília, 17 de fevereiro de 1978

MARIVAL PEREIRA TAPIOCA
Presidente

DILSON CARLOS REHEM
Conselheiro

CARLOS BLACK PEREIRA
Conselheiro

RUBEM FURTADO GUEIROS
Conselheiro

HUGO SCHMIDT
Conselheiro

LUIS FERNANDES DE BRITO
Conselheiro

DEMÓCRITOS SOARES DE OLIVEIRA
Conselheiro-Relator

RESOLUÇÃO Nº 144/78—C.A

Dispõe sobre solicitação de unidade habitacional desta Sociedade.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE DE HABITAÇÕES DE INTERESSE SOCIAL LTDA-SHIS, de acordo com a competência que lhe é conferida pelos itens I a XVI, da Cláusula DÉCIMA-TERCEIRA Capítulo III Título III, do Contrato Social da Sociedade.

RESOLVE:

"Por unanimidade, tornar sem efeito a Resolução nº 038/78—C.A., de 13.01.78, para DEFERIR, a solicitação do Senhor VICENTE PAULO DE MACEDO—Processo nº 108.334/78, devendo o interessado ser atendido de acordo com as normas e disponibilidades da Empresa.".

Brasília, 22 de fevereiro de 1978

LUIZ CARLOS NOGUEIRA BASTOS
P.Presidente

DILSON CARLOS REHEM
Conselheiro

RUBEM FURTADO GUEIROS
Conselheiro-Relator

HUGO SCHMIDT
Conselheiro

LUIS FERNANDES DE BRITO
Conselheiro

RESOLUÇÃO Nº 174/78—C.A

Dispõe sobre alteração no Quadro de Pessoal da Empresa.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE DE HABITAÇÕES DE INTERESSE SOCIAL LTDA-SHIS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo item IV, da Cláusula DÉCIMA-TERCEIRA Capítulo III Título III, odo Contrato Social da Sociedade; e,

CONSIDERANDO, a proposição da Diretoria prolatada através de sua RD/Nº 0217/78, em sua 903ª Sessão, realizada em 17.02.78.-

RESOLVE:

1—Em face dos encargos advindos da criação dos CENTROS DE ATIVIDADES SÓCIO-RECREATIVAS EM TAGUATINGA, alterado o Quadro de Pessoal da SHIS, pela criação dos Empregos abaixo mencionados:

QUANTIDADE	DENOMINAÇÃO
03	ASSISTENTE SOCIAL
03	AG. DE PORTARIA
03	AG. DE SERV. GERAIS

2—Esta Resolução entrará em vigor na data de sua aprovação revogando as disposições em contrário.

Brasília, 10 de março de 1978

MARIVAL PEREIRA TAPIOCA
Presidente

DILSON CARLOS REHEM
Conselheiro

CARLOS BLACK PEREIRA
Conselheiro

HUGO SCHMIDT
Conselheiro

RUBEM FURTADO GUEIROS
Conselheiro

LUIS FERNANDES DE BRITO
Conselheiro-Relator

RESOLUÇÃO Nº 175/78—C.A

Dispõe sobre solicitações de unidades habitacionais desta Sociedade.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE DE HABITAÇÕES DE INTERESSE SOCIAL LTDA-SHIS, de acordo com a competência que lhe é conferida pelos ítens I a XVI, da Cláusula DÉCIMA-TERCEIRA Capítulo III Título III, do Contrato Social da Sociedade;

RESOLVE:

"INDEFERIR, por unanimidade, as solicitações dos Senhores ACIR RODRIGUES DE SOUSA—Processo nº 113.061/78, JACQUES FERNANDO MACHADO LESSA—Processo nº 113.063/78, OMILTON MARCELINO DE QUEIROZ—Processo nº 113.197/78, RAIMUNDO ANSELMO FILHO—Processo nº 113.364/78 e ANTONIA M. DA COSTA—Processo nº 113.218/78".

Brasília, 14 de março de 1978

MARIVAL PEREIRA TAPIOCA
Presidente

DILSON CARLOS REHEM
Conselheiro

CARLOS BLACK PEREIRA
Conselheiro

HUGO SCHMIDT
Conselheiro

ROBERTO PIRES BARBOSA
Conselheiro

RUBEM FURTADO GUEIROS
Conselheiro

RESOLUÇÃO Nº 177/78—C.A.

Dispõe sobre solicitações de unidades habitacionais desta Sociedade.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE DE HABITAÇÕES DE INTERESSE SOCIAL LTDA-SHIS, de acordo com a competência que lhe é conferida pelos ítens I a XVI, da Cláusula DÉCIMA-TERCEIRA Capítulo III Título III, do Contrato Social da Sociedade;

RESOLVE:

"INDEFERIR, por unanimidade as solicitações dos Senhores BENEDITO ROCHA LEMES—Processo nº 11.852/78, JOSÉ ANTONIO DOS SANTOS—Processo nº 112.015/78; EDINAURO RODRIGUES DE SOUZA—Processo nº 112.022/78 e das Senhoras IRACEMA COELHO DA SILVA—Processo nº 112.020/78, MARIA DAS GRAÇAS DA SILVA — Processo nº 112.541/78 e EDNAURA DO VALE BARBOSA DE SOUZA—Processo nº 113.062/78".

Brasília, 14 de março de 1978

MARIVAL PEREIRA TAPIOCA
Presidente

DILSON CARLOS REHEM
Conselheiro

CARLOS BLACK PEREIRA
Conselheiro

ROBERTO PIRES BARBOSA
Conselheiro

RUBEM FURTADO GUEIROS
Conselheiro-Relator

HUGO SCHMIDT
Conselheiro

RESOLUÇÃO Nº 178/78—C.A.

Dispõe sobre solicitações de unidades habitacionais desta Sociedade.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE DE HABITAÇÕES DE INTERESSE SOCIAL LTDA-SHIS, de acordo com a competência que lhe é conferida pelos itens I a XVI, da Cláusula DÉCIMA-TERCEIRA, Capítulo III Título III, do Contrato Social da Sociedade;

RESOLVE:

"INDEFERIR, por unanimidade. as solicitações dos Senhores ALBERÔNIO DA PENHA VALADÃO—Processo nº 040.519/75, MANOEL MARTINS SILVA e cônjuge—Processo nº 050.484/76, JOSÉ NATAL DA SILVA—Processo nº 064.204/76 e da Senhora MARIA LUZIA DE OLIVEIRA—Processo nº

060.259/76, mantendo as decisões anteriores".

Brasília, 14 de março de 1978

MARIVAL PEREIRA TAPIOCA
Presidente

DILSOIN CARLOS REHEM
Conselheiro

CARLOS BLACK PEREIRA
Conselheiro

ROBERTO PIRES BARBOSA
Conselheiro-Relator

RUBEM FURTADO GUEIROS
Conselheiro

HUGO SCHMIDT
Conselheiro

RESOLUÇÃO Nº 179/78—C.A.

Dispõe sobre solicitações de unidades habitacionais desta Sociedade.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE DE HABITAÇÕES DE INTERESSE SOCIAL LTDA-SHIS, de acordo com a competência que lhe é conferida pelos ítens I a XVI, da Cláusula DÉCIMA-TERCEIRA, Capítulo III Título III, do Contrato Social da Sociedade;

RESOLVE:

"DEFERIR, por unanimidade, as solicitações do Senhor DEOCLECIANO GABRIEL FERRAZ—Processo nº 111.229/78 e da Senhora SÔNIA MARIA MARTINS Processo nº 111.519/78, devendo os mesmos serem atendidos de acordo com as normas e disponibilidades da Empresa,".

Brasília, 17 de março de 1978

MARIVAL PEREIRA TAPIOCA
Presidente

DILSON CARLOS REHEM
Conselheiro

RUBEM FURTADO GUEIROS
Conselheiro

HUGO SCHMIDT
Conselheiro

ROBERTO PIRES BARBOSA
Conselheiro

DEMÓCRITOS SOARES DE OLIVEIRA
Conselheiro-Relator

RESOLUÇÃO Nº 180/78—C.A

Dispõe sobre solicitação de unidade habitacional desta Sociedade.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE DE HABITAÇÕES DE INTERESSE SOCIAL LTDA-SHIS, de acordo com a competência que lhe é conferida pelos itens I a XVI, da Cláusula DÉCIMA-TERCEIRA Capítulo III, Título III, do Contrato Social da Sociedade;

RESOLVE:

DEFERIR, por unanimidade, a solicitação da Senhora MARIA PEREIRA DA SILVA—Processo nº 113.083/78, devendo a mesma ser atendida de acordo com as normas e disponibilidades da Empresa".

Brasília, 17 de março de 1978

MARIVAL PEREIRA TAPIOCA
Presidente

DILSON CARLOS REHEM
Conselheiro

RUBEM FURTADO GUEIROS
Conselheiro

DEMÓCRITO SOARES DE OLIVEIRA
Conselheiro

HUGO SCHMIDT
Conselheiro-Relator

ROBERTO PIRES BARBOSA
Conselheiro

RESOLUÇÃO Nº 181/78—C.A

Dispõe sobre solicitações de unidades habitacionais desta Sociedade.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE DE HABITAÇÕES DE INTERESSE SOCIAL LTDA-SHIS, de acordo com a competência que lhe é conferida pelos itens I a XVI da Cláusula DÉCIMA-TERCEIRA Capítulo III Título III, do Contrato Social da Sociedade.

RESOLVE:

"INDEFERIR, por unanimidade as solicitações das Senhoras; LENIR NUNES BANDEIRA—Processo nº 112.565/78, LUZIA C. AREA MOURINHO —Processo nº 112.966/78, LEONAI BOTELHO FRAGOSO—Processo nº 113.089/78 e do Senhor CAITANO GONZAGA DOS SANTOS—Processo nº 113.082/78".

Brasília, 17 de março de 1978

MARIVAL PEREIRA TAPIOCA
Presidente

DILSON CARLOS REHEM
Conselheiro

RUBEM FURTADO GUEIROS
Conselheiro

HUGO SCHMIDT
Conselheiro-Relator

ROBERTO PIRES BARBOSA
Conselheiro

DEMÓCRITO SOARES DE OLIVEIRA
Conselheiro

RESOLUÇÃO Nº 182/78—C.A

Dispõe sobre solicitações de unidades habitacionais desta Sociedade.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE DE HABITAÇÕES DE INTERESSE SOCIAL LTDA-SHIS, de acordo com a competência que lhe é conferida pelos itens I a XVI, da Cláusula DÉCIMA-TERCEIRA Capítulo III Título III, do Contrato Social da Sociedade;

RESOLVE:

"INDEFERIR, por unanimidade as solicitações das Senhoras JOSEFA FERREIRA SOARES—Processo nº 112.964/78, DULCE MATURANO TAVARES DE LIMA—Processo nº 113.362/78 e dos Senhores JUVENAL BEZERRA LIMA—Processo nº 112.539/78 e EDIMAR RODRIGUES DE ASSIS—Processo nº 113.214/78".

Brasília, 17 de março de 1978

MARIVAL PEREIRA TAPIOCA
Presidente

DILSON CARLOS REHEM
Conselheiro

RUBEM FURTADO GUEIROS
Conselheiro-Relator

DEMÓCRITO SOARES DE OLIVEIRA
Conselheiro

HUGO SCHMIDT
Conselheiro

ROBERTO PIRES BARBOSA
Conselheiro

RESOLUÇÃO Nº 183/78—C.A

Dispõe sobre solicitação de unidade habitacional desta Sociedade.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE DE HABITAÇÕES DE INTERESSE SOCIAL LTDA-SHIS, de acordo com a competência que lhe é conferida pelos itens I a XVI da Cláusula DÉCIMA-TERCEIRA Capítulo III Título III, do Contrato Social da Sociedade;

RESOLVE:

"INDEFERIR, por maioria dos demais e contrariamente ao Voto do Relator; a solicitação do Senhor BENEDITO LUIZ DA SILVA—Processo nº 113.792/78".

Brasília, 17 de março de 1978

MARIVAL PEREIRA TAPIOCA
Presidente

DILSON CARLOS REHEM
Conselheiro

RUBEM FURTADO GUEIROS
Conselheiro-Relator
DEMÓCRITO SOARES DE OLIVEIRA
Conselheiro

HUGO SCHMIDT
Conselheiro

ROBERTO PIRES BARBOSA
Conselheiro

RESOLUÇÃO Nº 184/78—C.A

Dispõe sobre solicitações de unidades habitacionais desta Sociedade.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE DE HABITAÇÕES DE INTERESSE SOCIAL LTDA-SHIS, de acordo com a competência que lhe é conferida pelos itens I a XVI, da Cláusula DÉCIMA-TERCEIRA Capítulo III Título III, do Contrato Social da Sociedade;

RESOLVE:

"DEFERIR, por unanimidade as solicitações da Senhora ANTONIA DA SILVA OLIVEIRA—Processo nº 105.983/77 e dos Senhores ANÉZIO FERREIRA DE LIMA—Processo nº 105.672/77 e JOSÉ ALVES DOS SANTOS—Processo nº 106.139/77, devendo os interessados serem atendidos de acordo com as normas e disponibilidades da Empresa".

Brasília, 17 de março de 1978

MARIVAL PEREIRA TAPIOCA
Presidente

DILSON CARLOS REHEM
Conselheiro

RUBEM FURTADO GUEIROS
Conselheiro

DEMÓCRITOS SOARES DE OLIVEIRA
Conselheiro

HUGO SCHMIDT
Conselheiro

ROBERTO PIRES BARBOSA
Conselheiro-Relator

RESOLUÇÃO Nº 185/78—C.A

Dispõe sobre solicitações de unidades habitacionais desta Sociedade.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE DE HABITAÇÕES DE INTERESSE SOCIAL LTDA-SHIS, de acordo com a competência que lhe é conferida pelos itens I a XVI, da Cláusula DÉCIMA TERCEIRA Capítulo III, Título III, do Contrato Social da Sociedade.

RESOLVE:

"INDEFERIR, por unanimidade, as solicitações das Senhoras ELZA MARIA DA CONCEIÇÃO—Processo nº 113.215/78, MARIA VITURIANO FERNANDES—Processo nº 113.095/78 e dos Senhores ADILIO BEZERRA VILARINS—Processo nº 113.093/71, SEBASTIÃO FRANCISCO DE PAULA—Processo nº 113.195/78, GERALDO LOURENÇO DOS SANTOS—Processo nº 113.217/78 e JOSÉ DE SOUSA ROSA—Processo nº 108.179/78".

Brasília, 17 de março de 1978

MARIVAL PEREIRA TAPIOCA
Presidente

DILSON CARLOS REHEM
Conselheiro

RUBEM FURTADO GUEIROS
Conselheiro

HUGO SCHMIDT
Conselheiro

ROBERTO PIRES BARBOSA
Conselheiro-Relator

DEMÓCRITOS SOARES DE OLIVEIRA
Conselheiro

RESOLUÇÃO Nº 186/78—C.A

Dispõe sobre solicitação de unidade habitacional desta Sociedade.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE DE HABITAÇÕES DE INTERESSE SOCIAL LTDA-SHIS, de acordo com a competência que lhe é conferida pelos itens I a XVI, da Cláusula DÉCIMA-TERCAIRA Capítulo III Título III, do Contrato Social da Sociedade;

RESOLVE:

"Por unanimidade, REVOGAR, a Resolução nº 729/75— C.A., para INDEFERIR, a solicitação da Senhora DELI RODRIGUES OLINDA—Processo nº 039.794/75 (ref os processos nºs 0775/66 e 2996/71)

Brasília, 17 de março de 1978

MARIVAL PEREIRA TAPIOCA
Presidente

DILSON CARLOS REHEM
Conselheiro

RUBEM FURTADO GUEIROS
Conselheiro

DEMÓCRITO SOARES DE OLIVEIRA
Conselheiro

HUGO SCHMIDT
Conselheiro

ROBERTO PIRES BARBOSA
Conselheiro-Relator

DIRETORIA

RESOLUÇAO DA DIRETORIA

Nº 37/78
Sessão 907ª
Realizada em: 28.02.78
PROCESSO Nº: 05359/73
ASSUNTO: Alteração do subitem 16.3 da Instrução 05/76.
DECISÃO: A DIRETORIA, considerando o exposto no Relatório nº 18/78-DI, RESOLVE: Aprovar a minuta de Instrução a ser baixada pelo Diretor-Superintendente, que altera o subitem 16.3, da Instrução nº 05/76.
RELATOR: JOSÉ ROBERTO LUGON

DILSON CARLOS REHEM
Diretor-Superintendente

LAURO FARANI PEDREIRA DE FREITAS
Diretor Técnico

FRANCISCO LUIZ DE BESSA LEITE
Diretor Administrativo

SEMIÃO SOBRAL DE FARO
Diretor Financeiro

JOSÉ ROBERTO LUGON
Diretor Imobiliário

RESOLUÇAO DA DIRETORIA

Nº: 038/78
Sessão: 907ª
Realizada em: 28.02.78
Processo nº: 085395/77
ASSUNTO: Recebimento da obra de construção de 617 (seiscentas e dezessete) unidades habitacionais nas QNOs 03,05,11 e 13-Setor FO Norte de Taguatinga executadas pela Firma EMPREC—Empreendimentos de Engenharia Civil.
DECISÃO: A Diretoria, considerando o disposto no Relatório nº 005/78—DT.,

RESOLVE:

Homologar o recebimento das unidades habitacionais em referência, bem como considerá-las concluídas e entregues dentro do prazo contratual.

RELATOR: LAURO FARANI PEDREIRA DE FREITAS

DILSON CARLOS REHEM
Diretor Superintendente

SEMIAO SOBRAL DE FARO
Diretor Financeiro

FRANCISCO LUIZ DE BESSA LEITE
Diretor Administrativo

JOSE ROBERTO LUGON
Diretor Imobiliário

LAURO FARANI PEDREIRA DE FREITAS
Diretor Técnico

RESOLUÇÃO DA DIRETORIA

Nº 039/78
Sessão: 908a
Realizada em: 03.03.78

PROCESSO Nº: 112459/78
ASSUNTO: Proposição para venda dos lotes 05 e 06 - Setor de Inflamáveis Sul.
DECISÃO: A DIRETORIA, considerando o exposto no relatório nº 016/78 - D.I., RESOLVE: aprovar proposição de venda dos lotes 05 e 06 - Setor de Inflamáveis Sul e convocar a Assembléia dos Sócios Quotistas, nos termos do parágrafo VI da Cláusula Nona do Contrato Social, solicitando a autorização da mesma para a referida venda.
RELATOR: JOSÉ ROBERTO LUGON
DILSON CARLOS REHEM
Diretor Superintendente
SEMIÃO SOBRAL DE FARO
Diretor Financeiro
LAURO FARANI PEDREIRA DE FREITAS
Diretor Técnico
FRANCISCO LUIZ DE BESSA LEITE
Diretor Administrativo
JOSÉ ROBERTO LUGON
Diretor Imobiliário

RESOLUÇÃO DA DIRETORIA
Nº: 040/78
Sessão: 908a
Realizada em: 03.03.78
PROCESSO Nº: 094259/77
ASSUNTO: Trata do resultado da concorrência nº EC-13/77, com vistas à construção de 02 caixas d'água subterrâneas e 01 castelo d'água na Granja das Oliveiras.
DECISÃO: A DIRETORIA, considerando o disposto no parecer do Relator,
RESOLVE:
1 - Homologar o julgamento resultante da concorrência nº EC-13/77, que indicou como vencedora a firma PARENGE - Paraúna Engenharia Ltda., com a proposta no valor global de Cr$ 1.747.585,00 (hum milhão, setecentos e quarenta e sete mil, quinhentos e oitenta e cinco cruzeiros), e como segunda colocada a firma CIVISA - Engenharia Civil e Sanitária Ltda., com a proposta no valor global de Cr$ 1.712.385,00 (hum milhão, setecentos e doze mil, trezentos e oitenta e cinco cruzeiros).
2 - Encaminhar o processo ao Egrégio Conselho de Administração da SHIS, com vistas à assinatura do Contrato com a firma vencedora, na forma do previsto na Cláusula Vigésima Segunda - Item VII do Contrato Social da Empresa.
RELATOR: LAURO FARANI PEDREIRA DE FREITAS
DILSON CARLOS REHEM
Diretor Superintendente
SEMIAO SOBRAL DE FARO
Diretor Financeiro
FRANCISCO LUIZ DE BESSA LEITE
Diretor Administrativo
JOSÉ ROBERTO LUGON
Diretor Imobiliário

LAURO FARANI PEDREIRA DE FREITAS
Diretor Técnico

RESOLUÇÃO DA DIRETORIA

Nº. 041/78
SESSÃO: 908ª.
REALIZADA EM: 03.03.78
PROCESSO Nº.: 112537/78
ASSUNTO: Dispõe sobre a liberação do adiantamento de Cr$ 20.000,00 (vinte mil cruzeiros) em nome do Chefe da Seção do Material e Patrimônio/DAG/DA, para fazer face às despesas de emergência e pronto pagamento.
DECISÃO: A Diretoria considerando o que consta no parecer do Relator, RESOLVE: a) autorizar a liberação do adiantamento de Cr$ 20.000,00 (vinte mil cruzeiros) em nome do Chefe da Seção do Material e Patrimônio/DAG/DA, para fazer face às despesas com aquisição de materiais de consumo de pronto pagamento; b) determinar ao Chefe da Seção do Material e Patrimônio/DAG/DA, fiel cumprimento às disposições contidas na Instrução nº 017/75, de 26.12.75, da Diretoria da Superintendência desta Empresa.

RELATOR: FRANCISCO LUIZ DE BESSA LEITE

DILSON CARLOS REHEM
Diretor Superintendente
FRANCISCO LUIZ DE BESSA LEITE
Diretor Administrativo
SEMIÃO SOBRAL DE FARO
Diretor Financeiro
JOSÉ ROBERTO LUGON
Diretor Imobiliário
LAURO FARANI PEDREIRA DE FREITAS
Diretor Técnico

Nº. 042/78
Sessão: 909ª.
Realizada em: 08.03.78
PROCESSO Nº.: 93.446/77
ASSUNTO: Homologação da licitação ELA 04/78
DECISÃO: A DIRETORIA, considerando o exposto no relatório nº. 019/78-D.I., RESOLVE: homologar a licitação ELA 04/78, bem como autorizar a realização de nova licitação pública, tendo em vista continuarem em disponibilidade 07 (sete) lojas e 18 (dezoito) salas.

RELATOR: JOSÉ ROBERTO LUGON

DILSON CARLOS REHEM
Diretor Superintendente

LAURO FARANI PEDREIRA DE FREITAS
Diretor Técnico

FRANCISCO LUIZ DE BESSA LEITE
Diretor Administrativo

SEMIAO SOBRAL DE FARO
Diretor Financeiro

JOSE ROBERTO LUGON
Diretor Imobiliário.

Nº 043/78 - Sessão: 910ª.
PROCESSO Nº: 109218/78
ASSUNTO: Dispõe sobre a homologação do resultado da licitação por convite nº 004/78, cujo objeto é o seguro de vida em grupo.

DECISÃO: A Diretoria considerando o parecer do Relator, RESOLVE: a) homologar o resultado da licitação, considerando vencedora a firma Atlântica - Boavista Companhia Nacional de Seguros, com a proposta no valor de 0,68 taxa média por Cr$ 1.000,00 (hum mil cruzeiros) segurado e 0,38 o pecúlio; b) Encaminhar o processo à Divisão do Pessoal/DA, para as devidas providências.

RELATOR: FRANCISCO LUIZ DE BESSA LEITE
DILSON CARLOS REHEM
Diretor Superintendente

FRANCISCO LUIZ DE BESSA LEITE
Diretor Administrativo

LAURO FARANI PEDREIRA DE FREITAS

Diretor Técnico

JOSÉ ROBERTO LUGON
Diretor Imobiliário

SEMIÃO SOBRAL DE FARO
Diretor Financeiro

Nº: 044/78 - Sessão: 911ª.
Processo nº: 107757/77

ASSUNTO: Substituição dos «alambrados» e acréscimo de serviços nos projetos de construção das 16 (dezesseis) escolas moduladas, a cargo das firmas BARSIL LTDA, ENACO LTDA, ESTACON S.A. e TETO LTDA.
DECISÃO: A Diretoria, considerando o disposto no Relatório nº 007/78-DT, RESOLVE:
1. Autorizar a substituição e serviços enumerados, bem como o desconto no faturamento das empreiteiras da importância global de Cr$ 58.898,88 (cinquenta e oito mil, oitocentos e noventa e oito cruzeiros e oitenta e oito centavos), por contrato.
2. Aplicar para tal fim, o disposto na Cláusula Décima Segunda - Parágrafo Unico dos respectivos contratos.

RELATOR: LAURO FARANI PEDREIRA DE FREITAS
DILSON CARLOS- REHEM
Diretor Superintendente

SEMIÃO SOBRAL DE FARO
Diretor Financeiro

FRANCISCO LUIZ DE BESSA LEITE
Diretor Administrativo

JOSÉ ROBERTO LUGON
Diretor Imobiliário

LAURO FARANI PEDREIRA DE FREITAS
Diretor Técnico

RESOLUÇÃO DA DIRETORIA

Nº 046/78. Sessão: 913ª.
Realizada em: 15.03.78
PROCESSO Nº: 114571/78
ASSUNTO: Dispõe sobre a reclassificação de servidores desta Empresa.
DECISÃO: A Diretoria considerando o parecer do Relator, RESOLVE: a) Reclassificar os servidores SÍLVIO JOSÉ AZEVEDO LEMOS, matrícula nº 11.437, FRANCISCO DE PAULO LEAL, matrícula nº 10.777 e JACKSON ARTEXERSES MATOS, matrícula nº 11.429, para a Categoria Profissional de Operadores de Computador; b) Reclassificar o servidor HENRIQUE OSVALDO EBOLI AMMIRABILE, matrícula nº 10.884 para a Categoria Profissional de Programador de Computador.

RELATOR: FRANCISCO LUIZ DE BESSA LEITE
DILSON CARLOS REHEM
Diretor Superintendente
FRANCISCO LUIZ DE BESSA LEITE
Diretor Administrativo
LAURO FARANI PEDREIRA DE FREITAS
Diretor Técnico
SEMIÃO SOBRAL DE FARO
Diretor Financeiro
JOSÉ ROBERTO LUGON
Diretor Imobiliário

RESOLUÇÃO DA DIRETORIA

Nº 047/78 Sessão: 913ª.
Realizada em: 15.03.78
Processo nº 17878/75
ASSUNTO: Trata a presente de solicitação de assinatura de contrato de prestação para cobrança de prestações e poupanças dos mutuários da SHIS, pelo Banco Agrícola de Minas Gerais S.A., e pelo Banco Mercantil do Brasil S.A.
DECISÃO: A Diretoria examinando o Relatório 07/78, contido no processo 17878/75, RESOLVE: autorizar nos moldes da RD - 063/75, a assinatura e convênios com o Banco Agrícola de Minas Gerais S.A., e com o Banco Mercantil do Brasil S.A.

RELATOR: SEMIÃO SOBRAL DE FARO
DILSON CARLOS REHEM
Diretor Superintendente
LAURO FARANI PEDREIRA DE FREITAS
Diretor Técnico
SEMIÃO SOBRAL DE FARO
Diretor Financeiro
FRANCISCO LUIZ DE BESSA LEITE
Diretor Administrativo
JOSÉ ROBERTO LUGON
Diretor Imobiliário

ATA DA 907ª. REUNIÃO DA DIRETORIA DA SOCIEDADE DE HABITAÇÕES DE INTERESSE SOCIAL LTDA.-SHIS, REALIZADA EM 28 DE FEVEREIRO DE 1978.

As 10:00 (dez) horas do dia 28 (vinte e oito) de fevereiro de 1978 (mil novecentos e setenta e oito), no Gabinete da Superintendência da Sociedade de Habitações de Interesse Social Ltda.-SHIS, sito no 5º andar do seu Edifício Sede, Setor Comercial Sul de Brasília, Distrito Federal, realizou-se, sob a presidência do seu Diretor Superintendente, a 907ª. Reunião da Diretoria da SHIS. Aberta a sessão foi lida e aprovada a Ata da reunião anterior, passando em seguida ao exame dos processos em pauta. 1º) Processo nº. 074228/76. ASSUNTO: Alteração do subitem 15.3, da Instrução 04/76. DECISÃO: A DIRETORIA, considerando o exposto no Relatório nº. 17/78-DI, RESOLVE: Aprovar a minuta de Instrução a ser baixada pelo Diretor Superintendente, que altera o subitem 15.3, da Instrução nº. 04/76. RELATOR: JOSE ROBERTO LUGON. 2º) Processo número 05359/73. ASSUNTO: Alteração do subitem 16.3, da Instrução 05/76. DECISÃO: A DIRETORIA, considerando o exposto no Relatório número 18/78-DI, RESOLVE: Aprovar a minuta de Instrução a ser baixada pelo Diretor Superintendente, que altera o subitem 16.3, da Instrução nº. 05/76. RELATOR: JOSE ROBERTO LUGON. 3º) Processo número 085395/77. ASSUNTO: Recebimento da obra de construção de 617 (seiscentas e dezessete) unidades habitacionais nas QNOs 03, 05, 11 e 13 — Setor "F" — O/Norte de Taguatinga, executadas pela firma EMPREC — Empreendimentos de Engenharia Civil. DECISÃO: A DIRETORIA, considerando o disposto no Relatório nº. 005/78-D.T., RESOLVE: Homologar o recebimento das unidades habitacionais em referência, bem como considerá-las concluídas e entregues dentro do prazo contratual. RELATOR: LAURO FARANI PEDREIRA DE FREITAS. Nada mais havendo a tratar, declarou o Senhor Diretor Superintendente, encerrada a reunião da qual eu, (NEIL DIAS ABRAHÃO), Secretário, lavrei a presente Ata que após lida e achada conforme vai subscrita por mim e assinada pelos membros presentes.

DILSON CARLOS REHEM-Diretor Superintendente, SEMIÃO SOBRAL DE FARO-Diretor Financeiro, LAURO FARANI PEDREIRA DE FREITAS-Diretor Técnico, FRANCISCO LUIZ DE BESSA LEITE-Diretor Administrativo, JOSE ROBERTO LUGON-Diretor Imobiliário.

ATA DA 910a. REUNIÃO DA DIRETORIA DA SOCIEDADE DE HABITAÇÕES DE INTERESSE SOCIAL LTDA. — SHIS, REALIZADA EM 09 DE MARÇO DE 1978

As 10:00 (dez) horas do dia 09 (nove) de março de 1978 (mil novecentos e setenta e oito), no Gabinete da Superintendência da Sociedade de Habitações de Interesse Social Ltda. - SHIS, sito no 5º andar do seu Edifício Sede, Setor Comercial Sul de Brasília, Distrito Federal, realizou-se, sob a presidência do seu Diretor Superintendente, a 910a. Reunião da Diretoria da SHIS. Aberta a sessão foi lida e aprovada a Ata da reunião anterior, passando em seguida ao exame do processo em pauta. Processo nº 109218/78. ASSUNTO: Dispõe sobre a homologação do resultado da licitação por Convite nº 004/78, cujo objeto é o seguro de vida em grupo. DECISÃO: A DIRETORIA, considerando o parecer do Relator, RESOLVE: a) homologar o resultado da licitação, considerando vencedora a firma ATLÂNTICA — Boavista Companhia Nacional

de Seguros, com a proposta no valor de 0,68 taxa média por Cr$ 1.000,00 (um mil cruzeiros) segurado e 0,38 o pecúlio; b) Encaminhar o processo à Divisão do Pessoal/DA, para as devidas providências. RELATOR: FRANCISCO LUIZ DE BESSA LEITE. Nada mais havendo a tratar, declarou o Senhor Diretor Superintendente, encerrada a reunião da qual eu, (NEIL DIAS ABRAHÃO), Secretário, lavrei a presente Ata que após lida e achada conforme vai subscrita por mim e assinada pelos membros presentes.

DILSON CARLOS REHEM - Diretor Superintendente; SEMIÃO SOBRAL DE FARO - Diretor Financeiro; LAURO FARANI PEDREIRA DE FREITAS - Diretor Técnico; FRANCISCO LUIZ DE BESSA LEITE - Diretor Administrativo; JOSÉ ROBERTO LUGON - Diretor Imobiliário

---

ATA DA 911ª. REUNIÃO DA DIRETORIA DA SOCIEDADE DE HABITAÇÕES DE INTERESSE SOCIAL LTDA. - SHIS, REALIZADA EM 10 DE MARÇO DE 1978.

Às 16:00 (dezesseis) horas do dia 10 (dez) de março de 1978 (mil novecentos e setenta e oito), no Gabinete da Superintendência da Sociedade de Habitações de Interesse Social Ltda. - SHIS, sito no 5º andar do seu Edifício Sede, Setor Comercial Sul de Brasília, Distrito Federal, realizou-se, sob a presidência do seu Diretor Superintendente, a 911ª. Reunião da Diretoria da SHIS. Aberta a sessão foi lida e aprovada a Ata da reunião anterior, passando em seguida ao exame do processo em pauta. Processo nº 107757/77. ASSUNTO: Substituição dos «alambrados» e acréscimo de serviços nos projetos de construção das 16 (dezesseis) escolas moduladas, a cargo das firmas BARSIL LTDA., ENACO LTDA., ESTACON S.A. e TETO LTDA. DECISÃO: A diretoria, considerando o disposto no Relatório nº 007/78-DT, RESOLVE: 1) - Autorizar a substituição e serviços enumerados, bem como o desconto no faturamento das empreiteiras da importância global de Cr$ 58.898,88 (cinquenta e oito mil, oitocentos e noventa e oito cruzeiros e oitenta e oito centavos), por contrato. 2 - Aplicar para tal fim, o disposto na Cláusula Décima Segunda - Parágrafo Único dos respectivos contratos. RELATOR: LAURO FARANI PEDREIRA DE FREITAS. Nada mais havendo a tratar, declarou o Senhor Diretor Superintendente, encerrada a reunião da qual eu, (NEIL DIAS ABRAHÃO), Secretário, lavrei a presente Ata que após lida e achada conforme vai subscrita por mim e assinada pelos membros presentes.

DILSON CARLOS REHEM - Diretor Superintendente; SEMIÃO SOBRAL DE FARO - Diretor Financeiro; LAURO FARANI PEDREIRA DE FREITAS - Diretor Técnico; FRANCISCO LUIZ DE BESSA LEITE - Diretor Administrativo; JOSÉ ROBERTO LUGON - Diretor Imobiliário.

SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS

ATOS DO SECRETÁRIO

PORTARIA DE 28 DE MARÇO DE 1978

O SECRETÁRIO DE SERVIÇOS PÚBLICOS DO DISTRITO FEDERAL, no uso da competência que lhe é atribuída pelo artigo 1°, inciso I, do Decreto «E» nº 340, de 12 de dezembro de 1967, e tendo em vista o que consta do processo nº 336.056/78,

RESOLVE:

Autorizar PAULO CESAR CUNTIN FILPO, Superintendente do Serviço Autônomo de Limpeza Urbana, código DAS-101.2, matrícula nº 1.892, a viajar com destino à cidade de São Paulo - SP, em objeto de serviço, no período de 29 de março a 1° de abril do corrente ano.

Distrito Federal, 28 de março de 1978

JOSÉ GERALDO MACIEL
Secretário de Serviços Públicos do Distrito Federal

ADMINISTRAÇÃO DA ESTAÇÃO RODOVIÁRIA

Atos do superintendente

ORDEM DE SERVIÇO Nº 23/78

O SUPERINTENDENTE DA ADMINISTRAÇÃOA DA RODOVIÁRIA DE BRASÍLIA-AERB ., no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo item VIII, Artigo 17, Capítulo I do Título III do Regimento aprovado pelo Decreto nº 2.900, de 19 de maio de 1975,

RESOLVE:

Dispensar, a pedido, o servidor ARNALDO MULLER TRISTÃO, matrícula 273, do Emprego em Comissão de Chefe da Seção de Material e Transportes, símbolo EC-08, desta Administração, a partir de 27 de março de 1978

Brasília, 22 de março de 1978

MARCILIO MARQUES BOTTI
Superintendente

ORDEM DE SERVIÇO Nº: 24/78.

O SUPERINTENDENTE DA ADMINISTRAÇÃO DA ESTAÇÃO RODOVIÁRIA DE BRASILIA—AERB, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Item VIII, Artigo 17, Capítulo I do Título III do Regimento aprovado pelo Decreto nº 2.900, de 19 de maio de 1.975,

RESOLVE;

Designar, o Senhor WALTER FERREIRA DOS SANTOS, para exercer o emprego em comissão símbolo EC-05 de Diretor da Divisão de Fiscalização e Vigilância desta Administração, a partir da data da publicação.

Brasília, 22 de março de 1.978.

MARCILIO MARQUES BOTTI
Superintendente.

ORDEM DE SERVIÇO Nº 025/78-AERB.

O SUPERINTENDENTE DA ADMINISTRAÇÃO DA ESTAÇÃO RODOVIÁRIA DE BRASILIA—AERB, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Item VIII. Artigo 17, Capítulo I do Título III do Regimento aprovado pelo Decreto nº 2.900, de 19 de maio de 1.975,

RESOLVE:

Dispensar, o servidor LAERCIO MARQUES DE FIGUEIREDO, do Emprego em Comissão de Chefe da Seção de Pessoal nível EC-8, a partir de 31 de março de 1.978.

Brasília, 22 de março de 1.978.

MARCILIO MARQUES BOTTI.
Superintendente.

ORDEM DE SERVIÇO Nº: 28/78.

O SUPERINTENDENTE DA ADMINISTRAÇÃO DA ESTAÇÃO RODOVIÁRIA DE BRASILIA—AERB, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Item IV, Capítulo I, do Artigo 17 do Regimento da Administração da Estação Rodoviária de Brasília, aprovado pelo Decreto nº 2.900 de 19 de maio de 1.975, e considerando a regulamentação do exercício da atividade dos «Carregadores Autônomos de Malas e Bagagens» nas áreas e dependências da Estação Rodoviária de Brasília, conforme Ordem de Serviço nº: 034/75-AERB.

RESOLVE:

Credenciar o Senhor ALDO RODRIGUES SAMPAIO, Certificado de Reservista nº 541.714 - Série E - MG, como Carregador Autônomo de Malas e Bagagens, da Estação Rodoviária de Brasília.

Brasília, 22 de março de 1.978.

MARCILIO MARQUES BOTTI
Superintendente.

SERVIÇO AUTÔNOMO DE LIMPEZA URBANA

DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

Atos do Diretor

Interessado: ALMERINDO FARIA DOS SANTOS
Assunto: Ordem de Serviço "DAG", de 06.03.78, RESCINDE, A PEDIDO, a partir desta data, o contrato de trabalho com ALMERINDO FARIA DOS SANTOS, Gari EP/03, matrícula 76.118 da TEP/SLU.

Interessado: RAIMUNDO LEITE DIAS
Assunto: Ordem de Serviço "DAG", de 06.03.78, RESCINDE, A PEDIDO, a partir desta data, o contrato de trabalho com RAIMUNDO LEITE DIAS, Gari EP/03, matrícula 75.805 da TEP/SLU.

Interessado: NEREU PEREIRA DA SILVA
Assunto: Ordem de Serviço "DAG", de 06.03.78, RESCINDE, A PEDIDO, a partir desta data, o contrato de trabalho com NEREU PEREIRA DA SILVA, Pintor EP/05, matrícula 75.729 da TEP/SLU.

Proc. nº: 335.706/78
Interessado: ANTONIO DA CUNHA CAMARGOS
Assunto: Ordem de Serviço "DAG", de 06.03.78, RESCINDE, a partir desta data, de acordo com o art. 482, letra "i" da CLT, o contrato de trabalho com ANTONIO DA CUNHA CAMARGOS, Gari EP/03, matrícula 76.003 da TEP/SLU.

Proc. nº: 335.705/78
Interessado: FRANCISCO GONZAGA DE MOURA
Assunto: Ordem de Serviço "DAG", de 06.03.78, RESCINDE, a partir desta data, de acordo com o art. 482, letra "i" da CLT o contrato de trabalho com FRANCISCO GONZAGA DE MOURA, Gari EP/03, matrícula 76.004 da TEP/SLU.
Brasília, 06 de março de 1978

LANDULFO DA SILVA CARVALHO
Diretor

ORDEM DE SERVIÇO «DAG», DE 16 DE JANEIRO DE 1978.

O DIRETOR DA DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL DO SERVIÇO AUTONOMO DE LIMPEZA URBANA DA SECRETARIA DE SERVIÇOS PUBLICOS DO DISTRITO FEDERAL, no uso da delegação de competência de que trata a Ordem de Serviço nº 14/76-SLU, de 14 de outubro de 1.976, e o constante do processo nº 335.017/78,

RESOLVE:

RESCINDIR, a partir desta data, de acordo com o artigo 482, letra «I» da CLT, os contratos de trabalho com ANTONIO F. ALVES matrícula 74.564 e DIVINO B. DE ALMEIDA, matrícula 75.799 ambos Garis EP/03, da TEP/SLU.

Brasília, 16 de janeiro de 1.978.

LANDULFO DA SILVA CARVALHO
Diretor.

ORDEM DE SERVIÇO «DAG», DE 09 DE MARÇO DE 1978.

O DIRETOR DA DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL DO SERVIÇO AUTONOMO DE LIMPEZA URBANA DA SECRETARIA DE SERVIÇOS PUBLICOS DO DISTRITO FEDERAL, no uso da delegação de competência de que trata a Ordem de Serviço nº: 14/76-SLU, de 14 de outubro de 1.976, e o constante do processo nº 335.354/78,

RESOLVE:

RESCINDIR, a partir desta data, de acordo com o artigo 487 da CLT, o contrato de trabalho com JOSÉ S. GOMES, motorista EP/09, matrícula 75.914 da TEP/SLU.

Brasília. 09 de março de 1.978.

LANDULFO DA SILVA CARVALHO
Diretor.

ORDEM DE SERVIÇO «DAG», DE 15 DE MARÇO DE 1978.

O DIRETOR DA DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL DO SERVIÇO AUTONOMO DE LIMPEZA URBANA DA SECRETARIA DE SERVIÇOS PUBLICOS DO DISTRITO FEDERAL, no uso da competência que lhe é atribuída pelo inciso III, artigo 38, do Regimento aprovado pelo Decreto nº 3 366 e ainda o exposto na C.I. nº 007/78 SECOR,

RESOLVE:

REPREENDER, o servidor EXPEDITO PEREIRA DE OLIVEIRA, matrícula 75.757, Contínuo EP/02 da TEP/SLU, lotado na Seção de Conservação e Reparos desta Divisão, por haver desrespeitado seu superior hierarquico.

Brasília, 15 de março de 1.978.

LANDULFO DA SILVA CARVALHO
Diretor.

ATAS, CONTRATOS, CONVÊNIOS E BALANÇOS

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DE BRASÍLIA - CEB
CGC. 00.070.698/0001-11
RELATÓRIO DE ATIVIDADES NO EXERCÍCIO DE 1977
BALANÇOS GERAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 1976-1977
Cr$ MIL

A T I V O	1977	1976	P A S S I V O	1977	1976
IMOBILIZADO			INEXIGÍVEL		
Bens e Instalações em Serviço:					
Custo Histórico	710.793	496.571	Capital	640.000	436.000
Correção Monetária	664.242	375.392	Reservas	378.992	222.883
	1.375.035	871.963	Total das contas do patrimônio líquido	1.018.992	658.883
Depreciação dos bens e instalações:			EXIGÍVEL A CURTO PRAZO (360 dias)		
(-) Valor Histórico	115.446	74.197	Contas a pagar:		
(-) Correção Monetária	48.828	23.254	Fornecedores	21.818	11.852
	164.274	97.451	Outras empresas de energia elétrica	27.163	14.654
Obras em andamento			Outras contas a pagar	8.899	4.731
Custo Histórico	21.460	36.445	Obrigações a pagar:		
Correção Monetária	176	384	Empréstimos e financiamentos	43.150	14.131
	21.636	36.829	Juros em curso	5.743	3.438
(-) Auxílios para construções	5.606	2.931	Outros créditos correntes:		
Imobilizações financeiras	507	442	Obrigações sociais	3.453	2.025
	1.227.298	800.852	Encargos sobre contas de energia	20.206	7.869
DISPONÍVEL			Salários e ordenados	1.245	599
Caixa e Bancos	75.158	42.663	Tributos a pagar - Imposto de renda	3.641	7.028
REALIZÁVEL A CURTO PRAZO (360 dias)			Credores por convênios	28.696	5.245
Contas a receber - Energia			Credores por cauções	839	932
Consumidores gerais	28.821	17.445	Outros créditos	1.242	1.292
Poderes públicos	19.125	9.156	Fundo de auxílio aos empregados	-o-	7.589
Obrigações e empréstimos a receber:				166.095	81.385
Serviços para consumidores gerais	1.056	1.025			
Serviços para poderes públicos	21.715	8.344	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		
Outras contas a receber	4.129	1.697	Diversas dívidas a longo prazo:		
Devedores Diversos			Empréstimos e financiamentos	321.674	233.053
Rendas não faturadas	42.082	28.479	PENDENTE		
Outros devedores	11.685	2.797	Créditos em Suspenso	40.467	40.344
(-) Reserva para contas incobráveis	3.499	1.976	Recebimentos antecipados	52.402	2.623
	125.114	66.967	Caução de consumidores	3.930	2.534
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO			Provisões sujeitas à aprovação da AGO	75.183	35.666
Almoxarifado	76.851	46.197		171.982	81.167
Obrigações e empréstimos a receber:			TOTAL DO PASSIVO	1.678.743	1.054.488
Depósitos especiais	17.796	14.039	COMPENSAÇÃO	822.182	479.203
Outras contas a receber	26.626	9.895			
(-) Reserva para contas incobráveis	725	297			
	120.548	69.834			
PENDENTE					
Débitos em suspenso	10.975	7.684			
Serviços para terceiros em andamento	47.835	24.610			
Reajustamento dos saldos de empréstimos e financiamentos a pagar	71.815	33.878			
	130.625	66.172			
TOTAL DO ATIVO	1.678.743	1.054.488			
COMPENSAÇÃO	822.182	479.203			
T O T A L G E R A L	2.500.925	1.533.691	T O T A L G E R A L	2.500.925	1.533.691

As notas explicativas anexas fazem parte integrante das demonstrações financeiras.

ALOYSIO FARIA DE CARVALHO
Diretor-Presidente

WALDEMAR DE LEMOS
Diretor Administrativo-Financeiro

JOSE MARIA FREIRE
Dept° Econômico-Financeiro
CPF 000327417 — CRE 055-DF

PAULO VICTOR RADA DE REZENDE
Diretor de Planejamento

JOSE QUEIROZ DA SILVA FILHO
Divisão de Contabilidade Geral
CPF 014280554 - CRC 2957-PE-T-DF

WALTER PAMPADO DE CARVALHO
Diretor-Técnico

JOSE EDUARDO DUQUE MOREIRA
Seção de Registros Contáveis
CPF 038733151 - CRC 1563-DF

1. SENHORES CONSELHEIROS:

A Diretoria da Companhia de Eletricidade de Brasília-CEB, de conformidade com o art. 24, item VII, do seu Estatuto, tem a honra de apresentar a V.Sas, o relatório das atividades da empresa no exercício de 1977, acompanhado das demonstrações financeiras, das notas explicativas às demonstrações financeiras, bem como dos pareceres do Conselho Fiscal e dos Auditores Independentes.

2. ACONTECIMENTOS RELEVANTES DE 1977

2.1 Deliberação da 12ª Assembléia Geral Extraordinária, realizada em 30.03.77, adaptando o Estatuto da Companhia à nova Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404, de 15.12.76). Em consequência, a CEB veio a ser a primeira empresa do setor elétrico que teve seu Estatuto ajustado aos preceitos do novo diploma legal.
2.2 Indicação, pela terceira vez consecutiva, por importante publicação especializada, como sendo a empresa mais rentável do setor elétrico brasileiro, considerado o índice de lucro líquido sobre o patrimônio líquido.
2.3 Assinatura de contrato de aumento da participação acionária da ELETROBRÁS no capital da CEB, no valor de Cr$ 40.000.000,00.
2.4 Implantação de serviço de atendimento ao público, com horário corrido, funcionando, ininterruptamente, de 8 às 22 horas.
2.5 Consolidação definitiva da FACEB — Fundação de Assistência dos Empregados da CEB, que prestou serviços assistenciais e benefícios sociais e previdenciários aos seus associados, mediante aplicações no valor de Cr$ 10.661.316,81.
2.6 Prosseguimento do programa de eletrificação rural, desenvolvido pela empresa, que resultou na duplicação do número de propriedades rurais energizadas no Distrito Federal.

3. RESULTADOS OPERACIONAIS

3.1 CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA

O consumo de energia elétrica na área do Distrito Federal alcançou 870.508 MWh, registrando-se o aumento de 15,8% em relação ao exercício de 1976. Assim sendo, para uma população estimada em 950 mil habitantes, o consumo **per capita** ultrapassou a casa de 900 kWh/ano..

A energia requerida, que engloba as vendas ao mercado próprio e à Centrais Elétricas de Goiás S.A. — CELG, bem como as perdas no sistema elétrico, totalizou 948.962 MWh, dos quais 91.059 MWh foram gerados pela Usina do Paranoá, correspondentes a 9,6% do total.

3.2 DEMANDA DO SISTEMA

A demanda máxima do sistema, ocorrida em 9 de dezembro, alcançou 202 MWh/h, superior em 15,5% a máxima registrada em 1976.

3.3 USUÁRIOS

Durante o exercício, foram realizadas 15.332 novas ligações em todo o Distrito Federal, totalizando 167.977 consumidores.

O maior índice de ligações verificou-se na Região Administrativa III, especificamente na Ceilândia, onde foram efetuadas 49% das ligações realizadas durante o ano.

É importante ressaltar que o atendimento dos habitantes de todas as áreas urbanas e da zona rural é altamente satisfatório, indicando que não há estrangulamento na demanda de energia elétrica na área de concessão da empresa.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 1977

NOTA 1 — DIRETRIZES CONTÁBEIS — As principais diretrizes contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras foram as seguintes:

a) BENS E INSTALAÇÕES EM SERVIÇO — O ativo imobilizado está registrado pelo custo de aquisição ou de construção, acrescido das correções monetárias calculadas de acordo com os índices oficiais fornecidos pela Secretaria de Planejamento da Presidência da República, com base na legislação em vigor para empresas de energia elétrica:

b) DEPRECIAÇÃO — Calculada mensalmente, pelo método linear, sobre os valores do custo histórico e correção monetária dos bens e instalações depreciáveis, com aplicação das seguintes taxas: 5% para os bens térmicos e 3% para os demais bens;

c) RENDAS NÃO FATURADAS — Correspondem às receitas decorrentes das estimativas dos fornecimentos de energia elétrica compreendidos entre a data das últimas leituras e a do encerramento do exercício, que serão faturados no exercício seguinte. Os cálculos e a correspondente contabilização foram efetuados de acordo com as disposições contidas na Portaria nº 98, de 10 de dezembro de 1975, do Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica-DNAEE;

d) ALMOXARIFADO — Estoque de materiais para aplicação em obras em andamento e/ou manutenção das instalações, registrado ao preço médio de estoque que é inferior ao valor, de mercado.

e) EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS — Estão registrados pelos valores históricos de contratação, acrescidos de correção monetária e/ou diferença cambial. Os encargos do exercício estão contabilizados em conta do Ativo Pendente, para futura compensação com o resultado da correção monetária a ser apurada no balanço de abertura do exercício de 1978. Os juros vencidos até 31 de dezembro de 1977 estão registrados em conta específica e as taxas são as usuais do mercado financeiro:

f) PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA — Calculada com base na aplicação da alíquota de 6% sobre o lucro tributável, conforme o disposto na legislação em vigor para empresas de energia elétrica: e

g) RESERVA DE JUROS ESTATUTÁRIOS — Corresponde à apropriação integral da receita de juros debitados à construção no exercício, em decorrência da aplicação da taxa de 10% ao ano sobre o capital próprio utilizado na execução das obras. Os cálculos e a contabilização foram efetuados de acordo com a Portaria nº 71, de 24 de agosto de 1976, do DNAEE, e com o Decreto-Lei nº 1506, de 23 de dezembro de 1976.

NOTA 2 — BENS E INSTALAÇÕES EM SERVIÇO — A composição do valor total de Mil Cr$ 1.375.035, é a seguinte:

CONTAS	MIL Cr$ CUSTO HISTÓRICO	CORREÇÃO MONETÁRIA	TOTAL
Instalações para Produção:			
Motores Hidráulicos	9.385	31.947	41.332
Motores de Combustão Interna	11.073	42.616	53.689
Instalações de Transmissão	245.064	187.881	432.945
Instalações de Distribuição	316.644	312.759	629.403
Instal de Distrib. Consumidores	30.227	30.071	60.298
Instalações em Geral	98.400	58.968	157.368
TOTAL	710.793	664.242	1.375.035

NOTA 3 — CONTAS A RECEBER — ENERGIA — Do montante de Mil Cr$ 47.946, registrado em contas a receber, o valor de Mil Cr$ 3.649 refere-se a contas de exercícios anteriores. A provisão para Contas Incobráveis, calculada no exercício, é considerada satisfatória para cobrir perdas que possam ocorrer.

NOTA 4 — DEPÓSITOS ESPECIAIS — Convênio firmado com a COLMEIA — Associação de Poupança e Empréstimo, com a finalidade de garantir os financiamentos de casa própria para empregados da Companhia representam 35% do saldo dos financiamentos concedidos por aquela entidade de crédito imobiliário. Esses depósitos estão sujeitos a correção monetária, calculada com base nas variações da UPC, e o produto dessa correção monetária foi apropriado em conta de reserva para futuro aumento de capital. O levantamento dos depósitos efetuados ocorre na mesma proporção dos pagamentos das prestações do financiamento por parte dos funcionários.

NOTA 5 — CAPITAL — O capital da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de Mil Cr$ 640.000, representado por Cr$ 568.625.148 ações ordinárias, e 71.374.852 ações preferenciais, todas nominativas, no valor de Cr$ 1,00 cada.

As ações preferenciais é assegurada a prioridade no recebimento de dividendos mínimos de 10% ao ano, sobre o valor nominal realizado da ação.

NOTA 6 — COMPENSAÇÃO — Compreende as seguintes contas:

CONTAS	MIL Cr$
Seguros Contratados	429.324
Bens Hipotecados	114.231
Reserva Global de Reversão	108.476
Reserva Global de Garantia	24.025
Ações Caucionadas a favor da ELETROBRÁS	23.400
Títulos Recebidos em Caução	8.812
Contratos de Empreiteiros	49.651
Outras Contas	64.264
TOTAL	822.182

NOTA 7 — LEGISLAÇÃO SOBRE AS SOCIEDADES POR AÇÕES E O IMPOSTO DE RENDA — Com relação aos novos procedimentos contábeis e fiscais, decorrentes da Lei nº 6.404/76 e do Decreto-Lei nº 1.598/77, a CEB passará a adotá-los a partir do balanço de abertura do exercício de 1978, não tendo, portanto, utilizado a opção, facultada no Decreto-Lei nº 1.598/77, referente à correção especial do imobilizado no balanço de encerramento do exercício de 1977.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 1976 E 1977.

C O N T A S	Cr$ MIL 1977	1976
RENDA BRUTA DE EXPLORAÇÃO		
Receita de Exploração	622.532	397.284
DEDUÇÕES À RECEITA DE EXPLORAÇÃO:		
(-) Quota de Reversão - Lei 5655/71	36.412	32.614
(-) Reserva Global de Garantia - ELETROBRÁS	8.998	7.528
(-) Quota da CCC - ELETROBRÁS	586	3.699
(-) DESPESA DE EXPLORAÇÃO	397.120	218.212
RESULTADOS A COMPENSAR	3.588	(14.401)
RENDA BRUTA DE EXPLORAÇÃO	183.004	120.830
DEDUÇÕES À RENDA BRUTA DE EXPLORAÇÃO:		
(-) Quota para Depreciação	37.229	25.245
(-) Impostos e Taxas	2.409	410
(-) Diferença de Câmbio	3.342	-o-
RENDA LÍQUIDA DE EXPLORAÇÃO	140.024	95.175
RENDA ESTRANHA À EXPLORAÇÃO:		
Mercadorias, Serviços e Obras:		
Receita	68.711	47.712
(-) Despesa	59.212	41.691
Receita com Aplicações Financeiras:		
Correção Monetária de Depósitos	4.257	3.834
Bonificação Recebida em Ações	65	85
Open Market	2.422	9.653
Juros Estatutários Debitados à Construção	4.340	3.213
Juros e Encargos sobre Empréstimos e Financiamentos:		
(-) Empresa Associada - ELETROBRÁS	9.572	7.242
(-) Diversos	21.079	16.037
Alienação de Bens	-o-	11.461
Outras Contas:		
Receita	8.691	3.488
(-) Despesa	2.146	2.409
RENDA LÍQUIDA ANTES DO IMPOSTO DE RENDA	136.501	107.242
PROVISÃO PARA O IMPOSTO DE RENDA	3.640	6.435
RENDA LÍQUIDA DO EXERCÍCIO APÓS O IMPOSTO DE RENDA	132.861	100.807

DEMONSTRAÇÃO DO MOVIMENTO DAS CONTAS DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO NO EXERCÍCIO DE 1977

Cr$ MIL

DATA HISTÓRICO	CAPITAL	RESERVAS DE CAPITAL						CRÉDITOS DE CAPITAL	LUCROS ACUMULADOS	TOTAIS
		RESERVA LEGAL	RESERVA P/ AUMENTO DE CAPITAL E BONIFICAÇÕES RECEBIDAS EM AÇÕES	JUROS DEBITADOS A CONSTRUÇÃO	CORREÇÃO MONETÁRIA					
					ATIVO IMOBILIZADO	OBRAS EM ANDAMENTO	DEPÓSITOS			
01.01.77 - Saldos de Balanço	436.000	17.484	65.960	3.213	62.446	384	3.833	49.865	19.698	658.883
28.01.77 - Correção Monetária do Exercício					218.058	886				218.944
30.03.77 - Aumento de Capital - 13ª AGO	204.000		(85)	(3.213)	(154.189)		(3.833)	(42.680)		
30.12.77 - Transferência por Obras Capitalizadas no Exercício					1.093	(1.093)				
- Adiantamentos para Aumento de Capital								78.672		78.672
- BALANÇO GERAL:										
- Renda Líquida do Exercício									132.861	132.861
- Apropriações da Renda Líquida após o Imposto de Renda		6.825	65	4.340			4.257		(15.487)	
Provisões sujeitas a aprovação da Assembléia Geral Ordinária:										
- Dividendos									(41.255)	(41.255)
- Participação Estatutária - Empregados e Administradores									(33.928)	(33.928)
- Reversão do saldo - Provisão para Imposto de Renda									3.989	3.989
- Reversão do saldo - Provisão para o Fundo de Auxílio aos Empregados									1.692	1.692
- Apropriação p/complemento da Participação Estatutária de 1976									(866)	(866)
TOTAIS Cr$ MIL	640.000	24.309	65.940	4.340	127.408	177	4.257	85.857	66.704	1.018.99^

DEMONSTRAÇÃO DAS DÍVIDAS A CURTO E LONGO PRAZO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1977

Cr$ MIL

ENTIDADES	SALDO EM 31/12/76	INGRESSOS			AMORTIZAÇÕES	SALDO EM 31/12/77	CURTO PRAZO	LONGO PRAZO
		POR NOVOS EMPRÉSTIMOS	POR AJUSTE DE CÂMBIO	POR CORREÇÃO MONETÁRIA				
ELETROBRÁS - Contrato ECF (RGR) 228-A/73	6.600	-o-	-o-	2.440	5.650	3.390	3.390	-o-
ELETROBRÁS - Contrato ECF (RGR) 254/73	22.300	-o-	-o-	8.260	-o-	30.560	2.120	28.440
ELETROBRÁS - Contrato ECF (RGR) 228-B/74	8.184	-o-	-o-	3.036	3.740	7.480	3.740	3.740
ELETROBRÁS - Contrato ECF (RGR) 383/75	21.060	-o-	-o-	7.792	3.206	25.646	3.206	22.440
ELETROBRÁS - Contrato AID - L - 085	92	-o-	23	-o-	115	-o-	-o-	-o-
ELETROBRÁS - Contrato ECF (EER) 412/76	3.460	4.680	-o-	-o-	-o-	8.140	-o-	8.140
ELETROBRÁS - Contrato ECF (EER) 511/77	-o-	4.050	-o-	-o-	-o-	4.050	-o-	4.050
ELETROBRÁS - IRD 667/714	2.345	-o-	-o-	908	122	3.131	162	2.969
FUNDEFE - Contrato de 26.09.72	11.443	-o-	-o-	3.723	2.531	12.635	2.808	9.827
FUNDEFE - Contrato de 26.12.72	7.458	-o-	-o-	2.439	1.534	8.363	1.701	6.662
FUNDEFE - Contrato de 22.06.73	12.453	-o-	-o-	4.207	1.327	15.333	1.472	13.861
FUNDEFE - Contrato de 02.10.73	16.021	-o-	-o-	5.417	1.659	19.779	1.840	17.939
FUNDEFE - Contrato de 13.03.74	20.030	-o-	-o-	6.781	2.003	24.808	2.222	22.586
Banco Regional de Brasília S/A - Contrato de 03.02.71	332	-o-	-o-	-o-	332	-o-	-o-	-o-
Banco Regional de Brasília S/A - Contrato de 05.04.72	625	-o-	-o-	-o-	625	-o-	-o-	-o-
Banco Regional de Brasília S/A - Contrato de 28.12.73	5.000	-o-	-o-	-o-	2.500	2.500	2.500	-o-
Banco Regional de Brasília S/A - Contrato de 27.12.74	11.647	-o-	-o-	-o-	837	10.810	965	9.845
Banco Regional de Brasília S/A - Contrato de 22.09.75	12.141	-o-	-o-	-o-	760	11.381	877	10.504
Banco Regional de Brasília S/A - Contrato de 24.12.75	6.662	-o-	-o-	-o-	391	6.271	450	5.821
Banco Regional de Brasília S/A - Contrato de 03.03.77	-o-	19.200	4.875	-o-	-o-	24.075	5.346	18.729
Banco Regional de Brasília S/A - Contrato de 13.04.77	-o-	13.295	2.755	-o-	-o-	16.050	3.210	12.840
Banco Nacional da Habitação - BNH Contrato de 07.07.76	1.475	-o-	-o-	564	28	2.011	104	1.907
Banco Nacional da Habitação - BNH-Contrato de 30.12.76	-o-	10.587	-o-	508	-o-	11.095	490	10.605
CITIBANK N.A. - Contrato de 06.01.76	61.725	-o-	18.525	-o-	-o-	80.250	-o-	80.250
CITIBANK N.A. - Contrato de 17.08.76	-o-	7.626	318	-o-	-o-	7.944	-o-	7.944
INCRA M.A. - Convênio de 18.12.70	5.500	234	-o-	-o-	152	5.582	240	5.342
TERRACAP - Contrato de 01.09.76	10.630	-o-	-o-	3.119	5.543	8.206	6.307	1.899
FACEB - Contrato de 25.04.77	-o-	11.725	-o-	3.609	-o-	15.334	-o-	15.334
TOTAIS - Cr$ MIL	247.183	71.397	26.496	52.803	33.055	364.824	43.150	321.674

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os abaixo assinados, membros efetivos do Conselho Fiscal da COMPANHIA DE ELETRICIDADE DE BRASILIA-CEB, tendo examinado o BALANÇO GERAL encerrado em 31 de dezembro de 1977, a DEMONSTRAÇÃO DA CONTA DE RESULTADO e demais documentos relativos ao referido balanço, e encontrando-os em perfeita ordem e exatidão, são de PARECER que todas as contas e todos os atos da Diretoria merecem a aprovação da Assembléia Geral Ordinária.

Brasília, 10 de fevereiro de 1978

ALBERTO MOREIRA DE VASCONCELLOS

PAULO CESAR CUNTIN FILPO

PAULO DA COSTA

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

1. Examinamos o Balanço Geral da Companhia de Eletricidade de Brasília — CEB, levantado em 31 de dezembro de 1977 e as respectivas demonstrações das contas de resultado e de lucros e perdas correspondentes ao exercício findo naquela data. Nosso exame foi efetuado de acordo com padrões de auditoria geralmente aceitos e, conseqüentemente, inclui as provas nos registros contábeis e outros procedimentos de auditoria que julgamos necessários nas circunstâncias.

2. Anteriormente, examinamos e emitimos nosso parecer sobre as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 1976, incluindo para fins de comparação.

3. Em nossa opinião, o Balanço Geral e as demonstrações das contas de resultado e de lucros e perdas, acima referidos, representam adequadamente a posição patrimonial e financeira da Companhia de Eletricidade de Brasília - CEB, em 31 de dezembro de 1977 e o resultado de suas operações correspondentes ao exercício findo naquela data, de acordo com princípios de contabilidade geralmente aceitos para companhias de energia elétrica, conforme normas de contabilidade estabelecidas pelo Decreto nº 28.545, de 24 de agosto de 1950 e legislação complementar, aplicados de maneira consistente em relação ao exercício anterior.

Brasília, 15 de fevereiro de 1978

BOUCINHAS, CAMPOS & CLARO S/C LTDA
CRC SP-5528-S-DF-GEMEC-RAI-73/058-PJ

José Almeida de Oliveira

Contador-CRC RJ-012.575.6-S-DF-319
AI-PFCRC-RJ-222
GEMEC-RAI-73/058-6-FJ
Diretor

AGRADECIMENTOS

A Diretoria da Companhia de Eletricidade de Brasília-CEB, mais uma vez, agradece o inestimável apoio recebido do Exmo. Governador do Distrito Federal - Engº ELMO SEREJO FARIAS, sempre atento em prestigiar a atuação da empresa e incentivar seu desenvolvimento.

Da mesma forma, agradece a cooperação constante da Secretaria de Serviços Públicos, do Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica-DNAEE e da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. -ELETROBRAS.

Ressalta, especialmente, o esforço e a dedicação dos empregados da empresa, cujo trabalho cotidiano se constitui num dos elementos asseguradores dos expressivos resultados ora apresentados.

A DIRETORIA

DECISÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da Companhia de Eletricidade de Brasília-CEB, após analisar o Relatório da Diretoria e tomar conhecimento dos pareceres do Conselho Fiscal e dos Auditores Independentes, decide, na forma do item I do art. 17 do Estatuto, manifestar-se favoravelmente à aprovação das contas da Diretoria, relativas ao exercício financeiro de 1977, pela Assembléia-Geral Ordinária.

Brasília, 27 de fevereiro de 1978

ALOYSIO FARIA DE CARVALHO — Presidente
JOSÉ CARLOS BRITO LOPES
HUMBERTO GOMES DE BARROS
FAUSTO DE BARROS PINTO
EDGAR DE OLIVEIRA VIANNA FILHO
RUDY MAURER

ARAGUAIA REPRESENTAÇÕES LTDA.
PRIMEIRA ALTERAÇÃO CONTRATUAL.

Pelo presente instrumento particular de Alteração Contratual, os abaixo assinados: CLOVIS FERREIRA DE MORAIS, brasileiro, casado, advogado, natural de Bela Vista de Goiás-GO., nascido a 05.08.27, filho de José Ferreira de Morais e Águida de Morais, portador da Carteira de Identidade nº 162.908-SSP e do CIC 000216871-53, residente e domiciliado nesta Capital à SQS 206, Bloco "E" aptº. 302, e MARIA EDITH FERREIRA DE MORAIS SOUZA, brasileira, casada, comerciária, natural de Goiânia-Go., nascida a 27.08.51, filha de Clóvis Ferreira de Morais e Maria Ecilme F. Morais, portadora da Carteira de Identidade nº 185.488-SSP, e do CIC número 066765531-04, residente e domiciliada nesta Capital à SQS 206, Bloco "E" aptº 302, únicos possuidores da Sociedade por cotas de Responsabilidade Limitada – ARAGUAIA REPRESENTAÇÕES LTDA., estabelecida nesta Capital à SDS Bloco "M" - Edf. Cine T. Venâncio Jr. lojas 11 e 12 da Sobreloja, inscrita no CGC-MF sob nº 00474114/0001-73, resolvem em comum acordo alterarem seus Atos Constitutivos nas Cláusulas e Condições seguintes:

PRIMEIRA ALTERAÇÃO: — É admitido na sociedade o Sr. MAURO ANTÔNIO DE VELASCO CURADO, brasileiro, casado, comerciante, portador da Carteira de Identidade nº 313.462-SSP-Go., e do CPF 158672691-91, filho de Geraldo José do Carmo Curado e Climides de Velasco Curado, nascido a 09.06.51, em Goiás-Go., residente nesta Capital, à SQS 103 Bloco "C" aptº 303. — que entra na sociedade com o capital de Cr$ 90.000,00 (noventa mil cruzeiros) integralizados em moeda corrente do país, equivalente a 90 (noventa) cotas de Cr$ 1.000,00 (hum mil cruzeiros) cada.
É também admitido na sociedade o Sr. SEBASTIÃO ALVES DE SOUZA NETO, brasileiro, casado, comerciante, portador da Carteira de Identidade nº 247.354-SSP-DF, e do CPF 041944461-00, nascido aos 06.12.51, em Goiânia-Go. Filho de Walter Alves de Souza e Antonieta Pinto de Souza, residente e domiciliado nesta Capital à SQS 106 Bloco "C" aptº 403, que entra na sociedade com o capital de Cr$ 85.000,00 (oitenta e cinco mil cruzeiros), e adquire da sócia Maria Edith Ferreira de Morais Souza, que se retira da sociedade, as suas 5 (cinco) cotas, no valor de Cr$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros) perfazendo um capital de Cr$ 90.000,00 (noventa mil cruzeiros) relativos a 90 (noventa) cotas de capital.
SEGUNDA ALTERAÇÃO: O Capital Social será de Cr$ 300.000,00 (trezentos mil cruzeiros) integralizados em moeda corrente do país, à vista, e divididos em 300 (trezentas) cotas de Cr$ 1.000,00 (hum mil cruzeiros) cada.
TERCEIRA ALTERAÇÃO: A razão social será ARAGUAIA-IMÓVEIS E REPRESENTAÇÕES LTDA.
QUARTA ALTERAÇÃO: A atividade da empresa será compra, venda e administração de imóveis, e prestação de serviços de corretagens e representações.
QUINTA ALTERAÇÃO: A empresa mudará sua sede para o SCL/Sul 201, bloco B - Sobreloja 09 - Brasília-DF.
SEXTA ALTERAÇÃO: A Gerência da sociedade será exercida pelos três sócios, que assinarão sempre em conjunto de dois, e terão os seguintes Cargos: CLOVIS FERREIRA DE MORAIS: Diretor Geral; SEBASTIÃO ALVES DE SOUZA NETO: Diretor Financeiro; MAURO ANTONIO DE VELASCO CURADO: Diretor Administrativo.
— Em consequência das alterações havidas, as cláusulas contratuais passarão a ter a seguinte redação:
— **CLÁUSULA PRIMEIRA** — A sociedade girará sob a denominação social de ARAGUAIA-IMÓVEIS E REPRESENTAÇÕES LTDA., e terá por atividade a compra, venda e administração de imóveis, e prestação de serviços de corretagem e representações.
— **CLÁUSULA TERCEIRA** — A sede da sociedade será instalada no SCL Sul 201, Bloco B - Sobreloja 09 - Brasília-DF.
— **CLÁUSULA QUINTA** — O Capital Social da empresa será de Cr$ 300.000,00 (trezentos mil cruzeiros) divididos em 300 (trezentas) cotas no valor unitário de Cr$ 1.000,00 (hum mil cruzeiros), integralizados em moeda corrente do país, à vista, e assim distribuídas:
a) — CLOVIS FERREIRA DE MORAIS, possui 120 (cento e vinte) cotas no valor unitário de Cr$ 1.000,00 (hum mil cruzeiros), perfazendo o total de Cr$ 120.000,00 (cento e vinte mil cruzeiros).
b) — SEBASTIÃO ALVES DE SOUZA NETO, possui 90 (noventa) cotas no valor unitário de Cr$ 1.000,00 (hum mil cruzeiros), perfazendo o total de Cr$ 90.000,00 (noventa mil cruzeiros).
c) — MAURO ANTÔNIO DE VELASCO CURADO, possui 90 (noventa) cotas no valor unitário de Cr$ 1.000,00 (hum mil cruzeiros) perfazendo o total de Cr$ 90.000,00 (noventa mil cruzeiros).
— **CLÁUSULA SÉTIMA** — A gerência e uso da denominação social da empresa serão exercidos por todos os sócios, que assinarão em conjunto de pelo menos dois sócios.
§ 1º — É vedado o uso da denominação Social em negócios estranhos à sociedade, ou em negócios particulares.
§ 2º — Os sócios terão os seguintes cargos:
a) — CLOVIS FERREIRA DE MORAIS — DIRETOR GERAL.
b) — SEBASTIÃO ALVES DE SOUZA NETO - DIRETOR FINANCEIRO.
c) — MAURO ANTÔNIO DE VELASCO CURADO - DIRETOR ADMINISTRATIVO.
— **CLÁUSULA NONA** — No caso de falecimento, inabilitação, interdição ou retirada de qualquer dos sócios, será levantado um balanço à data de sua retirada e a parte que lhe couber dos lucros ou prejuízos que forem devidos na proporção das cotas, serão liquidados em 10 (dez) parcelas mensais iguais e consecutivas, vencendo a primeira 30 (trinta) dias após o evento. No caso de venda ou cessão das cotas de Capital e participação na sociedade, os sócios remanescentes terão preferência na aquisição.
Todas as demais Cláusulas e Condições do Contrato Social continuam em pleno vigor.
E, assim justos e combinados, firmam a presente Alteração em 4 (quatro) vias de igual teor, na presença de 2 (duas) testemunhas.
— Assinatura da denominação Social, por quem de direito:

ARAGUAIA-IMÓVEIS E REPRESENTAÇÕES LTDA.

Clovis Ferreira de Morais - Diretor Geral

Sebastião Alves de Souza Neto - Diretor Financeiro

Mauro Antonio de Velasco Curado - Diretor Administrativo

Brasília, 25 de março de 1978

Clovis Ferreira de Morais

Maria Edith Ferreira de Morais Souza

Sebastião Alves de Souza Neto

Mauro Antonio de Velasco Curado

TESTEMUNHAS:

Alaor Lemos de Morais

Manoel Clarindo de Deus

(DAR de 30-3-78 - de Cr$ 945,00)

TERMO DE PRORROGAÇÃO DO CONVÊNIO FIRMADO EM 25 DE FEVEREIRO DE 1977, ENTRE O DISTRITO FEDERAL E A COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL, REGULANDO O PROSSEGUIMENTO DAS OBRAS DO PARQUE DE RECREAÇÃO E TURISMO DE BRASÍLIA — ROGÉRIO PITHON FARIAS, NA FORMA ABAIXO.

Aos 30 dias do mês de março do ano de mil novecentos e setenta e oito (1978), no Palácio do Buriti, presentes, de um lado o DISTRITO FEDERAL, no ato representado pelo Senhor Governador Engenheiro ELMO SEREJO FARIAS, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta Capital, no uso da competência que lhe confere o art. 20, item XII, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960, pelo Senhor JOSÉ REINALDO CARNEIRO TAVARES; brasileiro, casado, engenheiro, residente e domiciliado nesta Capital, na qualidade de Secretário de Viação e Obras, e do outro, a COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL, doravante denominada simplesmente NOVACAP, no ato representada pelo Senhor MAURO DE ALENCAR FECURY, brasileiro, casado, engenheiro, residente e domiciliado nesta Capital, na qualidade de Diretor Superintendente da Empresa, e na conformidade do disposto na Lei nº 5.861, de 12 de dezembro de 1972, atuais Estatutos Sociais vigentes e autorizações dadas pela Diretoria e Conselho de Administração, em suas 1.330ª e 1.204ª Sessões, realizadas em 15 de março de 1978, resolvem firmar o presente Termo de Prorrogação, mediante as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA — Por este instrumento fica prorrogado o Convênio firmado entre o DISTRITO FEDERAL, através da Secretaria de Viação e Obras, e a NOVACAP, lavrado às fls. 295/97, do Livro nº 28, de Registro de Contratos e Convênios da 1ª Subprocuradoria Geral do Distrito Federal, objetivando o prosseguimento das obras do Parque de Recreação e Turismo de Brasília — Rogério Pithon Farias.

CLÁUSULA SEGUNDA — O prazo de vigência estabelecido na Cláusula Décima Quinta do Convênio principal, firmado em 25 de fevereiro de 1977, fica prorrogado até 31 de dezembro de 1978.

CLAUSULA TERCEIRA — Ficam ratificadas e inalteradas, no que couberem, as demais Cláusulas do Instrumento principal, mencionado na Cláusula anterior.

CLÁUSULA QUARTA — O presente ajuste, entrará em vigor na data de sua publicação no DIÁRIO OFICIAL do Distrito Federal, às expensas da NOVACAP.

CLÁUSULA QUINTA — Fica eleito o Foro de Brasília, Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente instrumento. E, estando assim justos e de acordo, para firmeza e validade do que ficou estipulado em todas as suas cláusulas, lavrou-se o presente em folhas que integrarão Livro próprio da 1ª Subprocuradoria-Geral do Distrito Federal, do qual foram extraídas 7 (sete) vias datilografadas de igual teor e forma, para um único efeito legal, que, lido e achado conforme, é assinado pelas partes já mencionadas e testemunhas abaixo.

Pelo DISTRITO FEDERAL: (as.) ELMO SEREJO FARIAS. (as.) JOSÉ REINALDO CARNEIRO TAVARES. PELA NOVACAP: (as.) MAURO DE ALENCAR FECURY. TESTEMUNHAS: (as.) NANCY CARVALHO LIMA e (as.) MARIA APARECIDA XAVIER. VISTO: EM, 30.03.78. JÚLIO CESAR SANTOS. 1º Subprocurador-geral do Distrito Federal.

CONTRATO DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL QUE ENTRE SI FAZEM O DISTRITO FEDERAL, ATRAVÉS DA ADMINISTRAÇÃO DO SETOR RESIDENCIAL INDÚSTRIA E ABASTECIMENTO, E A FIRMA PREFABRIL — ENGENHARIA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA., OBJETIVANDO A EXECUÇÃO DAS OBRAS DE CONSTRUÇÃO DA SEDE DA ADMINISTRAÇÃO ACIMA CITADA, NA FORMA ABAIXO.

Aos 08 dias do mês de março do ano de mil novecentos e setenta e oito (1978), no Palácio do Buriti, presentes, de um lado, o DISTRITO FEDERAL, no ato representado por seu Governador, Engenheiro, ELMO SEREJO FARIAS, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta Capital, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 20, item XII, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960, e pelo Senhor OLÍMPIO BARBOSA FILHO, brasileiro, casado, professor, residente e domiciliado nesta Capital, na qualidade de Administrador do Setor Residencial Indústria e Abastecimento e do outro, a firma PREFABRIL — ENGENHARIA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA., sediada no SDS Bloco A nº 44, Edifício CONIC, Sala 202, em Brasília-DF, inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes sob o nº 00387662/0001-66, doravante denominada simplesmente EMPREITEIRA, neste ato representada por seu bastante procurador senhor WALDEMAR NUNES DA COSTA, brasileiro, casado, comerciário, residente e domiciliado nesta Capital, portador da Carteira de Identidade nº M-269.518-SSP, Belo Horizonte-MG, tendo em vista o resultado da Tomada de Preços nº 01/78-ASRIA, cujo Edital, Projetos, Pranchas, Especificações e proposta da firma vencedora passam a integrar este ajuste, como se nele transcritos fossem, têm entre si ajustado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA — O presente contrato tem por objeto a execução pela EMPREITEIRA para o DISTRITO FEDERAL, através da Administração do Setor Residencial Indústria e Abastecimento, em regime de empreitada por preço global, das obras de construção da Sede da Administração supra, tudo conforme Projetos, Pranchas e Especificações.

PARÁGRAFO ÚNICO — As obras descritas nesta cláusula serão executadas na conformidade do disposto no Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1976, regulamentado pelo Decreto nº 73.140, de 09 de novembro de 1973, Normas Técnicas (ABNT), Decreto nº 52.147, de 25 de junho de 1963 e Código de Edificações das Cidades-Satélites, bem como das Normas de Execução Orçamentária e Financeira vigentes no Distrito Federal.

CLÁUSULA SEGUNDA — Importa o presente contrato em Cr$ 5.429.305,03 (cinco milhões, quatrocentos e vinte e nove mil trezentos e cinco cruzeiros e três centavos), valor este que se entende desde logo, fixo e irreajustável.

PARÁGRAFO ÚNICO — Os recursos para fazer face à execução do presente contrato são procedentes do Orçamento do Distrito Federal, para o corrente exercício Lei nº 6.488, de 06 de dezembro de 1977, correndo à conta da seguinte dotação orçamentária, ELEMENTO: 4.1.1.0 — OBRAS PÚBLICAS; Função 03 — Administração e Planejamento; Programa 07 — Administração; Subprograma 025 — Edificações Públicas; Projeto RA-1.015 — Construção da Sede da ASRIA, conforme Nota de Empenho nº 011/78-ASRIA, emitida pela Administração do Setor Residencial Indústria e Abastecimento, no valor de Cr$ 5.429.305,03 (cinco milhões, quatrocentos e vinte e nove mil, trezentos e cinco cruzeiros e três centavos).

CLÁUSULA TERCEIRA — Os pagamentos da importância mencionada na Cláusula anterior, serão efetuados pelo DISTRITO FEDERAL, através da Secretaria de Finanças, à EMPREITEIRA, na conformidade do cronograma Físico Financeiro das obras, aprovado pelo DISTRITO FEDERAL, através da Administração do Setor Residencial Indústria e Abastecimento, em parcelas, mediante a apresentação de faturas, após conferência, registro e autorização, para cada caso, devidamente atestada pelo executor deste ajuste, de acordo com as Normas de Execução Orçamentária e Financeira vigentes, devendo ser retido de cada uma dessas faturas, 5% (cinco por cento), do seu valor, a título de reforço de caução, conforme prevê o Edital nº 01/78-ASRIA.

PARÁGRAFO PRIMEIRO — Os reforços de caução, descontados dos faturamentos parciais, serão devolvidos logo após o recebimento provisório das obras, sendo que a caução inicial exigida, no valor de Cr$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros), somente poderá ser levantada após o recebimento definitivo da obra, uma vez requerida ao DISTRITO FEDERAL, através da Administração do Setor Residencial Indústria e Abastecimento.

PARÁGRAFO SEGUNDO — Fica, desde logo, ressalvado que os valores recolhidos em caução reverterão aos cofres do DISTRITO FEDERAL, se ocorrer uma das hipóteses previstas na Cláusula Décima deste contrato, sem prejuízo das demais penalidades estabelecidas no Edital nº 01/78-ASRIA.

PARÁGRAFO TERCEIRO — A soma das retenções relativas à caução inicial e seus reforços, não vencerá juros.

PARÁGRAFO QUARTO — Para o recebimento das parcelas, a que se refere esta cláusula, fica a EMPREITEIRA obrigada à apresentação dos comprovantes dos recolhimentos devidos, ao INPS, ao FGTS e ao PIS, bem como à prova de pagamentos das folhas salariais, do pessoal empregado na obra, vencido até a data do pagamento.

PARÁGRAFO QUINTO — No caso de não serem satisfeitas pela EMPREITEIRA as obrigações descritas no Parágrafo anterior, o DISTRITO FEDERAL poderá descontar do total, a ser pago, os valores necessários à liquidação das mencionadas obrigações, acrescidas de multa, juros e correção monetária.

CLÁUSULA QUARTA — A EMPREITEIRA incumbirá providenciar, por sua própria conta, o Alvará de Construção, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contado do recebimento da Ordem de Serviço, a aprovação dos projetos de arquitetura, ficando também, a seu cargo, recolher os emolumentos decorrentes de tais obrigações, regulamentos e posturas; arcar com as despesas de ligação e consumo de água, luz e energia elétrica, durante o período de execução do contrato, bem como pagar as multas porventura impostas pelas autoridades, inclusive aquelas que, por força de dispositivos legais, sejam aplicadas ao DISTRITO FEDERAL, cumprindo, enfim, todas as formalidades referentes ao objeto deste contrato.

CLÁUSULA QUINTA — O prazo para conclusão das obras será de 150 (cento e cinquenta) dias, contado a partir do recebimento, pela EMPREITEIRA, da Ordem de Serviço a ser expedida pelo DISTRITO FEDERAL, através da Administração do Setor Residencial Indústria e Abastecimento, sem prejuízo do disposto no Artigo 1.245, do Código Civil.

CLÁUSULA SEXTA — A interrupção das obras, por determinação do DISTRITO FEDERAL, através da Administração do Setor Residencial Indústria e Abastecimento, em razão de necessidade de atendimento a requisitos ou detalhes técnicos não previstos, acarretará prorrogação do prazo para a conclusão dos serviços por tempo correspondente à paralização.

CLÁUSULA SÉTIMA — A EMPREITEIRA designará em caráter permanente um Engenheiro legalmente habilitado para dirigir a execução da obra, bem como um Encarregado-Geral e Auxiliares de comprovada competência profissional.

CLÁUSULA OITAVA — Pelo descumprimento de qualquer das cláusulas deste contrato, sujeitar-se-á a EMPREITEIRA às penalidades previstas nos artigos 47 e seguintes do Decreto nº 1.703 de 31 de maio de 1971, sem prejuízo das previstas no Edital nº 01/78-ASRIA.

PARÁGRAFO ÚNICO — Não incidirá multa sobre o atraso de etapas constantes do cronograma Físico-Financeiro, somente recaindo sobre a entrega da obra. O DISTRITO FEDERAL, através da Administração do Setor Residencial Indústria e Abastecimento, entretanto, pagará exclusivamente as etapas fielmente concluídas.

CLÁUSULA NONA — O recebimento da obra, pelo DISTRITO FEDERAL, através da Administração do Setor Residencial Indústria e Abastecimento, observado o disposto no Capítulo XXII do Edital nº 01/78-ASRIA, dar-se-á: a) em caráter provisório, a requerimento da EMPREI-

TEIRA, após terem sido realizadas todas as medições e apropriações referentes a acréscimos e modificações; b) em caráter definitivo, 60 (sessenta) dias após o recebimento provisório, uma vez atendidas todas as exigências e reclamações que o DISTRITO FEDERAL, através da Administração do Setor Residencial Indústria e Abastecimento, vier a fazer, referentes a defeitos e imperfeições verificadas na obra, bem como, quitados os débitos com os fornecedores, operários e prestadores de serviços empregados na edificação.

CLÁUSULA DÉCIMA — Operar-se-á de pleno direito, a rescisão automática deste ajuste, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial sem prejuízo das penalidades previstas na cláusula oitava, quando ocorrerem: a) falência ou dissolução da EMPREITEIRA; b) transferência no todo ou em parte, do objeto deste contrato, sem prévia anuência do DISTRITO FEDERAL, através da Administração do Setor Residencial Indústria e Abastecimento; c) embargo ou impedimento a que fiscais do DISTRITO FEDERAL, designado pelo órgão competente, tenham livre acesso aos canteiros de obras; d) não ressarcimento por perdas e danos causados a terceiros resultantes da execução dos serviços; e) deixar de iniciar a obra dentro de 30 (trinta) dias contado a partir do recebimento da Ordem de Serviço; f) paralisação dos trabalhos, sem justificativa aceita pelo DISTRITO FEDERAL, através da Administração do Setor Residencial, Indústria e Abastecimento, por período igual ou superior a 10 (dez) dias; g) recusa em prestar os serviços objeto deste contrato, no todo ou em parte; h) deixar de fazer a entrega das obras até 30 (trinta) dias ulteriores, ao prazo previsto na Cláusula Quarta, sem que o DISTRITO FEDERAL, através da Administração do Setor Residencial Indústria e Abastecimento, aceite a justificativa do retardamento; j) descumprimento das obrigações estipuladas no Edital nº 01/ 78-ASRIA.

PARÁGRAFO ÚNICO — O presente contrato, poderá, também ser rescindido por mútuo acordo de vontades.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA — Ocorrendo uma das hipóteses para rescisão, previstas na cláusula anterior, as instalações e equipamentos pertencentes ao DISTRITO FEDERAL, e que integram o canteiro de obras, serão entregues pela EMPREITEIRA no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, garantindo a continuidade dos serviços, podendo, também, o DISTRITO FEDERAL, através da Administração do Setor Residencial Indústria e Abastecimento, imitir-se liminarmente na posse dos mesmos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA — O DISTRITO FEDERAL, através da Administração do Setor Residencial Indústria e Abastecimento, designará um Executor para o presente contrato, ao qual incumbirá as atribuições contidas nas Normas de Execução Orçamentária e Financeira vigentes.

PARÁGRAFO ÚNICO — A supervisão técnica dos serviços a serem executados na conformidade do disposto nas Normas de Execução Orçamentária e Financeira vigentes caberá à Divisão de Fiscalização e Licenciamento de Obras da Administração do Setor Residencial Indústria e Abastecimento.

CLAUSULA DÉCIMA TERCEIRA — Os débitos para com o DISTRITO FEDERAL, que decorrerem do presente contrato, serão inscritos, na Dívida Ativa e cobrados mediante execução nos termos do Código de Processo Civil.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA — O presente contrato entrará em vigor na data de sua publicação no DIARIO OFICIAL do Distrito Federal, às expensas da EMPREITEIRA, expirando-se após o integral cumprimento das obrigações ora assumidas.

CLAUSULA DÉCIMA QUINTA — Fica eleito o Foro de Brasília, Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas, relativas ao cumprimento do presente instrumento. E, estando assim justos e de acordo, para firmeza e validade do que ficou estipulado em todas as suas cláusulas, lavrou-se o presente em folhas que integrarão livro próprio da 1ª Subprocuradoria Geral do Distrito Federal, do qual foram extraídas 7 (sete) vias datilografadas de igual teor e forma, para um único efeito legal, que, lido e achado conforme, é assinado pelas partes já mencionadas e testemunhas abaixo. EM TEMPO: no preâmbulo onde se lê: WALDEMAR NUNES DA COSTA, brasileiro, casado, comerciário; LEIA-SE: ELSEMIL STARLING DE ARAÚJO, brasileiro, casado, engenheiro civil, CREA 7.047/ D, 4ª Região, Diretor Presidente da EMPREITEIRA.

PELO DISTRITO FEDERAL: (as.) ELMO SEREJO FARIAS; (as.) OLÍMPIO BARBOSA FILHO; PELA EMPREITEIRA: (as.) (WALDEMAR NUNES DA COSTA) LEIA-SE ELSEMIL STARLING DE ARAUJO; TESTEMUNHAS: (as.) DOMINGOS AZEVEDO DOS SANTOS (as.) FRANCISCO RAMOS CAMELO. VISTO: EM 09/ 03/ 1978. JÚLIO CÉSAR SANTOS - 1º Subprocurador Geral do Distrito Federal. (DAR-08.03.78 - Cr$ 1.850,00)

CONTRATO DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL QUE ENTRE SI FAZEM O DISTRITO FEDERAL, ATRAVÉS DA ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE TAGUATINGA, E A FIRMA COSIC — CONSTRUÇÕES, SANEAMENTO URBANIZAÇÃO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA., OBJETIVANDO A CONSTRUÇÃO DA 2ª ETAPA DO GALPÃO DE MARCENARIA, NA ÁREA ESPECIAL Nº 16, DA RA-III, SETOR NG — TAGUATINGA-DF, NA FORMA ABAIXO.

Aos 09 dias do mês de março do ano de mil novecentos e setenta e oito (1978), no Palácio do Buriti, presentes, de um lado, o DISTRITO FEDERAL, no ato representado por seu Governador, Engenheiro, ELMO SEREJO FARIAS, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta Capital, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, item XII, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960, e pelo Senhor VITAL DE MORAES ANDRADE, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta Capital, na qualidade de Administrador Regional de Taguatinga, e do outro, a firma COSIC — CONSTRUÇÕES, SANEAMENTO, URBANIZAÇÃO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA., com sede na QI-25, Lote 36 em Taguatinga-Distrito Federal, inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes sob o nº 00.423.590/ 0001-65, doravante denominada simplesmente EMPREITEIRA, no ato representada pelo Senhor Geraldo Rodrigues Filho, brasileiro, casado, industrial, residente e domiciliado nesta Capital, tendo em vista o resultado da Tomada de Preços nº 01/ 78-CL-RA-III, cujo Edital, seu Anexo Único, Especificações, Projetos e proposta da firma vencedora, passam a integrar este ajuste, como se nele transcritos fossem, têm entre si ajustado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA — Por este instrumento obriga-se a EMPREITEIRA a executar para o DISTRITO FEDERAL, através da Administração Regional de Taguatinga, sob o regime de Empreitada por preço global, os serviços de construção da 2ª Etapa (conclusão) do galpão de marcenaria na área especial nº 16 da RA-III, situada no Setor NG, em Taguatinga - Distrito Federal, tudo de acordo com os projetos e especificações.

PARÁGRAFO ÚNICO — As obras descritas nesta cláusula serão executadas na conformidade do disposto no Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, regulamentado pelo Decreto nº 73.140, de 09 de novembro de 1973, Normas Técnicas (ABNT), Decreto nº 52.147, de 25 de junho de 1963, Código de Edificações das Cidades-Satélites do Distrito Federal, bem como das Normas de Execução Orçamentária e Financeira vigentes.

CLÁUSULA SEGUNDA — Importa o presente contrato em Cr$ 696.551,55 (seiscentos e noventa e seis mil, quinhentos e cinquenta e um cruzeiros e cinquenta e cinco centavos), valor este considerado fixo e irreajustável, sob qualquer hipótese

PARÁGRAFO PRIMEIRO — Os recursos mencionados nesta cláusula são procedentes do Orçamento do Distrito Federal, para o corrente exercício Lei nº 6.488, de 06 de dezembro de 1977, correndo a despesa à conta da seguinte dotação orçamentária, ELEMENTO: 4.1.1.0 — OBRAS PÚBLICAS, Função 03 — Administração e Planejamento; Programa 07 — Administração; Subprograma 025 — Edificações Públicas, Projeto RA-1.025 — Construção de Parque de Serviços Administrativos de Taguatinga, conforme Nota de Empenho nº 018/ 78-RA-III, emitida pela Administração Regional de Taguatinga.

PARÁGRAFO SEGUNDO — Os pagamentos serão efetuados pelo DISTRITO FEDERAL, à EMPREITEIRA, através da Secretaria de Finanças, na conformidade do cronograma Físico-Financeiro das obras, aprovado pelo DISTRITO FEDERAL, através da Administração Regional de Taguatinga, em parcelas, mediante a apresentação de faturas, devidamente atestada pelo executor do contrato, e conclusão de cada etapa a ser cumprida, conforme determinam as Normas de Execução Orçamentária e Financeira vigentes, devendo ser retida de cada uma das faturas 5% (cinco por cento) de seu valor a título de reforço de caução, conforme prevê o item 6.3 do Capítulo VI do Edital nº 01/ 78-CL-RA-III.

PARÁGRAFO TERCEIRO — A caução inicial no valor de Cr$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros), e os respectivos reforços, somente poderão ser levantados após o recebimento definitivo das obras que deverá verificar-se no prazo de 60 (sessenta) dias contado do recebimento provisório.

PARÁGRAFO QUARTO — Não serão devolvidos a caução inicial, respectivos reforços e multas parciais, no caso de rescisão do contrato por culpa exclusiva da EMPREITEIRA, sem prejuízo da indenização por perdas e danos porventura causados ao DISTRITO FEDERAL, através da Administração Regional de Taguatinga.

PARÁGRAFO QUINTO — A soma das retenções relativas à caução inicial e seu reforço, não vencerá juros.

CLÁUSULA TERCEIRA — Impenderá à EMPREITEIRA o pagamento de todo material necessário a execução das obras, salários e seus complementos, tributos, responsabilidade civil por quaisquer danos causados ao DISTRITO FEDERAL e a terceiros, encargos sociais, enfim, toda e qualquer despesa necessária ao fiel cumprimento das obrigações ora assumidas.

PARÁGRAFO ÚNICO — A EMPREITEIRA designará, em caráter permanente, um Engenheiro legalmente habilitado para dirigir a execução das obras, bem como um Encarregado-Geral e auxiliares de comprovada competência profissional.

CLÁUSULA QUARTA — O prazo para conclusão dos serviços é de 120 (cento e vinte) dias, contado da data do recebimento da Ordem de Serviço, a ser expedida pelo DISTRITO FEDERAL, através da Administração Regional de Taguatinga.

PARÁGRAFO ÚNICO — O prazo mencionado nesta cláusula só poderá ser prorrogado nos seguintes casos: I) paralisação dos serviços por causa de chuvas, devidamente comprovada pela Fiscalização; II) quando houver paralisação ou restrição na execução dos trabalhos, por determinação expressa da Administração Regional de Taguatinga; III) quando houver falta de elementos técnicos cujo fornecimento seja de responsabilidade da referida Administração.

CLÁUSULA QUINTA — O recebimento provisório da obra dar-se-á a requerimento da EMPREITEIRA, no término do serviço, por Comissão, para tal fim, designada pelo DISTRITO FEDERAL, através da Administração Regional de Taguatinga, tornando-se definitivo até 60 (sessenta) dias após, sem prejuízo do disposto no artigo 1.245, do Código Civil.

CLÁUSULA SEXTA — A EMPREITEIRA incumbirá providenciar: I) Alvará de Construção, dentro do prazo de 60 (sessenta) dias, contado da data do recebimento da ordem de Execução de Serviço; II) recolher os emolumentos decorrentes das obrigações assumidas, regulamentos e posturas; III) fornecer todo material e mão-de-obra necessários à execução dos serviços objeto deste ajuste; IV) pagar as multas porventura impostas pelas autoridades, inclusive aquelas que, por força de dispositivos legais sejam aplicadas ao DISTRITO FEDERAL.

CLÁUSULA SÉTIMA — Pelo descumprimento de qualquer das cláusulas deste contrato, sujeitar-se-á a EMPREITEIRA às penalidades previstas no artigo 56 e seguintes do Decreto nº 1.703, de 31 de maio de 1971, ratificado pelo Decreto nº 1.850, de 17 de novembro de 1971, sem prejuízo das demais previstas no Edital nº 01/78-CL-RA-III.

PARÁGRAFO ÚNICO — A EMPREITEIRA terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, para assinatura do contrato, contado da data da convocação, sob pena, pelo não atendimento, de perda da caução inicial e pagamento de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato.

CLAUSULA OITAVA — Operar-se-á de pleno direito a rescisão automática deste contrato, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, sem prejuízo das penalidades previstas na cláusula anterior, quando ocorrerem: I) falência ou dissolução da EMPREITEIRA; II) transferência no todo ou em parte, do objeto deste ajuste, sem prévia e expressa anuência do DISTRITO FEDERAL, através da Administração Regional de Taguatinga; e III) não cumprir as obrigações estipuladas;

PARAGRAFO PRIMEIRO — Ocorrendo uma das hipóteses previstas para rescisão do contrato, as instalações e equipamentos pertencentes à EMPREITEIRA e que integram o canteiro de obras serão entregues ao DISTRITO FEDERAL, através da Administração Regional de Taguatinga, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, para garantir a continuidade dos serviços.

PARAGRAFO SEGUNDO — Este contrato, poderá, também, ser rescindido por mútuo acordo de vontades.

CLAUSULA NONA — Os débitos para com o DISTRITO FEDERAL, decorrentes do presente instrumento serão inscritos na Dívida Ativa e cobrados mediante execução, nos termos do Código de Processo Civil.

CLAUSULA DÉCIMA — O DISTRITO FEDERAL, através da Administração Regional de Taguatinga, designará um executor para o presente ajuste, ao qual incumbirá as atribuições contidas nas Normas de Execução Orçamentária e Financeira vigentes.

PARAGRAFO UNICO — A Supervisão Técnica dos serviços a serem executados, caberá a Divisão de Obras Públicas da Administração Regional de Taguatinga, nos termos do artigo 10 de seu Regimento, aprovado pelo Decreto nº 2.943, de 27 de junho de 1975.

CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA — O presente contrato entrará em vigor na data de sua publicação no DIARIO OFICIAL do Distrito Federal, às expensas da EMPREITEIRA, expirando-se após o total cumprimento das obrigações ora assumidas.

CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA — Fica eleito o Foro de Brasília, Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente instrumento. E, estando assim justos e de acordo, para firmeza e validade do que ficou estipulado em todas as suas cláusulas, lavrou-se o presente em folhas que integrarão Livro próprio da 1ª Subprocuradoria Geral do Distrito Federal, do qual foram extraídas 7 (sete) vias datilografadas de igual teor e forma, para um único efeito legal, que, lido e achado conforme, é assinado pelas partes já mencionadas e testemunhas abaixo.

PELO DISTRITO FEDERAL: (as.) ELMO SEREJO FARIAS; (as.) VITAL DE MORAES ANDRADE; PELA EMPREITEIRA: (as.) GERALDO RODRIGUES FILHO; TESTEMUNHAS: (as.) NANCY CARVALHO LIMA e (as.) DOMINGOS AZEVEDO DOS SANTOS. jos/ . VISTO: EM 09/ 03/ 1978. JÚLIO CÉSAR SANTOS - 1º Subprocurador Geral do Distrito Federal. (DAR-17.03.78 - Cr$ 1.760,00).

TERMO DE RENOVAÇÃO DE CONVÊNIO CELEBRADO ENTRE O DISTRITO FEDERAL E O BANCO REGIONAL DE BRASÍLIA S/ A, EM 14 DE JULHO DE 1975, OBJETIVANDO A UTILIZAÇÃO DO 2º PAVIMENTO DO IMÓVEL SITUADO À AVENIDA CENTRAL COMERCIAL, LOTES 293, 299 e 305, DO NÚCLEO BANDEIRANTE, NESTA CAPITAL.

Aos 14 dias do mês de março de mil novecentos e setenta e oito (1978), no Gabinete da Presidência do Banco Regional de Brasília S/A presentes, de um lado, o DISTRITO FEDERAL, no ato representado pelo seu Secretátrio de Finanças, Senhor FERNANDO TUPINAMBÁ VALENTE, brasileiro, casado, economista, residente e domiciliado nesta Capital, conforme delegação de competência expressamente exarada pelo Governador, no Processo nº 57.861/ 77, e, do outro, o BANCO REGIONAL DE BRASÍLIA S/ A, doravante denominado simplesmente BANCO, aqui representado pelo seu Diretor-Presidente, Senhor HÉLIO RIBEIRO DE OLIVEIRA, brasileiro, casado, economista, residente e domiciliado nesta Capital, e por seu Diretor Administrativo, Senhor LUIZ GONZAGA FURTADO ANDRADE, brasileiro, casado, advogado, residente e domiciliado nesta Capital, resolvem firmar o presente Termo de Renovação, mediante as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA—Pelo presente instrumento, fica renovado o convênio firmado entre o DISTRITO FEDERAL e o BANCO REGIONAL DE BRASÍLIA S/ A, em 14 de julho de 1975, lavrado às fls. 492/ 494 do Livro nº 19, renovado em 23 de abril de 1976, lavrado às fls. 85/ 87, do Livro nº 24, renovado em 03 de maio de 1977, lavrado às fls. 76/ 78, do Livro nº 29, de Resgistro de Contratos e Convênios da 1ª Subprocuradoria-Geral, do Distrito Federal, objetivando a utilização da área de 187,20m2, correspondente ao 2º (segundo) pavimento do imóvel situado à avenida central comercial, lotes 293, 299 e 305, no Núcleo Bandeirante, Distrito Federal, de propriedade do BANCO, destinado à instalação do Departamento da Receita da Secretaria de Finanças do Distrito Federal.

CLÁUSULA SEGUNDA—O DISTRITO FEDERAL, através da Secretaria de Finanças, pagará ao BANCO, mensalmente, durante o exercício de mil novecentos e setenta e oito (1978), Taxa de Ocupação correspondente a Cr$ 4.645,46 (quatro mil, seiscentos e quarenta e cinco cruzeiros e quarenta e seis centavos) acrescida da Taxa da Manutenção no valor de Cr$ 928,27 (novecentos e e vinte e oito cruzeiros e vinte e sete centavos), bem como as taxas de energia elétrica da área ocupada e telefone.

CLÁUSULA TERCEIRA—O BANCO, assumirá o controle das entradas por onde passarão os funcionários do Departamento da Receita da Secretaria de Finanças do Distrito Federal.

CLÁUSULA QUARTA—A eventual desocupação da área mencionada na Cláusula Primeira deste Termo, deverá ser comunicada ao BANCO, pelo órgão ocupante, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias procedendo-se a restituição da mesma.

CLAUSULA QUINTA—Os encargos de conservação e limpeza do 2º (segundo) pavimento do imóvel objeto deste instrumento inclusive escadas de acesso, incumbirão ao BANCO, através da Empresa encarregada daqueles serviços.

CLÁUSULA SEXTA—Importa o presente termo em Cr$ 66.836,76 (sessenta e seis mil, oitocentos e trinta e seis cruzeiros e setenta e seis centavos), sendo Cr$ 55.697,52 (cinquenta e cinco mil, seiscentos e noventa e sete cruzeiros e cinquenta e dois centavos), para pagamento da Taxa de Ocupação e Cr$ 11.139,24 (onze mil, cento e trinta e nove cruzeiros e vinte e quatro centavos), para pagamento da Taxa de manutenção, recursos estes procedentes do orçamento do DISTRITO FEDERAL, para o corrente exercício-Lei nº 6.488, de 06 de dezembro de 1977, correndo à conta do Elemento: 3.1.3.0—Serviços de Terceiros da Atividade SEF—2.035—Administração e Controle Fazendário, conforme Nota de Empenho nº 049/ 78, no valor de Cr$ 66.836,76 (sessenta e seis mil, oitocentos e trinta e seis cruzeiros e setenta e seis centavos), emitida pela Secretaria de Finanças.

CLÁUSULA *SÉTIMA*—O DISTRITO FEDERAL, através de sua Secretaria de Finanças, reembolsará ao BANCO, proporcionalmente a área utilizada, por quaisquer outros serviços, taxas ou tributos que porventura venham a incidir sobre o prédio em questão.

CLÁUSULA OITAVA—Não satisfazendo o DISTRITO FEDERAL a todos os encargos que ora assume, as disposições deste termo, prevalecerão para efeito de apuração, liquidação e cobrança das obrigações remanescentes, no vencimento ou cessação do convênio.

CLAUSULA NONA—O DISTRITO FEDERAL, através de sua Secretaria de Finanças, declara receber a área em perfeitas condições de utilização e conservação, obrigando-se a assim mantê-la quando do término deste ajuste.

CLÁUSULA DÉCIMA—O DISTRITO FEDERAL, através de sua Secretaria de Finanças, compromete-se: a) cunprir todas as disposições do regulamento sanitário e de polícia administrativa; b) permitir que representante credenciado pelo BANCO, ingresse na área utilizada, para fins de vistoria; c) efetuar, quando para tanto for notificado, com inteira solidez e perfeição, todos os reparos e substituições que se fizerem necessários, empregando, sempre na coisa consertada ou substituída, material idêntido ou à sua falta similar de boa qualidade, executados os casos de vício de construção.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA—O BANCO fica, desde logo eximido de qualquer responsabilidade, por perdas ou danos de ratureza pessoal ou material, ocorrido na área utilizada pelo DISTRITO FEDERAL, através da Secretaria de Finanças.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA—O DISTRITO FEDERAL, através da Secretaria de Finanças, designará um executor para o presente instrumento, ao qual incumbirá as atribuições contidas nas Normas de Execução Orçamentária e Financeira vigentes.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA—Este instrumento poderá ser renovado, prorrogado, alterado, aditado, ou rescindido de comum acordo de vontades, desde que a parte interessada de manifeste com antecedência de 90 (noventa) dias.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA—Na hipótese de prorrogação ou renovação, o valor da locação poderá ser reajustado, tomando-se por base o coeficiente de atualização monetária a que se refere o artigo 2º Parágrafo Único, da Lei nº 6.205, de 29 de abril de 1975, fixado em legislação posterior.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA—Este ajuste terá duração de 12 (doze) meses, contados a partir de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 1978, entrando em vigor na data de sua publicação no DIÁRIO DOFICIAL DO DISTRITO FEDERAL, às expensas do BANCO.

CLÁUSULA *DÉCIMA SEXTA*—Fica eleito o Foro de Brasília, Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente instrumento. E, estando assim justos e de acordo, para firmeza e validade do que ficou estipulado em todas as suas cláusulas, lavrou-se o presente em folhas que integrarão o Livro Próprio da 1ª Subprocuradoria-Geral, do Distrito Federal, do qual foram extraídas 07 (sete) vias datilografadas de igual teor e forma, para um único efeito legal, que, lido e achado conforme, é assinado pelas partes já mencionadas e testemunhas abaixo.

PELO DISTRITO FEDERAL: (as) FERNANDO TUPINAMBÁ VALENTE; PELO BANCO: (as) HÉLIO RIBEIRO DE OLIVEIRA; (as) LUIZ GONZAGA FURTADO ANDRADE; TESTEMUNHAS: (as) DOMINGOS AZEVEDO DOS SANTOS; (as) FRANCISCO RAMOS CAMELO—VISTO EM 14/ 03/ 1978—JÚLIO CÉSAR SANTOS—1º Subprocurador Geral do Distrito Federal.

TERMO DE RENOVAÇÃO DO CONVÊNIO CELEBRADO ENTRE O DISTRITO FEDERAL E A DELEGACIA REGIONAL DO TRABALHO NO DISTRITO FEDERAL EM 06 DE DEZEMBRO DE 1972, PARA FINS ESPECÍFICOS DE EMISSÃO E DISTRIBUIÇÃO DE CARTEIRAS PROFISSIONAIS NO DISTRITO FEDERAL, NA FORMA ABAIXO.

Aos 14 dias do mês de março do ano de mil novecentos e setenta e oito (1978), no Gabinete da Secretaria do Governo, presentes, de um lado, o DISTRITO FEDERAL, no ato representado pelo Senhor IVAN GUANAIS DE OLIVEIRA, brasileiro, casado, professor, residente e domiciliado nesta capital, na qualidade de Secretário do Governo, conforme delegação de competência expressamente exarada pelo Governador, no Processo nº 035.190/ 77, e do outro, a DELEGACIA REGIONAL DO TRABALHO no Distrito Federal, doravante denominada simplesmente DRT, no ato representada pelo seu titular, Procurador do Trabalho, Senhor AROLDO FÁRIAS DE LANNES, brasileiro, casado, advogado, residente e domiciliado nesta capital, resolvem firmar o presente Termo de Renovação, mediante as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA — Pelo presente instrumento, fica renovado o Convênio firmado entre as mesmas partes, em 06 de dezembro de 1972, lavrado às fls. 488/ 98, do Livro nº 11, aditado em 21 de agosto de 1973, lavrado às fls. 268/ 69, do Livro nº 14, renovado em 04 de dezembro de 1974, lavrado às fls. 125/ 26, do Livro nº 19, renovado em 17 de junho de 1975, lavrado às fls. 381/ 82, do Livro nº 20, renovado em 10 de fevereiro de 1976, lavrado às fls. 280/ 81, do Livro nº 23 em 24 de fevereiro de 1977, lavrado às fls. 285/ 86, do Livro nº 28, de Registro de Contratos e Convênios da 1ª Subprocuradoria-Geral do Distrito Federal, objetivando o fornecimento de Carteiras Profissionais, aos trabalhadores do Distrito Federal.

CLÁUSULA SEGUNDA — A DRT terá sob sua responsabilidade o fornecimento de Carteiras do Trabalho e Previdência Social e das respectivas fichas de qualificação, de acordo com modelo aprovado pelo Ministério do Trabalho dos formulários de controle de emissão desses documentos, bem como as despesas de transportes com remessas do aludido material, para os fins previstos nos artigos 14 e seguintes da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovado pelo Decreto-lei nº 5452, 01 de maio de 1943, alterado pelo Decreto-lei nº 229 de 28 de fevereiro de 1967.

CLÁUSULA TERCEIRA — O DISTRITO FEDERAL, através de suas Administrações Regionais nas Cidades-Satélites, terá sob a sua responsabilidade o fornecimento de material de expediente, de local, móveis e pessoal necessários a execução deste Termo, e a despesa com a expedição do Boletim de Controle de Emissão de Carteiras Profissionais.

CLÁUSULA QUARTA — O boletim a que se reporta a Cláusula anterior, deverá ser extraído em 02 (duas) vias, remetida a original à DRT, no período entre 25 e 30 de cada mês e arquivada a cópia no local da expedição.

CLÁUSULA QUINTA — A prestação dos serviços objeto deste instrumento será inteiramente gratuita, sendo defeso a cobrança de quaisquer emolumentos ou taxas.

CLÁUSULA SEXTA — O DISTRITO FEDERAL, através da Secretaria do Governo, designará um executor para o presente instrumento, ao qual incumbirá as atribuições contidas nas Normas de Execução Orçamentária e Financeira vigentes.

CLÁUSULA SETIMA — O presente ajuste, poderá ser renovado, prorrogado, alterado, aditado ou rescindido por mútuo acordo entre as partes, bastando. para tanto, que a parte interessada manifeste-se com antecedência de 60 (sessenta) dias do seu término.

CLAUSULA OITAVA — O presente ajuste terá o prazo de 12 (doze) meses, contado de 1° de janeiro a 31 de dezembro de 1978, entrando em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Distrito Federal, às expensas do Distrito Federal, reservando-se; às partes, o direito de denunciá-lo, desde que a isso sejam levadas pelo interesse do serviço.

CLAUSULA NONA — Fica eleito o Foro de Brasília, Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente instrumento. E, estando assim justos e de acordo, para firmeza e validade do que ficou estipulado em todas as suas cláusulas, lávrou-se o presente em folhas que integrarão Livro próprio da 1ª Subprocuradoria-Geral do Distrito Federal, do qual foram extraídas 07 (sete) vias datilografadas de igual teor e forma, para um único efeito legal, que, lido e achado conforme, é assinado pelas partes já mencionadas e testemunhas abaixo.

PELO DISTRITO FEDERAL: (as.) IVAN GUANAIS DE OLIVEIRA; PELA DRT: (as.) AROLDO FARIA DE LANNES; TESTEMUNHAS: (as.) FRANCISCO RAMOS CAMELO e DOMINGOS AZEVEDO DOS SANTOS. VISTO: EM 14/03/1978. JÚLIO CÉSAR SANTOS - 1° Subprocurador Geral do Distrito Federal.

ESTATUTO P/ A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES DO JARDIM DE INFÂNCIA 302 NORTE

TÍTULO I
CAPÍTULO ÚNICO

Da natureza, denominação, fins, sede e tempo de duração

Art. 1° — A "Associação de Pais e Mestres do Jardim de Infância 302 Norte, entidade civil, sem caráter lucrativo e com personalidade jurídica própria, reger-se-á pelo presente Estatuto.

Art. 2° — A Associação terá como objetivo essencial integrar a comunidade, o poder público, a escola e a família, buscando o desempenho mais eficiente do processo educativo.

Art. 3° — São fins da Associação:

a) Proporcionar aos pais uma forma de participação ativa na escola, em benefício dos alunos ou do processo educacional.

b) Auxiliar, à Administração escolar no atendimento às necessidades da escola.

c) Participar das reuniões de planejamento e avaliação das atividades do Estabelecimento.

d) Promover a obtenção de recursos financeiros para prestar assistência aos escolares necessitados e complementar a manutenção do funcionamento da escola.

e) Prestar ajuda financeira a outras Associações de Pais e Mestres, a critério da Diretoria Geral de Pedagogia da Fundação Educacional do Distrito Federal, e mediante a aprovação da Assembléia Geral.

f) Programar atividades sócio-cultural para a comunidade, visando ampliar o conceito de escola, transformando-a centro de integração e desenvolvimento comunitário.

Art. 4° — A Associação terá por foro e sede o Jardim de Infância 302 Norte, sito a SQN 302, e será constituída de pais, alunos professores e outros elementos da comunidade.

Art. 5° — O tempo de duração da Associação será indeterminado.

TÍTULO II
CAPÍTULO I

Dos Sócios

Art. 6° — A Associação terá as seguintes categorias de Sócios:

a) Natos
b) Admitidos
c) Beneméritos

Parágrafo 1° — Constituem a categoria de SÓCIOS NATOS o diretor, vice-diretor, professores, assistentes, secretários, orientadores e demais servidores da Escola, inspetores, pais alunos e alunos maiores de 18 anos.

Parágrafo 2° — A critério da Diretoria poderão ser admitidos na Associação os pais dos ex-alunos, os ex-alunos maiores de 18 anos, os ex-professores e quaisquer membros da comunidade que desejam prestar serviços a Escola, formando a categoria de SÓCIOS ADMITIDOS.

Parágrafo 3° — Constituem a categoria de SÓCIOS BENEMÉRITOS as pessoas que prestarem serviços relevantes à Escola e assim forem consideradas pela Diretoria da Associação.

Art. 7° — O Sócio será eliminado do quadro social:

a) Por ato da Diretoria, quando sua conduta for incompatível com os fins da Associação, após ter-lhe sido dada oportunidade de ampla defesa.

CAPÍTULO II

Dos Sócios — deveres e prerrogativas

Art. 8° — São deveres dos sócios:

a) Cumprir o presente Estatuto e o Regimento Interno da Associação.
b) Comparecer as Assembléias e reuniões para as quais forem convocados.
c) Desempenhar com zelo os cargos e missões que lhe forem confiados.
d) Efetuar, em tempo hábil, o pagamento da contribuição individual, desde que não sejam considerados isentos pela Diretoria da Associação.

Art. 9° — São prerrogativas dos Sócios:

a) Votar e ser votado nos termos do Estatuto da Associação.
b) Apresentar sugestões de atividades à Diretoria.
c) Participar das promoções de caráter social, assistencial e cultural da Escola e da Associação.

TÍTULO III
CAPÍTULO I

Art. 10 — São órgãos da Associação:

a) a Diretoria
b) a Assembléia Geral e
c) o Conselho Fiscal.

Art. 11 — A Diretoria é o órgão executivo e coordenador da Associação.

Parágrafo Único — A Diretoria será eleita pela Assembléia Geral Ordinária, para um mandato de um ano, na forma e condições estabelecidas pelo regimento Interno da entidade.

CAPÍTULO II

Art. 12 — A Diretoria terá a seguinte composição:

Supervisor Geral — Diretor da Escola
Presidente — Pai de Aluno ou Responsável
Vice-Presidente — Pai de Aluno ou Responsável
1° Secretário — Professor
2° Secretário — Pai de Aluno ou Responsável
1° Tesoureiro — Professor
2° Tesoureiro — Pai de Aluno ou Responsável.

Parágrafo Único — O exercício dos cargos de direção não será remunerado.

CAPÍTULO III

Da Diretoria — Atribuições

Art. 13 — Compete à Diretoria:

a) Dirigir e coordenar as atividades da Associação.
b) Gerir os recursos financeiros de acordo com o presente Estatuto.
c) Elaborar plano orçamentário de aplicação de recursos de acordo com as normas estabelecidas pela Diretoria Geral de Pedagogia, da Fundação Educacional do Distrito Federal.
d) Aprovar e divulgar entre os associados balancetes mensais de receitas e despesas.
e) Cumprir e fazer cumprir as determinações das Assembléias Gerais e Reuniões.
f) Elaborar o calendário das atividades da Associação e difundí-lo entre os associados.
g) Reunir-se, ordinariamente, uma vez por mês, e extraordinariamente, quando necessário, será eliminado de suas funções o membro que deixar de comparecer sem justificar a causa, a 3 reuniões consecutivas ou a 6 intercaladas.
h) Representar a Associação perante as autoridades administrativas e judiciárias.
i) Criar e extinguir comissões para colaborarem no desenvolvimento de suas atividades.
j) Elaborar o Regimento Interno da Associação.
l) Cumprir e fazer cumprir o Estatuto e o Regimento Interno da Associação.
m) Zelar pelo patrimônio da Associação.

Art. 14 — Compete ao supervisor Geral:

a) Abrir contas em agências bancárias oficiais e particulares e movimentá-las assinando cheques e outros documentos necessários juntamente com o tesoureiro ou, em seus impedimentos eventuais, com o seu substituto legal.
b) Coordenar as comissões criadas pela Diretoria da Associação
c) Convocar as Assembléias Gerais Extraordinárias.

Art. 15 — Compete ao Presidente:

a) Convocar as Assembléias Gerais Ordinárias e reuniões da Diretoria.
b) Presidir todas as Assembléias Gerais e Reuniões.
c) Representar oficial, extra-oficial e judicialmente a Associação.
d) Autorizar o pagamento das despesas da Associação, visando os respectivos comprovantes.
e) Apresentar em Assembléia Geral o relatório de sua gestão, bem como a respectiva prestação de contas.

Art. 16 — Compete ao Vice-Presidente:

a) Substituir o presidente em seus impedimentos e auxiliá-lo nos seus encargos.
b) Exercer as funções que lhe forem atribuídas.

Art. 17 — Compete ao 1° Secretário:

a) Secretariar as Assembléias Gerais e reuniões.
b) Manter atualizada a correspondência ordinária.
c) Atender ao expediente em geral.

Art. 18 — Compete ao 2° Secretário:

a) Substituir o 1° Secretário em seus impedimentos e auxiliá-lo em seus encargos.
b) Exercer as funções que lhe forem atribuídas.

Art. 19 — Compete ao 1° Tesoureiro:

a) Arrecadar e controlar o dinheiro e títulos de qualquer natureza pertencentes à Associação.
b) Efetuar os pagamentos autorizados pelo Presidente, de conformidade com o Plano Orçamentário de Aplicação de Recursos.
c) Assinar cheques juntamente com o Supervisor Geral.
d) Assinar recibos e exigir dos beneficiados o comprovante da aplicação dos auxílios recebidos.
e) Manter em ordem e atualizados os livros de escrituração contábil.
f) Apresentar ao Conselho Fiscal o balancete mensal de receitas e despesas e o balanço final do exercício financeiro, acompanhados dos documentos comprobatórios.

Art. 20 — Compete ao 2° Tesoureiro:

a) Substituir o 1° Tesoureiro em seus impedimentos e auxiliá-lo em seus encargos.
b) Arquivar notas fiscais, recibos, e quaisquer documentos relativos aos valores pagos pela Associação.
c) Exercer as funções que lhe forem atribuídas.

CAPÍTULO IV

Das Assembléias

Art. 21 — As Assembléias Gerais, constituídas pelos Associados serão soberanas em suas deliberações, respeitadas as disposições da legislação educacional vigente, as normas técnico-administrativas da Diretoria Geral de Pedagogia, da Fundação Educacional do Distrito Federal, e o Regimento Interno da Escola.

Art. 22 — As Assembléias Gerais serão ordinárias e extraordinárias.

Art. 23 — Haverá, em cada ano letivo, uma Assembléia Geral Ordinária, convocada pelo Presidente com antecedência de 10 dias:

a) Para eleição dos membros da Diretoria e do Conselho Fiscal.
b) Para fixação do valor da contribuição mensal dos sócios.
c) Para aprovação dos relatórios das atividades e a prestação de contas do exercício findo, acompanhado do parecer do Conselho Fiscal.

Art. 24 — As Assembléias Gerais extraordinárias realizar-se-ão sempre que necessário para examinar matéria urgente e/ou regulamentada e serão convocadas:

a) Pelo Supervisor Geral.
b) Pelo Conselho Fiscal.
c) Por 1/10 dos Sócios.

CAPÍTULO V

Do Conselho Fiscal

Art. 22 — A Associação terá um Conselho Fiscal, cujos encargos limitar-se-ão à fiscalização da gestão financeira da entidade.

Parágrafo Único — O Conselho Fiscal será eleito juntamente com a Diretoria, pela Assembléia Geral Ordinária na forma e condições estabelecidas pelo Regimento Interno da Entidade.

Art. 26 — O Conselho Fiscal será constituído de 3 pais de alunos responsáveis e de 2 professores.

Parágrafo Unico — Para cada membro efetivo do Conselho Fiscal haverá um suplente, que o substituirá em caso de impedimento.

CAPÍTULO VI

Do Conselho Fiscal — Atribuições

Art. 27 — Compete ao Conselho Fiscal:
a) Examinar a escrituração contábil da Associação.
b) Revisar os balancetes mensais de receita e despesa e encaminhá-lo à Diretoria para aprovação.
c) Emitir parecer sobre o balanço anual exercício financeiro e anexá-lo ao relatório final da Diretoria.
d) Promover sindicância ou inquérito para apurar a ocorrência de irregularidades.
e) Convocar Assembléias Gerais Extraordinárias, sempre que necessário.
Art. 28 — O Regimento Interno regulamentará os dispositivos do presente Estatuto.
Parágrafo 1° — A elaboração de Regimento Interno compete à Diretoria que o submeterá à Assembléia Geral.
Parágrafo 2° — Qualquer alteração no Regimento Interno dependerá da aprovação da Assembléia Geral.

CAPÍTULO VII

Do Patrimônio

Art. 29 — O Patrimônio da Assembléia será constituído de:
a) Contribuição dos Sócios.
b) Subvenções e Auxílios.
c) Doação e Legados
d) Bens e valores adquiridos e as rendas respectivas.
e) Rendas Eventuais.

TÍTULO IV
CAPÍTULO ÚNICO

Das disposições gerais

Art. 30 — A Associação somente poderá ser dissolvida:

a) Em decorrência de ato legal do poder competente.
b) Por decisão de 2/3 de seus associados, manifestada em Assembléia Geral, especialmente convocada para tal fim.
Parágrafo Único — Em caso de dissolução, o patrimônio da Associação reverterá à Fundação Educacional do Distrito Federal.
Art. 31 — Ao Diretor da Escola, como Supervisor Geral da Associação é facultativo vetar, em Assembléia Geral, qualquer deliberação da Diretoria, que entender contrária aos interesses da Escola.
Parágrafo Único — O quorum necessário para rejeição de veto apresentado pelo Diretor da Escola será de 2/3 dos sócios presentes.
Art. 32 — A Associação não distribuirá lucros, sob nenhuma forma ou pretexto, aos dirigentes ou associados, e empregará os seus recursos na manutenção e desenvolvimento dos objetivos propostos.
Art. 33 -- Os casos omissos neste Estatuto serão resolvidos em Assembléia Geral Extraordinária.
OBS: — O presente Estatuto foi elaborado em Reunião da Diretoria da A.P.M, estando em consonância com o Estatuto Padrão aprovado pela D.G.P. — F.E.D.F, conforme Processo n° 31811/75 de 13/02/75.

(DAR, de 29.03.78 - Cr$ 2.060,00)

TERMO DE PERMISSÃO DE UTILIZAÇÃO, A TÍTULO PRECÁRIO, DE IMÓVEL SITUADO NA AV: W-3 - SUL - Q. 511 ENTRE OS BLOCOS "B e C", DESTINADO À INSTALAÇÃO DE BANCA DE JORNAIS E REVISTAS, NA FORMA ABAIXO.

Aos 09 dias do mês de março do ano de mil novecentos e setenta e oito (1978), no Gabinete da Secretaria de Serviços Públicos, presentes, de um lado, o DISTRITO FEDERAL, no ato representado pelo Senhor JOSÉ GERALDO MACIEL, brasileiro, casado, engenheiro, residente e domiciliado nesta Capital, na qualidade de Secretário de Serviços Públicos, conforme delegação de competência exarada pelo Governador no Processo n° 026.765/73, e, do outro o Senhor ANTONIO FERREIRA DE ARAUJO, brasileiro, desquitado, jornaleiro, portador do CPF. n° 008381951-72, residente e domiciliado nesta Capital, doravante denominado simplesmente PERMISSIONÁRIO, resolvem firmar o presente instrumento com fulcro no artigo 24, da Lei n° 4545, de 10 de dezembro de 1964, de acordo com as seguintes cláusulas.

CLÁUSULA PRIMEIRA — Pelo presente instrumento, o DISTRITO FEDERAL permite a utilização do próprio denominado BANCA DE JORNAIS E REVISTAS, situado na Av. W/3 - Sul Q. 511 entre os Blocos "B e C", destinado a venda de jornais, revistas e similares.

PARÁGRAFO PRIMEIRO — Quaisquer benfeitorias úteis ou necessárias, aderem de imediato ao imóvel, não assistindo à (ao) PERMISSIONÁRIA(O) quaisquer direitos, quer de retenção, quer de indenização, seja a que título for.

PARÁGRAFO SEGUNDO — Correrão por conta da(o) PERMISSIONÁRIO(O) os reparos de danos ou estragos que venham a ocorrer nas instalações ou dependências do imóvel.

PARÁGRAFO TERCEIRO — A(O) PERMISSIONÁRIA(O) submeterá ao DISTRITO FEDERAL, através da Secretaria de Serviços Públicos, para sua aprovação, os consertos a serem efetuados, devendo sempre, neles ser empregado material idêntico, ou na sua falta comprovada, similar de boa qualidade até então existente no objeto consertado ou substituído.

CLÁUSULA SEGUNDA — Obriga-se a(o) **PERMISSIONARIA(O)** a respeitar e a fazer respeitar, pelos seus prepostos e empregados, as instruções que lhes forem aplicáveis, baixadas pelo DISTRITO FEDERAL, através da Secretaria de Serviços Públicos, as quais passarão a integrar este ajuste, independentemente de transcrição.

PARÁGRAFO ÚNICO — As infrações aos preceitos do Regulamento para Ocupação e Exploração de Banca de Jornais e Revistas e Áreas Cobertas Anexas, serão punidas nos termos da regulamentação vigente, a qual passa a integrar este instrumento, independentemente de transcrição.

CLÁUSULA TERCEIRA — São de inteira responsabilidade da(o) PERMISSIONÁRIA(O) as despesas com energia elétrica, água, telefone e demais taxas que incidam ou venham a incidir sobre o imóvel. bem como. ficarão a seu cargo o asseio e a conservação do próprio descrito na cláusula primeira deste instrumento.

CLÁUSULA QUARTA — A(O) PERMISSIONÁRIA(O) pagará ao DISTRITO FEDERAL a partir da data da publicação do presente instrumento, Taxa de Ocupação mensal no valor de Cr$ 1.141,00 (hum mil e cento e quarenta e hum cruzeiros). Até o 10° (décimo! dia do mês subsequente ao vencido, no órgão próprio do DISTRITO FEDERAL ou no estabelecimento bancário por ele designado.

CLAUSULA QUINTA — A(O) PERMISSIONÁRIA(O) recolherá a título de caução a importância de Cr$ 343,00 (trezentos e quarenta e três cruzeiros), referente a complementação de caução.

CLÁUSULA SEXTA — O valor da Taxa de Ocupação, bem como a caução correspondente, serão reajustáveis, tomando-se por base o disposto na Lei n° 6.205, de 29 de abril de 1975 e legislações posteriores.

CLÁUSULA SÉTIMA — A(O) PERMISSIONÁRIA(O) será responsável por quaisquer danos ou riscos que porventura venham a ocorrer nas instalações e dependências do imóvel.

CLÁUSULA OITAVA — A(O) PERMISSIONÁRIA(O) declara haver recebido o imóvel em perfeito estado de conservação, se compromete a assim mantê-lo e devolvê-lo na ocorrência das seguintes hipóteses; a) rescisão; b) término; c) cassação da permissão.

CLÁUSULA NONA — O imóvel mencionado na Cláusula Primeira não poderá ser cedido, salvo se houver prévia e expressa anuência do DISTRITO FEDERAL.

CLÁUSULA DÉCIMA — O presente instrumento poderá ser rescindido a qualquer tempo, por mútuo acordo de vontades.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA — O prazo de duração do presente instrumento é de 24 (VINTE E QUATRO) meses, contados a partir da data de sua publicação, devendo o pedido de prorrogação ser formulado com antecedência de 90 (NOVENTA) dias de seu término.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA — O presente termo entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Distrito Federal, às expensas da(o) PERMISSIONÁRIA(O).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA — Fica eleito o Foro de Brasília - Distrito Federal —, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente ajuste. E, estando assim justos e de acordo, para firmeza e validade do que ficou estipulado em todas as suas cláusulas, lavrou-se o presente em folhas avulsas que integrarão o Livro de Registro de Contratos e Convênios da 1ª Subprocuradoria Geral do Distrito Federal, do qual foram extraídas 7 (sete) vias datilografadas de igual teor e forma, para um único efeito legal, que lido e achado conforme, é assinado pelas partes já mencionadas e testemunhas abaixo.

PELO DISTRITO FEDERAL: (as.) JOSÉ GERALDO MACIEL; PELA(O) PERMISSIONÁRIA(O) (as.) ANTONIO FERREIRA DE ARAUJO; (as.) WILLIAN ALVES BATISTA; TESTEMUNHAS: (as.) DOMINGOS AZEVEDO DOS SANTOS. VISTO: EM 10/03/1978. JÚLIO CÉSAR SANTOS - 1° Subprocurador Geral do Distrito Federal. (DAR, de 08.03.78 - Cr$ 990,00).

TERMO DE CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO QUE ENTRE SI FAZEM O DISTRITO FEDERAL, ATRAVÉS DO CORPO DE BOMBEIROS DO DISTRITO FEDERAL, E O CIRURGIÃO DENTISTA LUCIANO JUSTINIANO RIBEIRO JUNIOR, NA FORMA ABAIXO.

Aos 22 dias do mês de fevereiro do ano de mil novecentos e setenta e oito (1978), no Gabinete do Comando Geral do Corpo de Bombeiros, presentes, de um lado, o DISTRITO FEDERAL, no ato representado pelo Comandante Geral da Corporação, respondendo, Coronel LOURIVAL BEMVENUTO DA SILVA, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta Capital, conforme delegação de competência expressamente exarada pelo Governador no Processo n° 350987/ 77, e do outro, o Cirurgião Dentista LUCIANO JUSTINIANO RIBEIRO JUNIOR, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado nesta Capital, inscrito no CRO/ DF sob n° 818, e portador do CPF n° 273251646/ 53, doravante denominado simplesmente CONTRATADO, resolvem firmar o presente Contrato de Trabalho por Prazo Determinado, na forma do art. 443, Parágrafo Segundo, Alínea "a", da Consolidação das Leis do Trabalho, mediante as seguintes cláusulas:

CLAUSULA PRIMEIRA — O CONTRATO obriga-se a prestar seus serviços profissionais de Cirugião Dentista, num total de 24 (vinte e quatro) horas semanais, obedecida a escala previamente fixada sob o regime de tutela da Consolidacão das Leis do Trabalho e Legislação Complementar.

CLÁUSULA SEGUNDA — O CONTRATADO obriga-se ainda, a aceitar sua designação inicial ou posterior para o exercício, em qualquer Unidade, dependência ou repartição do Corpo de Bombeiros, na área do Distrito Federal, assim como observar, no que couber, os regulamentos da Corporação.

CLÁUSULA TERCEIRA — O CONTRATADO receberá mensalmente, um salário de Cr$ 8.000,00 (oito mil cruzeiros), pagos até 10° (décimo) dia do mês subsequente ao vencido, nos termos do Parágrafo Único do art. 459, da Consolidação das Leis do Trabalho, feitas as deduções e descontos previstos na legislação pertinente, bem como o 13° (décimo terceiro) salário.

CLÁUSULA QUARTA — O valor do presente contrato é de Cr$ 104.000,00 (cento e quatro mil cruzeiros), recursos estes procedentes do orçamento do Distrito Federal, para o exercício de 1978, Lei n° 6.488, de 06 de dezembro de 1977, correndo à conta do ELEMENTO: 3.1.1.1 — PESSOAL CIVIL, conforme Nota de Empenho n° 103/ 78, pelo Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, no valor de Cr$ 104.000,00 (cento e quatro mil cruzeiros).

CLÁUSULA QUINTA — As partes contratantes é facultado rescindir o presente ajuste, antes de expirado o prazo pactuado, sem obrigação de idenizar, na forma do art. 481, da Consolidação das Leis do Trabalho, bastando para tanto, um aviso à outra parte com a antecedência mínima de 01 (um) mês.

CLÁUSULA SEXTA — Na hipótese do CONTRATADO causar quaisquer danos materiais ao Distrito Federal, resultante de dolo ou culpa, terá o montante descontado de sua remuneração, na forma do art. 462, Parágrafo Primeiro, da Consolidação das Leis do Trabalho.

CLÁUSULA SÉTIMA — Ao CONTRATADO será pago o repouso semanal remunerado, obedecidas as disposições da Lei n° 605, de 05 de janeiro de 1949, e seu regulamento, aprovado pelo Decreto n° 27048, de 12 de agosto de 1949, alterado pelo Decreto n° 28066, de 27 de abril de 1950, já incluído no salário mencionado na Cláusula Terceira.

CLÁUSULA OITAVA — Fica expressamente declarada neste ato, à ciência do CONTRATADO, de que não lhe é aplicável a legislação vigente para os funcionários dos Quadros de Pessoal do Distrito Federal, nem dos Quadros de Oficiais BM Médicos, em especial no que se refere a vencimentos, regime disciplinar ou quaisquer direitos ou vantagens.

CLÁUSULA NONA — A inadimplência de qualquer das cláusulas do presente ajuste, importará em justa causa para sua plena rescisão na forma da

Consolidação das Leis do Trabalho.

CLÁUSULA DÉCIMA — O Distrito Federal, através do Corpo de Bombeiros, designará um executor para o presente ajuste, ao qual incumbirá as atribuições contidas nas Normas de Execução Orçamentária e Financeira vigentes.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA — O presente contrato terá o prazo de 12 (doze) meses, contado a partir de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 1978, entrando em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Distrito Federal, às expensas do CONTRATADO.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA — Fica eleito o Foro de Brasília, Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente instrumento. E, estando assim justos e de acordo para firmeza e validade do que ficou estipulado em todas as suas cláusulas, lavrou-se o presente em folhas que integrarão Livro próprio da 1ª Subprocuradoria-Geral do Distrito Federal, do qual foram extraídas 07 (sete) vias datilografadas de igual teor e forma para um único efeito legal que lido e achado conforme é assinado pelas partes já mencionadas e testemunhas abaixo.

PELO DISTRITO FEDERAL (as.) LOURIVAL BEMVENUTO DA SILVA; PELO CONTRATADO (as.) LUCIANO JUSTINIANO RIBEIRO JÚNIOR; TESTEMUNHAS (as.) DOMINGOS AZEVEDO DOS SANTOS; (as.) FRANCISCO RAMOS CAMELO. VISTO: EM 13/ 03/ 1978. JÚLIO CÉSAR SANTOS - 1º Subprocurador Geral do Distrito Federal. (DAR, de 20.02.78 - Cr$ 830,00).

TERMO DE CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO QUE ENTRE SI FAZEM O DISTRITO FEDERAL, ATRAVÉS DO CORPO DE BOMBEIROS, E A MÉDICA JOSÉLIA MARIA ÁVILA, NA ESPECIALIDADE DE PEDIATRIA, NA FORMA ABAIXO:

Aos 22 dias do mês de fevereiro do ano de mil novecentos e setenta e oito (1978), no Gabinete do Comando Geral do Corpo de Bombeiros, presentes de um lado, o DISTRITO FEDERAL, no ato representado, pelo Comandante Geral da Corporação, respondendo, Cel LOURIVAL BEMVENUTO DA SILVA, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta capital, conforme delegação de Competência do Governador, expressamente exarada no Processo nº 350.654/77, e do outro, a Médica JOSÉLIA MARIA ÁVILA, brasileira, casada, residente e domiciliada nesta capital, inscrita no CRM/DF nº 2243, e CPF nº 029846104, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, firmam o presente contrato de Trabalho por prazo Determinado, na forma do art. 443, Parágrafo Segundo, Alínea "a", da Consolidação das Leis do Trabalho, mediante as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA — A CONTRATADA obriga-se a prestar seus serviços profissionais de médica na especialidade de Pediatria, num total de 24 (vinte e quatro) horas semanais, obedecida a escala previamente fixada sob o regime de tutela da Consolidação das Leis do Trabalho e Legislação Complementar.

CLÁUSULA SEGUNDA — A CONTRATATADA obriga-se, ainda, a aceitar sua designação inicial ou posterior, para o exercício, em qualquer Unidade, dependência ou repartição do Corpo de Bombeiros, na área do Distrito Federal assim como observar, no que couber, os regulamentos da Corporação.

CLÁUSULA TERCEIRA — A CONTRATADA receberá mensalmente, um salário de Cr$ 8.000,00 (oito mil cruzeiros), pagos até o 10º (décimo) dia do mês subseqüente ao vencido, nos termos do Parágrafo unico do art. 459, da Consolidação das Leis do Trabalho, feitas as deduções e descontos previstos na legislação pertinente, bem como o 13º (décimo terceiro) salário.

CLÁUSULA QUARTA — O valor do presente contrato é de Cr$ 104.000,00 (cento e quatro mil cruzeiros), recursos estes procedentes do Orçamento do Distrito Federal, para o corrente exercício-Lei nº 6.488, de 06 de dezembro de 1977, correndo à conta do Elemento: 3.1.1.1. - Pessoal Civil, conforme Nota de Empenho nº 107/78, emitida pelo Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, no valor de Cr$ 104.000,00 (cento e quatro mil cruzeiros).

CLÁUSULA QUINTA — As partes contratantes é facultado rescindir o presente ajuste, antes de expirado o prazo pactuado, sem obrigação de indenizar, na forma do art. 481, da Consolidação das Leis do Trabalho, bastando para tanto, um aviso à outra parte com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA SEXTA Na hipótese da CONTRATADA, causar quaisquer danos materiais ao Distrito Federal, resultante de dolo ou culpa, terá o montante descontado de sua remuneração, na forma do art. 462, Parágrafo Primeiro, da Consolidação das Leis do Trabalho.

CLÁUSULA SÉTIMA — À CONTRATADA será pago o repouso semanal remunerado, obedecidas as disposições da Lei nº 605, de 05 de janeiro de 1949, e seu Regulamento, aprovado pelo Decreto nº 27048, de 12 de agosto de 1949, alterado pelo Decreto nº 28066, de 27 de abril de 1950, já incluído no salário mencionado na Cláusula Terceira.

CLÁUSULA OITAVA — Fica expressamente declarada neste ato, à ciência da CONTRATADA, de que não lhe é aplicável a legislação vigente para os funcionários dos Quadros de Pessoal do Distrito Federal, nem dos Quadros de Oficiais BM Médicos, em especial no que se refere a vencimentos, regime disciplinar ou quaisquer outros direitos ou vantagens.

CLÁUSULA NONA — A inadimplência de qualquer das cláusulas do presente ajuste, importará em justa causa para sua plena rescisão na forma da Consolidação das Leis do Trabalho.

CLÁUSULA DÉCIMA — O Distrito Federal, através do Corpo de Bombeiros, designará um executor para o presente ajuste, ao qual incumbirá as atribuições contidas nas Normas de Execução Orçamentária e Financeira vigentes.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA — O presente contrato terá o prazo de 12 (doze) meses, contado de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 1978, entrando em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Distrito Federal, às expensas da CONTRATADA.

CLÁUSULA DECIMA SEGUNDA Fica eleito o Foro de Brasília, Distrito Federal para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente instrumento. E, estando assim, justos e de acordo, para firmeza e validade do que ficou estipulado em todas as suas cláusulas, lavrou-se o presente em folhas que integrarão Livro próprio da 1a. Subprocuradoria-Geral do Distrito Federal, do qual foram extraídas 07 (sete) vias datilografadas de igual teor e forma para um único efeito legal que lido e achado conforme é assinado pelas partes já mencionadas e testemunhas abaixo.

PELO DISTRITO FEDERAL (as.) LOURIVAL BEMVENUTO DA SILVA; PELA CONTRATADA (as.) JOSÉLIA MARIA ÁVILA; TESTEMUNHAS (as.) DOMINGOS AZEVEDO DOS SANTOS; FRANCISCO RAMOS CAMELO—VISTO EM 13/03/78—JÚLIO CÉSAR SANTOS—1º Subprocurador Geral do Distrito Federal (DAR de 22.02.78—Cr$ 390,00)

CONTRATO CELEBRADO ENTRE O DISTRITO FEDERAL E A FIRMA SPERRY RAND DO BRASIL S/A, OBJETIVANDO A MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO, ASSISTÊNCIA TÉCNICA E SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS DAS MÁQUINAS REMINGTON, INSTALADAS NA SECRETARIA DE FINANÇAS, NA FORMA ABAIXO.

Aos 08 dias do mês de março do ano de mil novecentos e setenta e oito (1978), no Gabinete da Secretaria de Finanças, presentes, de um lado o DISTRITO FEDERAL, no ato representado pelo Senhor FERNANDO TUPINAMBÁ VALENTE, brasileiro, casado, economista, na qualidade de Secretário de Finanças, residente e domiciliado nesta Capital, conforme delegação de competência expressamente exarada pelo Governador no Processo nº 057.629/77, e do outro, a firma SPERRY RAND DO BRASIL S/A, com sede na Av. W/3 Sul, Q.507, "B", Loja 02, Brasília Distrito Federal, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, neste ato representada pelo Senhor ANTONIO JOSÉ MACEDO, brasileiro, casado, comerciante, residente e domiciliado nesta Capital, resolvem firmar o presente contrato, mediante as seguintes cláusulas:

CLAUSULA PRIMEIRA—O Presente instrumento objetiva a prestação pela CONTRATADA de serviços de assistência técnica e manutenção preventiva, adequada e indispensável ao perfeito funcionamento das máquinas REMINGTON, cujos números são os constantes da relação de fls. 13 do processo mencionado no preâmbulo, que integra este ajuste, como se nele transcrito fosse, de sua fabricação e de propriedade do DISTRITO FEDERAL, instaladas na Secretaria de Finanças.

CLÁUSULA SEGUNDA—Importa o presente contrato em Cr$ 19.758,50 (dezenove mil, setecentos e cinquenta e oito cruzeiros e cinquenta centavos), recursos estes procedentes do Orçamento do Distrito Federal, para o exercício de 1978, Lei nº 6.488, de 06 de dezembro de 1977, correndo à conta do ELEMENTO: 3.1.3.0—Serviços de Terceiros, conforme Nota de Empenho nº 047/78, emitida pela Secretaria de Finanças.

CLÁUSULA TERCEIRA—O DISTRITO FEDERAL, através da Secretaria de Finanças pagará à CONTRATADA, a importância de CR$ 19.758,50 (dezenove mil, setecentos e cinquenta e oito cruzeiros e cinquenta centavos), em duas parcelas sendo a primeira no valor de Cr$ 9.879,25 (nove mil, oitocentos e setenta e nove cruzeiros e vinte e cinco centavos), após a primeira visita de manutenção e controle e a segunda no mesmo valor, após a segunda visita, contra a apresentação de fatura, devidamente atestada pelo executor deste instrumento.

PARÁGRAFO ÚNICO—As visitas referidas nesta cláusula deverão se verificar: a) a primeira até 30 de junho de 1978; b) a segunda até 15 de dezembro de 1978.

CLÁUSULA QUARTA—A CONTRATADA, providenciar a limpeza e lubrificação das máquinas mencionadas na Cláusula Primeira empregando para tal fim, pessoal especializado, ferramentas projetadas e lubrificantes apropriados.

CLÁUSULA QUINTA — A CONTRATADA, substituirá gratuitamente as peças cuja substituição se façam necessárias durante as inspeções de manutenção ou atendimento mecânicos.

CLÁUSULA SEXTA—Excluem-se da responsabilidade da CONTRATADA, a eliminação de defeitos ou troca de peças por motivo de a) quedas incêndios, danos provocados por água, imperícia do operador ou como consequência de intefvenções no equipamento por elementos não autorizados pela CONTRATADA. Neste caso, a execução do serviço será efetuado mediante aprovação pelo DISTRITO FEDERAL, através da Secretaria de Finanças, de orçamento à parte, no qual será concedido um desconto pela CONTRATADA de 10% (dez por cento) sobre o valor da mão-de-obra e das peças aplicadas; b) eliminação de defeitos por condições anormais de alimentação com energia elétrica de características diferentes da especificada, voltagem e ciclagem diferentes, quedas ou aumentos de voltagem; c) ficam excluídos os consertos de maior importância, que exijam a retirada do equipamento para a oficina da CONTRATADA. Estes serviços extraordinários serão executados após aprovação de orçamento, concedendo a CONTRATADA, descontos especiais de 20% (vinte por cento) sobre o valor do orçamento d) são consideradas como parte de desgastes normais e portanto sem substituições gratuitas, as peças de borracha, plástico, vidro, lâmpada, relés, diodos, telas, correias de aço, bobinas de papel, fitas, rolos e feltros; e) excluem-se também o serviço gratuito de cromagem, niquelagem e pintura.

PARAGRAFO ÚNICO—As peças cujo valor aplicado seja inferior a Cr$ 25,00 (vinte e cinco cruzeiros), não serão cobrados, quando for necessária a substituição, durante as inspeções de manutenção e atendimento mecânicos.

CLÁUSULA SÉTIMA—Os chamados para reparos serão atendidos pela CONTRATADA, no horário normal de expediente sem cobrança adicional.

CLÁUSULA OITAVA—As inspeções de mamanutenção, de acordo com o número de visitas previstas serão executadas para: limpar, lubrificar e ajustar o equipamento.'

CLÁUSULA NONA—Pelo descumprimento de qualquer das cláusulas deste instrumento, a CONTRATADA, sujeitar-se-á as penalidades previstas nos artigos 56 e seguintes do Decreto nº 1.703, de 31 de maio de 1971, ratificado pelo Decreto nº 1.850, de 17 de novembro de 1971.

CLÁUSULA DÉCIMA—O DISTRITO FEDERAL, através da Secretaria de Finanças, designará um executor para o presente ajuste, ao qual incumbirá as atribuições contidas nas Normas de Execução Orçamentária e Financeira vigentes.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA—Este termo poderá ser prorrogado, renovado, alterado, aditado ou rescindido por mútuo acordo entre as partes, cabendo a parte interessada manifestar-se por escrito, com antecedência de 60 (sessenta) dias de seu término.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA—O presente contrato entrará em vigor na data de sua publicação no DIÁRIO OFICIAL do Distrito Federal às expensas da CONTRATADA, expirando-se em 31 de dezembro de 1978.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA—Fica eleito o Foro de Brasília, Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente instrumento. E, estando assim justos e de acordo, para firmeza e validade do que ficou estipulado em todas as suas cláusulas, lavrou-se o presente em folhas que integrarão Livro Próprio da 1ª Subprocuradoria Geral do Distrito Federal, do qual foram extraídas 7 (sete) vias datilografadas de igual teor e forma, para um único efeito legal, que, lido e achado conforme, é assinado pelas partes já mencionadas e testemunhas abaixo.

PELO DISTRITO FEDERAL: (as) FERNANDO TUPINAMBÁ VALENTE; PELA CONTRATADA: (as.) ANTONIO JOSÉ DE MACEDO; TESTEMUNHAS: (as.) NANCY CARVALHO LIMA (as.) JOÃO CARVALHO DA SILVA — VISTO EM 09/03/1978 — JÚLIO CESAR SANTOS — 1º Subprocurador Geral do Distrito Federal (DAR 07-03-78 — Cr$ 1.015,00)

CASA DE SAUDE SANTA HELENA S/A

CGC.MF nº 00.049.791/0001-44

RELATORIO DA DIRETORIA

Senhores Acionistas:

De acordo com as determinações legais e estatuárias submetemos a apreciação de V.Sas., o BALANÇO GERAL, a DEMONSTRAÇÃO DA CONTA "LUCROS E PERDAS" e o PARECER DO CONSELHO FISCAL, relativos ao exercicio encerrado em 31 de dezembro de 1.977. É com satisfação que concluimos o ano de atividades utilizando a capacidade total do nosso conjunto hospitalar proporcionando assistência médica aos sócios beneficiários, aos associados e previdenciários das diversas entidades com as quais mantemos convênios e aos clientes particulares, o que veio proporcionar um saldo financeiro positivo no exercicio das operações administrativas. Colocamo-nos as disposições dos Senhores Acionistas para quaisquer informações e agradecemos a todos que colaboraram para o progresso da sociedade.

Brasilia,DF., 17 de março de 1978.

Dr. Valteno Alves Ribeiro
Diretor Presidente

Dr. Carlos Augusto Lages de Souza
Diretor Administrativo

Dr. Olavo Peressoni da Rosa
Diretor Financeiro

BALANÇO GERAL REALIZADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1977

A T I V O			P A S S I V O		
ATIVO CIRCULANTE			PASSIVO CIRCULANTE		
Caixa	68.120,67		Fornecedores	915.781,67	
Bancos C/Movimento	591.126,43		Titulos a Pagar	382.600,00	
Cheques a Receber	92.867,24		Financiamentos	552.492,78	
Almoxarifado	58.261,00		Ordenados a Pagar	272.158,34*	
Farmacia	158.547,59		INPS a Recolher	58.497,17	
Convenios e Contratos Assistência	1.535.555,37		FGTS a Recolher	12.573,14	
Acionistas	17.911,00		IRRF a Recolher	26.284,29	
Adiantamentos Salarios	46.800,00	2.569.189,60	Fundo Prov. p/I.Renda	59.072,92	2.279.459,41
INVESTIMENTOS			PASSIVO EXIGIVEL A LONGO PRAZO		
Incentivos Fiscais	24.754,68	24.754,68	Financiamento	2.568.000,00	2.568.000,00
IMOBILIZADO			PATRIMÔNIO LIQUIDO		
Edificações	1.590.235,78		Capital Social	1.000.000,00	
Instalações	364.720,78		Fundo Reserva Legal	32.552,47	
Equipamentos Fixos	230.986,47		Fundo p/Depreciação	1.874.413,92	
Aparelhos Medicina e Raio X	1.308.726,05		Reserva Correção Monet.	1.937.827,70	
Instrumentos Medicina Cirurgia	34.346,82		Reserva p/Curso Exercicio	32.818,12	
Moveis e Utensilios	513.509,94		Lucros a Disposição AGO	591.689,48	5.469.301,69
Maquinas	37.338,38				
Roupas Colchões e Similares	173.469,62		PENDENTE		
Veiculos	54.236,00		Lucros e Perdas	387.170,68	387.170,68
Livros e Periodicos	4.240,00				
Aparelhos Som e Telegôone	361.799,01		COMPENSAÇÃO		
Reavaliação do Ativo Imobilizado	3.279.703,65	7.953.312,50	Contratos de Seguros	8.000.000,00	
			Cauções da Diretoria	300,00	8.000.300,00
ATIVO DIFERIDO					
Juros a Amortizar	137.100,00				
Valores a Regularizar	19.575,00	156.675,00			
COMPENSAÇÃO					
Seguros Contratados	8.000.000,00				
Ações Caucionadas	300,00	8.000.300,00			
TOTAL GERAL		18.704.231,78	TOTAL GERAL		18.704.231,78

Reconhecemos e aprovamos a exatidão do presente BALANÇO GERAL levantado em 31 de dezembro de 1977, que somou a importância de Cr$ . . . 18.704.231,78(dezoito milhões, setecentos e quatro mil, duzentos e trinta e um cruzeiros e setenta e oito centavos).

Brasilia, DF, 31 de dezembro de 1977.

Diretor Presidente — Téc.Cont. CRC-MG 17.155-T.DF

Conselho Fiscal:

Maria Auxiliadora Magalhães Carvalho — Jair Evangelista da Rocha — Antonio Olyntho Leoni de Sousa

DEMONSTRAÇÃO DA CONTA LUCROS E PERDAS 1977

D E B I T O			C R E D I T O		
DESPESAS DO HOSPITAL			RECEITA DO HOSPITAL		
A - Pessoal - Serviços Proprios	2.914.317,55		A - Pacientes INPS	5.583.386,37	
B- Pessoal - Serviços Terceiros	2.556.551,72		A - Pacientes INPS Dif	878.431,30	
C - Medicamentos,Mat. Componentes	2.560.590,73		C - Pacientes Part.	2.912.758,55	
D - Impostos e Taxas	136.850,46		D - Financeiras	287.409,69	
E - Financeira	1.933.177,22		E - Doações	1.350,00	
F - Gerais	443.882,17		F - Recuperações	141.063,82	
G - Provisão p/I.Renda	59.072,02	10.664.441,87	G - Diversas	977.258,20	10.781.657,93
PENDENTE					
Lucro	177.216,06	177.216,06			
SOMA		10.781.657,93	SOMA		10.781.657,93

PARECER DO CONSELHO FISCAL

A presente DEMONSTRAÇÃO DA CONTA LUCROS E PERDAS é a expressão da verdade, somando o Débito e o Crédito a importância de Cr$ 10.781.657,93(dez milhões, setecentos e oitenta e um mil, seiscentos e cincoenta e sete cruzeiros e noventa e tres centavos).

Brasilia,DF, 17 de março de 1978.

Téc Cont. CRC-MG 17.155 -T.DF

Conselho Fiscal

1º Conselheiro — 2º Conselheiro — 3º Conselheiro

(DAR, de 30.03.78 - Cr$ 1.495,00)

CONTRATO CELEBRADO ENTRE O DISTRITO FEDERAL E O CONDOMÍNIO DO BLOCO "F" DA SQS 111, BRASÍLIA-DF, OBJETIVANDO A LOCAÇÃO DE UMA VAGA DE GARAGEM, NA FORMA ABAIXO.

Aos 14 dias do mês de março do ano de mil novecentos e setenta e oito (1978) no Gabinete da Secretaria de Finanças, presentes de um lado o DISTRITO FEDERAL, no ato representado pelo Senhor FERNANDO TUPINAMBÁ VALENTE, brasileiro, casado, Economista, residente e domiciliado nesta Capital, na qualidade de Secretário de Finanças do Distrito Federal, conforme delegação de competência expressamente exarada pelo Governador no Processo nº 58.029/77, e do outro, o CONDOMÍNIO do Bl. "F" da SQS 111, neste ato representado pelo Senhor ANTONIO AVANCINI FRAGOMENI, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta Capital, doravante denominado simplesmente LOCADOR, tendo em vista o resultado da licitação para a locação de uma vaga de garagem, realizada em 9 de dezembro de 1977, resolvem firmar o presente contrato, mediante as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA — Pelo presente instrumento, o LOCADOR dá em locação ao Distrito Federal, através da Secretaria de Finanças a vaga "A", da garagem do Condomínio do Bl "F" SQS 111, nesta capital, para utilização de veículo oficial e particular que servem ao Secretário de Finanças.

CLÁUSULA SEGUNDA — Importa o presente contrato em Cr$ 6.732,00 (seis mil setecentos e trinta e dois cruzeiros) recursos estes procedentes do Orçamento do Distrito Federal, para o corrente exercício Lei nº 06.488, de 06 de dezembro de 1977, correndo a despesa à conta do Elemento 3.1.3.0—Serviços de Terceiros da Atividade SEF—2035 Administração e Controle Fazendário, conforme Nota de Empenho nº 08/78—SEF, emitida pela Secretaria de Finanças.

PARÁGRAFO ÚNICO — O valor mensal do aluguel é de Cr$ 651,00 (seiscentos e cinquenta e um cruzeiros), a ser pago até o 10º (décimo) dias do mês subsequente ao vencido, ficando os atrasos sujeitos a multa de 20% (vinte por cento), mais juros de 1% (um por cento) ao mês e correção monetária.

CLÁUSULA TERCEIRA — O presente ajuste poderá ser porrogado ou renovado, dependendo do que vier a ser deliberado pela Assembléia Geral dos Condominos.

CLÁUSULA QUARTA—Em caso de renovação o valor do presente contrato poderá ser reajustado, tomando-se por base o coeficiente de atualização monetária a que se refere o art. 2° Páragrafo Único da Lei n° 6.205, de 29 de abril de 1975, fixado em legislação posterior.

CLÁUSULA QUINTA—A vaga objeto deste contrato destina-se ao uso exclusivo do Secretário de Finanças, na pessoa de seu titular, Dr. FERNANDO TUPINAMBÁ VALENTE, enquanto for morador do apartamento 402, ficando o DISTRITO FEDERAL, obrigado a comunicar ao locador eventual designação de novo titular, sendo vedada a sublocação.

CLÁUSULA SEXTA—A inadimplência de qualquer das cláusulas deste contrato implicará na sua automática rescisão, independentemente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial.

CLÁUSULA SÉTIMA—O presente contrato ficará automaticamente rescindido em ocorrendo: I) incêndio total ou parcial do edifício; II) desabamento; III) desapropriação ou interdição.

CLÁUSULA OITAVA—A realização de qualquer benfeitoria fica, de plano, desautorizada.

CLÁUSULA NONA—O DISTRITO FEDERAL, através da Secretaria de Finanças, designará um executor para o presente ajuste, ao qual incumbirá as atribuições contidas nas Normas de Execução Orçamentária e Financeira vigentes.

CLÁUSULA DÉCIMA—O presente instrumento entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Distrito Federal, às expensas do Distrito Federal, expirando-se em 31 de dezembro de 1978.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA—Fica eleito o Foro de Brasília Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente instrumento. E, estando assim justos e de acordo, para firmeza e validade do que ficou estipulado em todas as suas cláusulas, lavrou-se o presente em folhas que integrarão Livro Próprio da 1ª Subprocuradoria Geral do Distrito Federal, do qual foram extraídas 07 (sete) vias datilografadas de igual teor e forma, para um único efeito legal, que lido e achado conforme, é assinado pelas partes já mencionadas e testemunhas abaixo.

PELO DISTRITO FEDERAL: (as) » FERNANDO TUPINAMBÁ VALENTE; PELO LOCADOR: (as) ANTONIO AVANCINI FROGOMENI; TESTEMUNHAS: (as) DOMINGOS AZEVEDO DOS SANTOS; FRANCISCO RAMOS CAMELO — VISTO EM 14/03/1978 — JÚLIO CÉSAR SANTOS — 1° Subprocurador Geral do Distrito Federal

EDITAIS, AVISOS E DECLARAÇÕES

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FINANÇAS
DEPARTAMENTO DA RECEITA
EDITAL Nº 01/78-DRB

O Diretor da Divisão da Receita de Brasília do Departamento da Receita da Secretaria de Finanças do Distrito Federal, considerando a não localização da Firma: CODISIPA—COM. DISTRIBUIDORA DE SISTEMAS DE PANIFICAÇÃO LTDA, no endereço declarado pela mesma no Cadastro Fiscal e sendo incerto e desconhecido o seu domicilia Fiscal, TORNA PÚBLICO a lavratura do AUTO DE INFRAÇÃO E APREENSÃO Nº 0056 de 15 de Fevereiro de 1978, assim caracterizado: Aos quinze dias do mês de Fevereiro do ano de 1978, na Divisão da Receita de Brasília onde me achava no exercício da Fiscalização de Tributos do Distrito Federal, verifiquei que a Firma CODESIPA—COM. DIST. DE SISTEMAS DE PANIFICAÇÃO LTDA, inscrição nº 07007246-9, estabelecida na CS. 6 Bloco "A" sala 107 D.F. com negócio de Panificadora, infringiu o disposto no artigo 16, item I, do Regulamento baixado pelo Decreto nº 1.697/71, com a redação do Decreto nº 2.185 de 31/01/73, e Artigo 18, item I, e Artigo 71 do Anexo I, a que se refere o Artigo 2° do mesmo Regulamento, pela constatação das seguintes irregularidades:

1) - Deixou de Recolher o I.C.M. no valor de Cr$ 14.400,92, (quatorze mil quatrocentos cruzeiros e noventa e dois centavos), apurado conforme Demonstrativo anexo.

II - A Firma lançou os valores objetos deste levantamento, nos comprovantes de Recolhimento - DAE, porém não escriturou o Livro de Registro de Saída, não emitiu Notas Fiscais e consequentemente, não recolheu o imposto devido.

Pelo que lavrei o presente AUTO DE INFRAÇÃO E APREENSÃO em 04 (quatro) dias, Distrito Federal, 15 de Fevereiro de 1978, Fernando Paulo dos Santos - Fiscal de Tributos.

Desta forma, CIENTIFICA a infratora qualificada de que dispõe de vinte dias para apresentar defesa escrita, acompanhada das provas que entender necessárias, conforme preceitua os Artigos 247 e 252 da Lei nº 4.191/62.

Em não o fazendo no prazo Legal, será declarada REVEL e os Autos conclusos à Primeira Instância para julgamento.

Distrito Federal, 20 de fevereiro de 1978

Divisão da Receita de Brasília
ANTONIO RIBEIRO DOS SANTOS
Diretor

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FINANÇAS
DEPARTAMENTO DA RECEITA

EDITAL Nº 02/78-DRB

O DIRETOR DA DIVISÃO DA RECEITA DE BRASILIA, do Departamento da Receita da Secretaria de Finanças do Distrito Federal, considerando a não localização da Firma JOSÉ FERNANDO TEIXEIRA, no endereço declarado pela mesma ao Cadastro Fiscal e sendo incerto e desconhecido o seu domicilio fiscal, TORNA PÚBLICO a lavratura do AUTO DE INFRAÇÃO E APREENSÃO Nº 0065, de 20 de Fevereiro de 1978, assim caracterizado: "Aos 20 dias do mês de Fevereiro de 1978, onde me achava no exercício da Fiscalização de Tributos do Distrito Federal, verifiquei que a Firma JOSÉ FERNANDO TEIXEIRA INSC. Nº 07005639-0, estabelecida na CLRN 707—Bloco "E" nº 8 Fundos, com o negócio de ARMARINHO, infringiu o disposto no art.16, item I,do Regulamento baixado pelo Dec.1697, de 27 de maio de 1971, com a nova redação dada pelo Art. 1° do Dec. nº 2.185, de 30 de janeiro de 1973, pela constatação das seguintes irregularidades:

1) Deixou de recolher aos cofres do GDF. o ICM, lançado e não recolhido no valor de CR$ 3.088,10 (três mil e oitenta e oito cruzeiros e dez centavos), referente aos meses de:

JAN —CR$ 216,52—FEV—CR$ 294,60—MAR—CR$ 35.47
ABR—CR$ 271,07—MAI—CR$—315,27—JUN—CR$ 324,52
JUL—CR$ 353,94—AGO—CR$ 288,95—SET—CR$ 252,38
OUT—CR$ 240,42—NOV—CR$ 175,95—DEZ—CR$ 319,01
Todos referentes ao exercício de 1975.

II) Deixou de apresentar as Guias Negativas do ICM. referente aos meses de janeiro a Julho de 1977.

Pelo que lavrei o presente AUTO DE INFRAÇÃO E APREENSÃO em 04 (quatro) vias . FERNANDO PAULO DOS SANTOS—Fiscal de Tributos".

Desta forma, CIENTIFICA à infratora qualificada de que dispõe de 20 (vinte) dias para apresentar defesa escrita, acompanhada das provas que entender necessárias conforme preceitua os artigos 247 e 252 da Lei nº 4.191/62

Em não o fazendo no prazo Legal, será declarada REVEL e os Autos conclusos à Primeira Instância para julgamento.

Distrito Federal, 20 de fevereiro de 1978

Divisão da Receita de Brasília
ANTONIO RIBEIRO DOS SANTOS
Diretor

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FINANÇAS
DEPARTAMENTO DA RECEITA
DIVISÃO DA RECEITA DE BRASÍLIA

EDITAL Nº 03/78-DRB.

O DIRETOR DA DIVISÃO DA RECEITA DE BRASÍLIA, do Departamento da Receita da Secretaria de Finanças do Distrito Federal, considerando a não localização da firma CODISIPA-COM. Dist. SISTEMAS PANIFICAÇÃO LTDA, no endereço declarado pela mesma ao Cadastro Fiscal, TORNA PÚBLICO a lavratura do AUTO DE INFRAÇÃO E APREENSÃO Nº 0056, de 15 de fevereiro de 1978, assim caracterizada: "Aos 15 dias dom mês de Fevereiro de 1978, na Div. da Receita onde me achava no exercício da Fiscalização de Tributos do Distrito Federal, verifiquei que a Firma CODISIPA-COM. DIST.SISTEMAS PANIFICAÇÃO LTDA, inscrição nº 07007246-9, estabelecida na CS.6 Bloco "A" sala 107-DF, com negócio de PANIFICADORA, infringiu o disposto no Art. 16 item I do Regulamento baixado pelo Decreto 1.697/71, com a redação do Dec. 2.185, de 31/01 /73, e Art. 18 item I, e Art. 71 do anexo I a que se refere o Art. 2°do mesmo Regulamento, pela constatação das seguintes irregularidades:

I - Deixou de recolher o ICM no valor de 14.400,92 (quatorze mil quatrocentos cruzeiros e noventa e dois centavos) apurado conforme demonstrativo anexo.

II - A Firma lançou os valores objetos deste levantamento nos comprovantes de Recolhimento-DAE. porém não escriturou o Livro de Reg. de Saída, não emitiu Notas Fiscais e consequentemente, não recolheu o imposto devido.

Pelo que lavrei o presente Auto de Infração e Apreensão em 04 (quatro) vias. Distrito Federal 15 de Fevereiro de 1978, FERNANDO PAULO DOS SANTOS - Fiscal de Tributos".

Desta forma CIENTIFICA a infratora qualificada de que dispõe de 20 (vinte) dias para apresentar defesa escrita acompanhada de provas que entender necessárias, conforme preceitua os artigos 247 e 252, da Lei nº 4.191/62.

Em não o fazendo no prazo legal, será declarada REVEL e os Autos conclusos à Primeira Instância para julgamento.

Distrito Federal, 09 de Março de 1978

Divisão da Receita de Brasília
ANTONIO RIBEIRO DOS SANTOS
Diretor

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DE BRASÍLIA — CEB
CGC Nº 00.070.698/0001-11

ASSEMBLÉIA-GERAL ORDINÁRIA
CONVOCAÇÃO

O Conselho de Administração da Companhia de Eletricidade de Brasília - CEB, empresa concessionária dos serviços públicos de energia elétrica no Distrito Federal, inscrita no Cadastro Geral dos Contribuintes do Ministério da Fazenda sob o nº 00.070.698/0001-11 e na Junta Comercial do Distrito Federal sob o nº 53 3 0000154 5, por despacho de 09.01.69, atendendo aos dispositivos legais e estatutários vigentes, convoca os Senhores Acionistas para se reunirem em Assembléia-Geral Ordinária, no edifício-sede da Companhia, situado no Setor Comercial Sul, quadra 04, bloco "A", lotes 106 e 136, nesta Capital, às 17 (dezessete) horas do dia 10 (dez) de abril de 1978, a fim de deliberarem sobre os assuntos constantes da seguinte Ordem do Dia:

I — Apreciação do relatório da Diretoria sobre os negócios sociais e os principais fatos administrativos do exercício de 1977, bem como das demonstrações financeiras e dos pareceres do Conselho Fiscal e dos Auditores Independentes. Deliberação sobre proposta da Diretoria para destinação do lucro líquido do exercício e distribuição de dividendos.

II — Deliberação sobre proposta da Diretoria para regularização de pendência contábil oriunda do inventário físico-financeiro de constituição da CEB.

III — Eleição dos membros do Conselho Fiscal e fixação da respectiva remuneração.

Brasília, 30 de março de 1978

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

(DIAS 31/3, 3 e 4)

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS

EDITAL 024 /78-IDR

O SUPERINTENDENTE DO INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS convoca às pessoas abaixo relacionadas para comparecerem à Secretaria deste Instituto, Setor de Garagens Oficiais, Área Especial nº 01, no período de 10 de março a 10 de abril do corrente ano, a fim de retirarem seus títulos entregues por ocasião dos Processos Seletivos em que se inscreveram.

Decorrido o prazo acima o IDR enviará tais documentos ao Arquivo Geral do GDF.

PROCURADOR

MATRÍCULA	NOME
1930	ABGAIL BARRETTO FREIRE
4586	ABIGAIL SEVE DE AZEVEDO MESQUITA
7580	ADILA ALVES DE FARIA E QUEIROZ
1955	AMAURY UBIRAJARA
8177	ANA NASCIMENTO FRANCO
7191	ANTONIO JUSTINO DA SILVA
7330	ANTONIO LOPES DE PAULA
13190	ANTONIO PEREIRA REIS
6980	BEM HUR GUIMARÃES DE FREITAS
16028	BRAZ HENRIQUES DE OLIVEIRA
8414	CARLOS ROBERTO MONTEIRO BERTAZI
3799	CARLOS WAGNER FERNANDES DE TOLENTINO
—	CÉLIO AFONSO DE ALMEIDA
10185	CORBAN DE DEUS E COSTA
16032	CREMILDA SOARES
4852	DORALICE PIRES DE MIRANDA
2018	DUSCATEL GILBERTO LEAL
4904	ELY DE CALASANS FALCON
7651	EUCÁRIO GODINHO FILHO
8569	EUGÊNIO DA ROCHA FRAGOSO
—	FÁBIO TEIXEIRA ALVES
12592	FERNANDO ERNESTO DE ANDRADE COURA
1091	FLORENCIO RODRIGUES DA LUZ
13532	FRANCISCO CANINDÉ FERREIRA
4528	FRANCISCO JOSÉ FREIRE
1822	FRANCISCO TRONCHA
9476	GERCINO MENDONÇA DA CUNHA
7230	HERLEINE GUEIROS BERNARDES DIAS
5005	HELENITA AMÉLIA GONÇALVES CAIADO
2065	HERBERT CASTELO BRANCO UCHÔA
5746	HERCY DA FONSECA RIBEIRO GONÇALVES
8795	IDENILSON DE SOUZA
8188	ISABEL MARQUES DA SILVA
7339	ISAURO CARNEIRO FILHO
5082	IZIS SILVA DA COSTA
7866	JOAQUIM REGINALDO DIAS DA MOTA
7772	JOÃO FLÁVIO IEMINI DE REZENDE
6371	JOÃO BATISTA DOS SANTOS
4035	JOEL FERRAZ
7007	JOSÉ ALMEIDA MARTINS DE JESUS
7853	JOSÉ FRANCISCO PAES LANDIM
985	JOSÉ MARIA PELÚCIO PEREIRA
8269	JOSÉ MOACYR DE OLIVEIRA
0981	JOSÉ RENATO FIALHO DA SILVA
2138	JOSÉ PEDRO CELESTINO DE OLIVEIRA
16068	KRISNAMUTI TEIXEIRA
10193	LÉO SEBASTIÃO DAVID
14961	LUCIA MARIA GONÇALVES DE LIMA
4140	LUIZ FERNANDES
2169	LUIZ GONZAGA THEODORO
5265	MARIA DO CARMO NOGUEIRA DA GAMA CARDOSO
7615	MARIA DEIZE DALLA COSTA HORTA
0886	MARIA NAZARÉ LIMA MASCARENHAS
8197	MARILENA TAVEIRA
7826	NATÉRCIO GOMES DA SILVA
—	NEIL DIAS ABRAHÃO
3436	NEUSA EUGÊNIO BICALHO MONTEIRO
8986	NEUZI COUTINHO DOS SANTOS
7850	NEWTON DE LANNA SETTE TÔRRES
7386	ORDENATO CÂNDIDO BORBA
30279	ORESTES KUNZE BASTOS
7991	RAMILTON BERNARDES PEREIRA
3519	REGINA CELIA LEITE NOVAES
8466	ROBERTO BAPTISTA
1844	RUBENS GORAYB
9086	SEBASTIÃO ROCHA DE MEDEIROS
4387	SONILTON FERNANDES CAMPOS
—	TOBIAS RIBEIRO DE PAIVA
7597	UBALDO ATAÍDE CAVALCANTE
8641	VERA LÚCIA DE OLIVEIRA
8301	VERA LÚCIA DE VASCONCELLOS
6785	VIRGINIA MELLO BATISTA DA SILVA
7830	WALDEMAR MACHADO NETTO

ARQUITETO

MATRÍCULA	NOME
8293	AYRTON MAGALHÃES SANTOS
33318	EDISOM GROSSI DE ANDRADE
—	FEBO DE ANDRADE GONÇALVES
13251	GILBERTO NEVES BAETA
1901	JOÃO ALCIDES HOMAR

ENGENHEIRO CIVIL

MATRÍCULA	NOME
3688	ADAIL DALLA BERNARDINA
13148	ALOYSIO DE OLIVEIRA SANT'ANNA
—	ANTONIO JOSÉ RIBEIRO DOS SANTOS
14713	ANTÔNIO MANOEL SOARES
—	ANTONIO TEIXEIRA MARINHO
7863	CLEBER JORDÃO PIRES E ALBUQUERQUE
18085	HEREDY FERREIRA PINHEIRO
—	JOSÉ GERALDO DE MIRANDA
—	JUAREZ RODRIGUES DE SOUZA
—	LUCIANO PIMENTA GNONE FILHO
7596	VENCESLAU VAZ DA COSTA
4410	VERIDIANA BRAGANÇA DA SILVA
016	MAGDALENA DA ROCHA MIRANDA PAES MANSO
03151	MARIA DALVA DOS SANTOS MATY
—	MISAEL CASSAL DE MEDEIROS
16086	ORION CLÁUDIO DO NASCIMENTO
8839	OSVALDO TEIXEIRA GÓES JÚNIOR
8722	QUELVIA HERINGER DE FREITAS
8686	TÂNIA BATTELLA DE SIQUEIRA
—	WALKYRIA PALHANO XAVIER DE SOUZA

ENGENHEIRO AGRÔNOMO

MATRÍCULA	NOME
3853	EDMUNDO TÔRRES DA SILVEIRA
04	ELINO ALVES MORAES
—	ERNESTO DE MIRANDA NETO
8753	JUVENAL CALDAS LEITE

TÉCNICO DE ADMINISTRAÇÃO

MATRÍCULA	NOME
03687	ACÁCIO SILVA CAMPOS
30313	CARMÊNIO CORDEIRO DA CRUZ
30213	CORNÉLIA TEREZINHA DE LIMA TAVOLUCCI
—	EDISON JOSÉ SAMPAIO
—	ENEDINA FERNANDES DE QUEIROZ
17003	EURÍPEDES LETTIERI
9084	FRANCISCO HORTA B. DA SILVA
—	FRANCISCO PEREIRA FILHO
—	MARIA MELO DE ARAUJO LOPES
3312	MARIA TERESA DE MEDEIROS FALCÃO
3313	MARIA TERESA ORTIZ BOAVENTURA
7021	MARILIA REGINA BERALDO
31947	ODILON FERREIRA DE ARAÚJO
7200	RIUZI MIZUNO
—	SELMA LOPES GONÇALVES NETTO
—	VERA LUCIA BARBOSA
—	WALTER GONÇALVES PEREIRA

Brasília, 08 de março de 1978

— JOSÉ ANTONIO AROCHA DA CUNHA —
Superintendente

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
CORPO DE BOMBEIROS DO DISTRITO FEDERAL
DIRETORIA DO MATERIAL
COMISSÃO DE LICITAÇÃO

AVISO

TOMADA DE PREÇOS Nº 004/78

Está aberta a inscrição para a realização de uma Tomada de Preços, referente a aquisição de Vestuário, Tecidos, Artigos para desportos e recreação, roupa de cama, mesa, banho e copa, a realizar-se às 15:00 horas do dia 25 de abril do corrente ano, na Diretoria do Material do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, localizada no Quartel do Comando Geral, no Setor de Áreas Isoladas Norte, Lote "D", nesta Capital.

VALDEMIR TEIXEIRA — MAJOR BM
Presidente da Comissão

CASA DE SAUDE E CLINICA SANTA LUCIA S/A
CGC-MF. 00025841/0001-53

AVISO AOS ACIONISTAS

Acham- se a disposição dos Acionistas da Casa de Saúde e Clínica Santa Lúcia S/A - à HLS Q. 716 - CONJUNTO "C" nesta/Capital, os documentos a que se refere o Art. 133 da Lei 6.404 de 15 de dezembro de 1976, relativos ao exercicio de 1977.

Brasília-DF 29 de março de 1978.
A DIRETORIA

(DAR — 30.03.78- Cr$ 360,00) (DIAS 31/3, 3 e4)